ARNALDO EDUARDO DA SILVA DROUX

OS REPATRIADOS DA DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA

Alguns aspectos psico-sociais da sua reintegração

P O R T O

JULHO-1986

Ao Professor Doutor Coralho Guerra
com os meus respeitos e
amizade

ARNALDO EDUARDO DA SILVA DROUX

OS REPATRIADOS DA DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA

Alguns aspectos psico-sociais da sua reintegração

P O R T O

Julho de 1986

Dissertação apresentada à
Faculdade de Medicina
da Universidade do Porto,
para obtenção
do grau de Mestre em Psiquiatria

Decreto-Lei nº 263/80

- D.R., I Série, nº 181 de 7 de Agosto

Portaria nº 321/82

- D.R., I Série, nº 70 de 25 de Março

Despacho nº 122/SES/82

- D.R., II Série, nº 184 de 11 de Agosto

CORPO CATEDRÁTICO

DA

FACULDADE DE MEDICINA DO PORTO

Professores Catedráticos

Doutor Alexandre Alberto Guerra de Sousa Pinto
Doutor Amândio Gomes Sampaio Tavares
Doutor António Alberto Falcão de Freitas
Doutor António Augusto Lopes Vaz
Doutor António Carvalho de Almeida Coimbra
Doutor António Fernandes da Fonseca
Doutor António Fernandes de Oliveira Barbosa Ribeiro Braga
Doutor António Germano de Pina da Silva Leal
Doutor António Luis Tomé da Rocha Ribeiro
Doutor António Manuel Sampaio de Araújo Teixeira
Doutor Artur Manuel Giesteira de Almeida
Doutor Cândido Alves Hipólito Reis
Doutor Carlos Sampaio Pinto de Lima
Doutor Casimiro Águeda de Azevedo
Doutor Celso Renato Paiva Rodrigues da Cruz
Doutor Daniel dos Santos Pinto Serrão
Doutor Eduardo Jorge da Cunha Rodrigues Pereira
Doutor Fernando de Carvalho Cerqueira Magro Gomes Ferreira
Doutor João da Silva Carvalho
Doutor Joaquim Germano Pinto Machado Correia da Silva
Doutor Joaquim de Oliveira da Costa Maia
Doutor José Augusto Fleming Torrinha
Doutor José Carvalho de Oliveira
Doutor José Fernando de Barros Castro Correia
Doutor José Manuel da Costa Mesquita Guimarães
Doutor José Manuel Gonçalves de Pina Cabral
Doutor José Pinto de Barros

Doutor José Ruiz de Almeida Garrett
Doutor Levy Eugénio Ribeiro Guerra
Doutor Manuel Augusto Cardoso de Oliveira
Doutor Manuel da Fonseca Pinheiro Coelho Hargreaves
Doutor Manuel José Bragança Tender
Doutor Manuel Maria Paula-Barbosa
Doutor Manuel Miranda Magalhães
Doutor Manuel Teixeira Amarante Júnior
Doutor Mário José Cerqueira Gomes Braga
Doutor Norberto Teixeira Santos
Doutor Serafim Correia Pinto Guimarães
Doutor Valdemar Miguel Botelho dos Santos Cardoso
Doutor Vitor Manuel Oliveira Nogueira de Faria
Doutor Walter Friedrich Alfred Osswald

Professores Jubilados

Doutor Abel José Sampaio da Costa Tavares
Doutor Albano dos Santos Pereira Ramos
Doutor Álvaro António Pinheiro Rodrigues
Doutor António Martins Gonçalves de Azevedo
Doutor António de Sousa Pereira
Doutor Carlos Ribeiro da Silva Lopes
Doutor Eduardo Esteves Pinto
Doutor João Costa
Doutor Joaquim José Monteiro Bastos
Doutor José Afonso Dias Guimarães
Doutor Júlio Machado de Sousa Vaz
Doutor Manuel Sobrinho Rodrigues Simões

Ao

PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO FERNANDES DA FONSECA

INDICE

Introdução 13
1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA..... 16
1.1 Alguns conceitos preliminares 16
1.2 Aspectos gerais sobre colonização 18
1.3 Da reconquista à criação do império 25
1.4 A fixação dos portugueses em África 30
1.5 A política ultramarina do pós-guerra 35
1.6 A descolonização e o fim do ciclo imperial 38
1.7 Consequências internas do repatriamento 42
1.7.1 Os apoios oficiais 42
1.7.2 A integração 45
2 ALGUNS ASPECTOS DA PSICOPATOLOGIA LIGADA AOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS 50
3 CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA INTEGRAÇÃO DOS REPATRIADOS DAS COLÓNIAS NA SOCIEDADE PORTUGUESA 55
3.1 Objectivos do trabalho 55
3.2 Constituição das amostras 57
3.3 Método do estudo 59
3.3.1 Metodologia de observação e instrumentos utilizados 59
3.3.2 Análise estatística 61
3.4 Resultados obtidos 63
3.4.1 Estudo biográfico 64
3.4.1.1 Idade 64
3.4.1.2 Estado civil 65
3.4.1.3 Etnia 66
3.4.1.4 Naturalidade e residência 67
3.4.1.5 Religião 69
3.4.1.6 Habilitações literárias 71
3.4.1.7 Serviço militar 73
3.4.2 Estudo das condições sócio-profissionais 75
3.4.2.1 Profissão inicial e actual 75

3.4.2.2 Idade de início do trabalho 78
3.4.2.3 Emprego/desemprego. Subsídio de desemprego 79
3.4.2.4 Reacção à situação de desemprego 81
3.4.2.5 Relacionamento com colegas de trabalho e patrões 82
3.4.2.6 Associativismo 83
3.4.3 Estudo da situação médico-sanitária 86
3.4.3.1 Condições de habitação 86
3.4.3.2 Condições de alimentação 87
3.4.3.3 Antecedentes de doença 88
3.4.4 Estudo psicométrico 94
3.4.4.1 EPI (Eysenck Personality Inventory) 94
3.4.4.2 MHQ (Middlesex Hospital Questionary) 97
3.4.4.3 MAST (Michigan Alcoholism Screening Test) 104
4 DISCUSSÃO 106
5 RESUMO E CONCLUSÕES 122

BIBLIOGRAFIA 127
ANEXO 135

INTRODUÇÃO

Apesar de nunca nos termos deslocado às antigas colónias portuguesas de África, desde o início da nossa actividade clínica, em 1974, sentimo-nos intensamente impressionados pelas múltiplas queixas psico-sociais e clínicas que os denominados "retornados" das ex-colónias apresentavam.

De igual modo nos chocaram as condições dramáticas em que se verificou o repatriamento, particularmente dos provenientes de Angola.

No meio de uma guerra civil, os escassos meios de transporte, particularmente os aéreos, constituiram uma "ponte" que transportou, para Portugal, centenas de milhares de pessoas, muitas das quais, por terem nascido ou vivido longos anos em África e regressadas com os escassos recursos que tinham podido transportar consigo, também não dispunham de familiares nem de outras condições que lhes facilitassem a integração no país da sua nacionalidade.

Quando o Departamento de Saúde Mental da Faculdade de Medicina do Porto - Hospital de S. João, na pessoa do seu Director, o Professor Doutor A. Fernandes da Fonseca, assumiu a responsa-

bilidade de organizar, em Julho de 1982, um simpósio no IX Congresso Mundial de Psiquiatria Social, efectuado em Paris, tivemos a honra de poder participar na organização, para esse efeito, de um grupo de estudo que se dedicou ao estudo do desemprego e migrações.

Daí resultou a elaboração de um trabalho que foi apresentado no referido Congresso, intitulado "Profil psychopathologique des candidats au premier emploi", que efectuamos de colaboração com aquele Professor e com o Dr. José Manuel Soares de Oliveira.

Para a elaboração do referido trabalho contámos com o apoio do Ministério do Trabalho e do Centro de Emprego do Porto a cujos cuidados, por essa altura, os "retornados", ainda não integrados no mercado do trabalho, extinto o I.A.R.N., estavam entregues.

Foi então que o Professor Fernandes da Fonseca nos estimulou a estudarmos este grupo da população de desempregados. O tema foi aliciante, já porque os "retornados" eram um grupo bem definido, o número de casos estudados era suficientemente numeroso e, tal como ainda hoje, quase não se dispunha de estudos sobre essa população.

Apesar do nosso receio na abordagem de um tema que, sendo de grande interesse e actualidade, tem, por vezes, inflamado paixões políticas, fomos, por este Professor, apoiados para o prosseguimento do estudo, com vista à defesa de uma Tese de Mestrado em cujo curso havíamos sido admitido.

Foi, portanto, com hesitação mas com o interesse de quem se sente motivado pela carreira académica e pela investigação epidemiológica ligada à Saúde Mental que nos decidimos pelo desenvolvimento deste trabalho.

Temos a convicção de que os aspectos psicossomáticos e emocionais ligados aos movimentos maciços e súbitos de populações repatriadas, pelas suas repercussões médico-sociais, económicas e até políticas e pela, felizmente, pouco frequente oportunidade de se estudarem, mereciam uma abordagem porventura mais exausti-

va e aprofundada. Por outro lado, a existência de uma muito reduzida bibliografia específica sobre este tema parece traduzir a existência, ainda hoje, de dificuldades, talvez de natureza política, para a abordagem destes assuntos.

A associação dessas dificuldades às nossas próprias limitações, não nos permitem ousar a mais do que a um modesto contributo para o estudo da integração dos "retornados" na sociedade portuguesa.

1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

1.1 - Alguns conceitos preliminares

Ao pretendermos abordar o fenómeno da integração dos repatriados da descolonização portuguesa, parece-nos fundamental procedermos à definição exacta dos termos e conceitos que passaremos a utilizar, já que nem todos os autores os utilizam com o mesmo significado.

Efectivamente, estes repatriados da descolonização foram, geralmente, designados, na imprensa e no vocabulário comum, como "retornados". Porém, também muitos autores que se dedicam ao estudo das migrações, designam por retornados os emigrantes regressados de países estrangeiros.

Por outro lado, a legislação produzida em Portugal, a partir de 1974, e a própria denominação das instituições criadas para apoio a estes repatriados, oscila entre a sua definição como retornados ou "desalojados".

Segundo alguns autores (Pierre George, 1977), de entre os vários tipos de migrantes, estes deveriam ser, na sua maior parte, considerados "deslocados", já que foram expulsos, repatria-

dos ou transferidos dos seus países de origem ou residência, devido a decisões políticas.

Por outro lado, Joel Serrão (1977), ao referir-se às migrações colonizadoras, salienta que, desde sempre, mas, em especial na Época Moderna, é dificil distinguir os que devem ser denominados de "colonizadores" daqueles que o seriam de "emigrantes". Deste modo e porque grande parte dos repatriados tinham migrado para África em tempos recentes, tambem a possível denominação de "ex-colonos" nos parece desaconselhável.

Quanto a nós, e porque este fenómeno migratório súbito surge na altura da independência das antigas colónias e teve o apoio activo das autoridades portuguesas, pensamos que devem ser designados "repatriados", de acordo com o significado do étimo repatriamento (sentido de devolver à Pátria).

Temos a convicção de que, face à atitude oficial portuguesa, assumida nas negociações políticas para a independência das antigas colónias de África, negociações iniciadas logo em 1974, em Argel, se pode considerar terem os limites geográficos do Território Nacional encurtado (1) e, assim, essa migração não foi o retorno voluntário de emigrantes nem a eufemista denominação de deslocados ou desalojados se lhes pode, em boa verdade, atribuir; sómente a de "repatriados" parece ser adequada e traduzir a realidade desse fenómeno migratório.

Alguns, por admitirem serem naturais desses territórios que adquiriam a independência e deles apenas terem saído por pensarem estarem a sofrer restrições à liberdade ou a serem alvo de atitudes vexatórias, poderiam ser admitidos como "refugiados" mas esse estatuto só excepcionalmente foi por eles requerido.

Assim, ao longo deste texto, iremos referir-nos a esta população que mudou de residência para se manter no seu País, mi-

---

(1) - Esta nossa ideia nada tem a ver, como adiante se exporá, com a controvérsia política de um país poder ser ou não federerado a nível continental ou trans-continental.

grando, indistintamente como repatriados ou retornados e apenas por força das citações de textos legais, como desalojados ou ex-colonos.

Mais difícil, no entanto, é distinguir se as migrações que levaram populações portuguesas para as colónias de África, mais tarde denominadas de Províncias Ultramarinas, foram emigração, colonização ou simples migração interna.

Segundo Joel Serrão (1977), colonizador é o "indivíduo que abandona o solo pátrio, com destino a uma colónia, e devido à iniciativa do Estado ou integrado em empresa de âmbito nacional por ele promovida".

No entanto, a denominada colonização portuguesa de África, como será mais tarde amplamente desenvolvido, nem sempre obedeceu às mesmas regras e princípios. A uma colonização costeira de índole mercantil e esclavagista seguiu-se a ocupação forçada do território com recurso a deportados, a ocupação agro-pecuária dos planaltos por colonos e, finalmente, uma colonização que se pretendia ser interna por respeitar às denominadas Províncias Ultramarinas do Território Nacional.

Aceitamos que, mau grado as convicções desses colonos ou emigrantes ou as diferentes declarações políticas, a ocupação desses territórios foi sempre colonial, particularmente por nunca se ter procedido à integração plena das populações indígenas na sociedade portuguesa.

Por outro lado, não iremos discutir se a descolonização foi bem ou mal conduzida ou mesmo se poderia ser diferente. Tal não pretendemos nem para isso temos competência, apenas nos referiremos àquela que foi conseguida.

1.2 - Aspectos gerais sobre colonização

Colonizar ou estabelecer colónias, entendidas estas como "territórios pertencentes a uma nação e situados, em geral, nou-

tro continente" (1), foi uma actividade humana fortemente ligada ao desenvolvimento dos meios de transporte.

Na Antiguidade Clássica, as invasões destrutivas e a colonização, andaram, geralmente, a par. Enquanto com o desenvolvimento da navegação e do comércio no Mediterrâneo Oriental, pelo século X A.C., os fenícios estabeleciam colónias e feitorias, os hititas e outros povos, atacavam e destruiam as mais ricas e prósperas e até o poderoso Egipto.

Entretanto, com o apogeu de gregos e cartagineses, o poderio fenício colonial que se estendeu até à península ibérica, reduzia-se até à extinção, por meados do século V A.C..

Durante este período e até à chegada dos romanos, pelo século II, não foi, até agora, reconhecida, segundo Ferreira da Silva (1984), a existência de qualquer colónia, no Ocidente peninsular correspondente à área actualmente ocupada por Portugal, embora, em alguns centros arqueológicos portugueses, se tenham descoberto cerâmicas fenício-púnicas.

Depois de lutas com cartagineses e gregos, surgiram, na Península Ibérica, os grandes colonizadores da Antiguidade, os romanos, também eles, submergidos pelas invasões germânicas do século V (Império Romano do Ocidente) e, pelos turcos otomanos, no século XV (Império Romano do Oriente ou Bizantino).

Entretanto, Leovigildo, elevado ao trono em 572, levou os vizigodos a estabelecerem um reino unificado em toda a península, reino este que, com a derrota sofrida por Rodrigo, em Guadalete, no ano de 711, iria dar, fácilmente, lugar a uma outra ocupação, a muçulmana, já que "grandes facilidades foram dadas aos muçulmanos pelos judeus e muitos cristãos, aparentemente felizes por se verem livres dos senhores godos" (Manuel de Araújo, 1984).

A resistência godo-cristã, nas Astúrias, iria dar origem aos reinos cristãos, dentre os quais surgiria, em 1139, com a

---

(1) - Dicionário de Língua Portuguesa, Porto Editora, 1984.

proclamação de D. Afonso Henriques como rei, Portugal.

A denominada reconquista cristã da península pode inserir-se no âmbito da movimentação religiosa das cruzadas. De facto, enquanto no ocidente europeu os cristãos se batiam contra os muçulmanos, mitificando alguns dos mais valentes cavaleiros, como é o caso de Cid o campeador, no Próximo Oriente, com o avanço dos turcos seldjucidas, criavam-se dificuldades ao Império Bizantino e, ocupada a cidade de Jerusalém, ficava impedido o acesso dos peregrinos cristãos aos seus lugares santos.

Em 1095, em Clermont, o papa Urbano II, como reacção à expansão muçulmana, incitou os cristãos à guerra santa, iniciando-se o movimento dos cruzados que assim foram denominados por usarem, no ombro, como sinal da sua participação na guerra santa, uma cruz de tecido vermelho.

A primeira expedição iniciou-se na primavera de 1096, durou cerca de quatro anos, e, depois de várias vicissitudes, logrou conquistar Jerusalém e fundar o reino da Terra Santa ou do Santo Sepúlcro que esteve em poder cristão durante quase 200 anos, desmoronando-se, lentamente, depois dos fracassos das últimas cruzadas do rei São Luis (1270).

Este espírito de cruzada, divulgado no ocidente peninsular, foi reforçado pela participação de cruzados em algumas acções de guerra como a da tomada de Lisboa, em 1147.

Nem sempre é fácil distinguir se estas ocupações à distância, quer as muçulmanas da península quer as cristãs da Palestina, foram verdadeiras colonizações. Muitos autores referem-se-lhes como colónias mas significando um "conjunto de indivíduos duma nacionalidade, estabelecidos em país estrangeiro" (1), o que se compreende já que o El-andaluz ibérico se encontrava dividido em califados autónomos entre si e do restante mundo muçulmano e a Terra Santa só temporáriamente esteve politicamente dependente do Estado Pontifício ou de outros reinos europeus.

---

(1) - Dicionário da Língua Portuguesa. Porto Editora, 1984.

O mesmo se pode dizer das depredações e colonizações vikings, dos séculos IX a XI, que levaram o terror às costas europeias mas também à formação dos reinos normandos da Sicília e da Normandia, à ocupação da Inglaterra e da Irlanda e às verdadeiras colonizações na Islândia e, provávelmente, na costa do Lavrador, efectuadas pelo lendário Leif Erikson.

Não se julgue, no entanto, que estes fenómenos se limitaram à região europeia. No Oriente, pela mesma época (sec. IX), o reino khmer progredia nos estados de cultura indiana dos mares do Sul, ocupando e colonizando muitas das inúmeras ilhas da região e manteve-se, como um império sólidamente organizado, até ao século XIV (Carl Grimberg, 1967).

A própria China foi ocupada pelos mongóis, em 1262, e o "gran-khan" mongol, Khubilai, ao aspirar continuar as dinastias chinesas que o tinham precedido, dando à sua própria dinastia o nome de Yuan, criou condições para a absorção dos mongóis pela imensa população chinesa.

De igual modo se sabe que, entre as civilizações pré-colombinas do continente americano, a anexação de tipo colonial ocorreu com Aztecas, Maias e Incas.

De um modo geral, podemos dizer que, até ao período das descobertas do renascimento europeu, as colonizações, pelas dificuldades de transporte, efectuavam-se a curta distância da potência colonial. Em geral, essas colónias, tinham um escasso número de colonos, curta duração e, com facilidade, eram conquistadas por povos vizinhos, assumiam a independência ou diluiam-se com os povos colonizados. Convém, no entanto, salientar a existência, frequente, de uma forma de submissão económica, muito próxima da dominação colonial, e que consistia no pagamento de tributo, uma espécie de pagamento da não conquista ou ataque.

Com as descobertas, efectuadas pelos povos ibéricos a partir do século XV, e com a maior facilidade de navegação a longa distância, registou-se, como mais tarde veremos com mais pormenor, uma primeira movimentação de grandes massas de colonos para

o Novo Mundo. Foi um novo tipo de colonização. Se, até à Idade Média, e mesmo depois com os portugueses na Ásia e África, as colonizações tinham características económico-militares e envolviam um reduzido número de comerciantes, protegidos por guarnições militares, a partir do início da colonização das ilhas atlânticas e no continente americano, passa-se a uma colonização de povoamento e fixação.

Desde o século XV ao século XIX, essa colonização foi, essencialmente e quanto ao número de pessoas envolvidas, efectuada, pelos países ibéricos, na América do Sul e, pelos ingleses, irlandeses e franceses, na América do Norte e foi, ao mesmo tempo, uma ocupação com genocídio das escassas populações indígenas e importação de escravos negros para os trabalhos de plantação das grandes companhias coloniais, iniciando-se a maior deportação de todos os tempos (Maurice Lengelle, 1955).

A economia colonial assentava, nesse tempo, nos monopólios de comércio com as colónias e no pagamento de impostos elevados, e já não tributos, a favor dos cofres da coroa; é o pacto colonial que resulta do acto de navegação, publicado em Inglaterra, em 1651.

Com o advento da industrialização, o capitalismo industrial entra, rápidamente, em conflito com o comercial. Para o capitalismo industrial, a liberdade de comércio é essencial e surge, desse modo, a necessidade de destruição dos monopólios comerciais (Maria Helena Rato, 1983).

Assim se compreendem melhor as pressões que ingleses e holandeses exerceram, durante os séculos XVIII e XIX, sobre Portugal, para a abertura do comércio com o Brasil e outras colónias, goradas que foram as tentativas de conquista.

A economia de livre concorrência, associada às correntes de pensamento político liberal, a par de um fluxo migratório transatlântico de maior amplitude, devido aos excedentes de mão-de-obra resultantes da industrialização e à "febre do ouro", e ao exemplo da declaração de independência dos Estados Unidos da A-

mérica, levaram a que, no século XIX, surgissem os movimentos autonomistas no continente Sul-americano.

De facto, em menos de vinte anos, a maior parte do continente assumia a independência; o Brasil em 1822, a Argentina, Chile e Perú em 1816, a luta de independência do México entre 1810 e 1820 e a Venezuela e Equador que se separam, em 1830, dos Estados Unidos da Colombia, anteriormente libertados (1819) pela revolta de Simón Bolivar.

Estas independências, apesar de ocorrerem num curto espaço de tempo, não criaram problemas de repatriamento porque os movimentos tinham sido liderados pelos próprios colonos.

No século XIX, a intensa emigração para os novos países do continente americano, proporcionou novas pátrias às multidões de camponeses miseráveis da Europa industrializada do Norte e das regiõoes sub-desenvolvidas, sujeitas às fomes, da Europa do Sul, da Irlanda (de onde, entre 1846 e 1852, emigrou um oitavo da população) e da Escandinávia, mas também a polacos e russos, deslocados por razões políticas e religiosas.

A par dessas emigrações e de igual modo mobilizando grandes massas da população, surgiram os esforços das potências coloniais para reforçarem o seu poderio em novas paragens.

Procuraram o reforço da colonização, com ocupação efectiva, da Austrália, da Nova Zelandia e da Índia e surgiu a corrida para África ao mesmo tempo que se dava o combate ao esclavagismo de que a Inglaterra se arrogou como paladina, menos por convicção e mais porque a industrialização dispensava os anteriores escravos e eles poderiam, à luz da nova economia, vir a ser consumidores de produtos industriais excedentários.

Em meados do século XIX, o continente africano, até aí quase que exclusivamente de influência portuguesa, ainda não estava efectivamente ocupado e as potências coloniais, agora em maior número, dispunham, todas, de projectos ambiciosos de ocupação e, aproveitando a débil situação económica portuguesa de então ou os pretextos de luta anti-esclavagista, humanitários ou científi-

ficos, lançaram-se na corrida à África.

Os ingleses queriam uma ligação do Cairo à cidade do Cabo que colidia com o denominado projecto português do mapa cor-de--rosa que pretendia a criação de uma colónia que iria da costa Ocidental à Oriental de África, ligando Angola a Moçambique. Foi o despoletar do ultimatum inglês de 1890.

Este foi, também, o período das conferências internacionais de Berlim (1884) e de Bruxelas (1890), das viagens de ocupação e exploração de Stanley, Serpa Pinto, Brazza, Roberto Ivens, Brito Capelo e muitos outros, dos tratados bilaterais para estabelecimento de fronteiras, das missões de ocupação, com justificações filantrópicas, científicas e religiosas e das intervenções militares a pretexto de tratados, acordos ou "protectorados" a chefes tribais ou para impor a ordem ou a paz, como sucedeu no Norte de África com franceses e espanhóis.

No periodo entre as duas grandes guerras mundiais, apenas surgiram as ocupações de antigas colónias alemãs, por deliberação da Sociedade das Nações, e as intervenções italianas da Etiópia e da Eritreia.

Após a Segunda Guerra Mundial e como consequência de uma nova relação de forças entre as duas, novas, potências, associada às novas condições de desenvolvimento dos capitalismos internacionais, às necessidades de acesso às matérias primas e a novos mercados e, também, à generalização dos conceitos de "negritude" de Senghor e Nkrumah, surgiram as independências das colónias da Ásia e África, muitas delas ao fim de longas lutas de libertação.

Foi Portugal a primeira das potências colonizadoras dos tempos modernos e foi também a última a descolonizar o seu vasto império, ao fim de 13 anos de lutas armadas, e fê-lo, não por derrota militar, apesar de esta parecer iminente na Guiné, mas, entre outros motivos, por modificação interna do regime político, a partir de 1974.

Podemos concluir que as descolonizações do século XIX de-

correram a favor dos colonos mas, no século XX, à excepção da República da África do Sul e, transitóriamente, da Rodésia, o foram a favor das populações autóctones (1).

Por este facto, as descolonizações do século XX, levantaram o problema do repatriamento e reintegração de antigos colonos e emigrantes. Os países mais directamente vizados foram a França, depois da descolonização da Argélia, em 1962, Portugal, depois da sua revolução em 1974, e também a Inglaterra.

A França, que manteve uma guerra na Argélia, entre 1954 e 1962, teve sérias dificuldades para integrar os "pieds noirs" vindos do Norte de África. Apesar de tudo, parece que Portugal conseguiu absorver melhor os seus "retornados".

Os repatriamentos das colónias, também eles, não são específicos deste século. Quando, em 1492, os reis católicos derrotaram o reino muçulmano de Granada, permitiram, a troco da rendição, que parte da população islamizada partisse para o Norte de África. Essa população habitou Tetuão e fundou, junto a Salé, a cidade de Rabat, hoje capital do Reino de Marrocos.

Também os portugueses já conhecem os repatriamentos de descolonização de longa data, devido à evacuação das praças-fortes Norte-africanas. A última, a de Mazagão, foi abandonada, em 1769, por ordem do Marquês de Pombal, e a sua população transferida para o Brasil onde fundou, no Pará, a Vila Nova de Mazagão.

1.3 - Da reconquista à criação do império

Com a chegada de D. Henrique de Borgonha ao Ocidente peninsular e com a sua tomada de posse do Condado Portucalense, em 1096, iniciou-se um processo político, económico e social que

---

(1) - A Libéria é o mais antigo dos estados africanos. Foi colónia americana e ocupada por escravos libertados dos E.U.A.. Tornou-se independente em 1847.

viria, séculos mais tarde, a originar uma potência colonial que dominou quase meio planeta, segundo Camões, "de África as terras e do Oriente os mares".

O segundo grande passo consistiu na luta pela independência, em relação a Leão e Castela, iniciada por D. Henrique e depois concluida por D. Afonso Henriques.

Este, com o apoio do clero, de algumas centenas de nobres e cavaleiros e de elementos de uma burguesia nascente, iniciou um processo que, com o seu enfeudamento ao papa, em 1143, permitiu a formação e reconhecimento internacional do novo Reino de Portugal.

Consumada a independência, durante um século mais, prosseguiram as lutas contra os muçulmanos.

Esta expansão para os territórios do Sul partiria, segundo Veiga Simões, citado por Luis de Albuquerque (1985), da iniciativa de guerreiros religiosos não animados por um espírito de cruzada, que depois se lhes veio a atribuir, mas pela ambição de conquista de novas terras e, acrescenta, que o "espírito de cruzada" foi importado para a Península mas logo desapareceu "anestesiado pelo dinamismo de uma sociedade que seguia a sua marcha própria" e, continua dizendo, que, com a chegada das milícias de Cluny, no século XI, por iniciativa do papa Alexandre II, os cristãos do Norte da Península ficaram perplexos perante as atrocidades por eles cometidas contra os muçulmanos.

Forçoso é, portanto, encontrarmos outras razões, que não só as religiosas, para se poder entender o processo de expansão portuguesa a partir do Condado Portucalense.

Nos séculos XI e XII, a zona Galaico-duriense era densamente povoada e alguns autores pretendem que a pressão demográfica, em contraste com a baixa densidade populacional do Sul, terá sido o maior impulso para a reconquista.

Seja como for, terminada a conquista "dos Algarves" (1250) e sendo impossível a expansão para Leste, devido a tratados e à pressão castelhano-leonesa, ainda não tinham passado mais dois

séculos e, em 1415, um exército, transportado por uma frota de 200 navios, comandado pelo próprio rei (D. João I), conquistava Ceuta e iniciava a expansão marítima portuguesa.

Num curto espaço de tempo, uma população de agricultores, afastada do litoral para se proteger dos ataques de piratas, deslocava-se para as regiões costeiras e concentrava-se junto dos portos, atraída pelos cruzados que aí faziam escala, e acabava por se dedicar ao comércio. Mais tarde, por esses portos do novo reino do Ocidente peninsular, começaram a aparecer, cada vez com mais frequência, os mercadores que, por via marítima, sustentavam o comércio entre o Norte e o Sul europeus (Luís de Albuquerque, 1985).

A partir destes contactos comerciais, criou-se uma nova burguesia mercantil e marítima que, no século XIII, já marcava a sua presença nos mercados internacionais. Nesse sentido, em 1293, D. Dinis criou um banco de comércio e, em 1294, enviou emissários a Inglaterra para defender os interesses dos mercadores portugueses.

Esse comércio intensificou-se tão rápidamente que D. Fernando, em 1372, foi obrigado a intervir para combater as actividades de especulação económica. Este monarca também favoreceu a construção naval e criou a Companhia das Naus que constituiu o primeiro seguro marítimo português.

Consideramos ser importante termos em conta este tipo de evolução económica dado que a expansão marítima já não se pode justificar pela pressão demográfica, a partir do reinado de D. João I.

A peste negra, pelo contrário, tinha criado grandes dificuldades de mão-de-obra de tal modo que as primeiras viagens, ao longo da costa africana, parece terem visado, como principal objectivo, a captura de escravos (Luís de Albuquerque, 1985).

Quando D. João I pretendeu efectuar uma grande festa para comemorar Aljubarrota, acabou, ao que se julga, sob a pressão de nobres desejosos de mais regalias e pela burguesia mercantil,

interessada no comércio de escravos, especiarias e ouro, por optar pela conquista da cidade Norte africana de Ceuta (1415) mas, não sendo esta suficiente, logo se iniciou a ocupação das ilhas atlânticas e a exploração da costa africana de onde vinham escravos e óleo e peles de leões-marinhos.

Como afirma Yves Pelicier (1985), citando Pierre Chaunu, "il faut considerer deux expansions portugaises a partir de la prise de Ceuta. L'une aristocratique et nobiliaire, vise la conquête territoriale du Maroc. L'autre bourgeoise et mercantile recherche des places commerciales le long de la cote africaine".

Os produtos obtidos nessas regiões, muitas vezes por saque como era habitual na época, chegando a Lisboa, entravam rápidamente, nos circuitos de distribuição europeia da burguesia mercantil portuguesa que, abrindo feitorias, rápidamente tinha atingido alto poderio.

Esta burguesia foi um dos principais sustentáculos da expansão apesar de se considerar que o comércio ultramarino era questão da casa reinante. De facto, desde o início, a expansão marítima portuguesa esteve dependente do Infante D. Henrique que tomava as iniciativas ou concedia autorizações de navegação e comércio a burgueses interessados. Uma dessas primeiras licenças foi concedida a um grupo de burgueses de Lagos, interessados em capturarem escravos na costa de África, ficando o Infante com um quinto do lucros obtidos na expedição.

Este poder do Infante foi, no início, meramente interno já que, em cartas régias, se proibia que os vassalos do reino fossem além do cabo Bojador (1443) ou das Canárias (1446) sem licença do Infante D. Henrique a quem confiavam os negócios da empresa dos descobrimentos.

Essa empresa estava entregue a bons gestores de tal modo que, como afirma Yves Pelicier, "ce qui s'élabore a Sagres....est une véritable technologie de la découverte, soutenue par une idéologie, curieux et inimitable mélange de mercantilisme et de transcendance".

Para que essas leis de proteccionismo tivessem validade internacional e porque as sociedades europeias do século XV estavam organizadas em torno da igreja católica, era necessário que fossem "ratificadas" pelo papa.

Nesse sentido, os monarcas portugueses apelavam para o papa, solicitando bulas especiais que confirmassem os monopólios pretendidos, com argumentos de cristianização, expansão da fé, combate aos infieis e de direito de usucapião.

De facto, desde a conquista de Ceuta, todas as ocupações ou descobertas foram confirmadas por bulas papais. Tal é o significado da bula "Romanus Pontifex", do papa Nicolau V, que, em 1454, concedeu e atribuiu propriedade perpétua, a D. Afonso V e seus sucessores, das "províncias, ilhas, portos, lugares e mares já adquiridos ou que de futuro eles vierem a adquirir qualquer que seja a sua quantidade, grandeza e qualidade" (S. Marques, citado por Marcello Caetano, 1971).

Passando pelo tratado Luso-espanhol de Tordesilhas (1494) para a partilha do mundo, pelas bulas papais (1) e cartas régias, por sacrifícios e aventuras, vitórias e algumas derrotas, Portugal chega, no reinado de D. Manuel I, em 1515, com a conquista de Calicut, ao máximo da sua expansão.

Descoberto o caminho marítimo para a Índia, por Vasco da Gama (1498), o Brasil, por Álvares Cabral (1500), e consolidado o domínio do Oriente por Afonso de Albuquerque, já D. Manuel I podia acrescentar ao título de "Rei de Portugal e dos Algarves" as novas dignidades de "Senhor da conquista, navegação, do comércio, da Etiópia, Arábia, Pérsia e India" (Saraiva, 1978).

---

(1) - A bula "Inter Coetera", do papa Alexandre VI, confirmou o tratado de Tordesilhas.

1.4 - A fixação dos portugueses em África

Durante aproximadamente um século, o poderio português no Oriente, à excepção de alguns conflitos com piratas protegidos pela Inglaterra e pela França, não foi afectado pela rivalidade de outros reinos europeus por estar protegido por bulas papais e acordos bilaterais. Estes acordos foram de grande interesse no que respeita aos Países Baixos quando estes se opuseram à Santa Sé, durante o processo de Reforma.

Os portos portugueses eram, nessa altura, muito frequentados por navios estrangeiros que levavam, para a Europa do Norte, os produtos ultramarinos que chegavam a Portugal.

Pode dizer-se que a antiga burguesia mercantil portuguesa se dedicava, por essa data, ao transporte de longo curso e deixava para outros povos a revenda nos mercados europeus.

D. Sebastião, ao pretender prosseguir com as conquistas no Norte de África, quando anteriormente, por razões económicas, já tinham sido abandonadas algumas das praças-fortes dessa região, mandou embargar, em 1578, as embarcações estrangeiras surtas em portos portugueses, com o fim de as utilizar no transporte de tropas, de mantimentos e de munições da expedição a Alcácer-Quibir.

Esse embargo criou os primeiros problemas com vários dos reinos europeus, em particular com a Holanda que já dispunha de uma grande frota comercial. Pior, foi, no entanto, a derrota das forças de D. Sebastião por conduzir, quase directamente, à união das coroas de Portugal e de Castela, em 1580.

Apesar da autonomia política e administrativa de Portugal, a união dos dois reinos ibéricos, fez perigar o domínio português no ultramar porque a rica burguesia holandesa, em conflito com a Espanha e não reconhecendo a autoridade papal, deixava de ter obstáculos que travassem a sua penetração no Oriente onde, entretanto, a anarquia se tinha instalado entre os portugueses.

A partir do apresamento da nau "Santa Catarina", efectuado

por holandeses em 1603, embarcação que viajava, com um dos mais ricos carregamentos, entre Macau e Goa, iniciou-se a substituição de portugueses por holandeses e ingleses, no Oriente mas também as colónias de África e do Brasil foram atacadas.

Foi no meio de toda esta contenda politico-militar que, posto em causa o anterior direito romano em relação aos mares, surgiu o novo direito de liberdade de navegação em alto-mar: o "Mare liberum".

Com a Restauração (1649), Portugal ficava, até ao século XX, com pouco mais do que alguns pequenos territórios, simbólicos, no Oriente (Goa, Damão, Diu, Macau e Timor) e, apesar de alguma recuperação, conseguida por Caetano de Melo e Castro, entre 1704 e 1706, o poderio ultramarino de Portugal retirava-se, definitivamente, para o Atlantico Sul.

Por essa altura, já a colónia portuguesa do Brasil era bastante numerosa. De facto, se durante o primeiro terço do século XVI, o Brasil ocupou um lugar de menor importancia na política oficial de expansão, o seu povoamento, devido a iniciativas privadas, surgiu logo após a sua descoberta com um contrato de exploração de matérias-primas brasileiras, efectuado, em 1502, com um rico cristão-novo de nome Fernão de Noronha.

Só em 1530 se iniciou a colonização oficial do Brasil com o envio de uma armada que obstou ao desenvolvimento de um povoamento inicial de franceses, em Pernambuco.

Em 1534, o Brasil foi dividido em capitanias hereditárias, entregues a membros da pequena nobreza, e, segundo José Hermano Saraiva (1983), existiam, em 1584, pelo menos, dezasseis pequenas povoações portuguesas disseminadas ao longo da costa e, no ano seguinte, devido à sua importancia económica, criou-se o primeiro governo-geral que foi confiado a Tomé de Sousa.

Desde então, a colonização do Brasil intensificou-se de tal modo que os colonos, em 1624 e 1630, já constituiam número suficiente para repelirem os ataques dos holandeses.

Essa colonização sucedeu, em grande parte, à revelia do

poder. A fama das riquezas agrícolas e auríferas impelia os portugueses a migrarem em tão elevado número que, nas "Ordenações Filipinas" e, mais tarde, em 1646 e 1660, o poder central proibia essa migração, sem licença régia, com a aplicação de penas pesadas.

Com o descobrimento das minas, em finais do século XVII, esse movimento ampliou-se ao ponto de, em 1732, o Conselho Ultramarino lançar o alarme de que "por este meio se despovoará o Reino" (Caio Pedro citado por Joel Serrão, 1977) e Jaime Cortesão avaliou que, no século XVIII, terão migrado "algumas centenas de milhares de indivíduos".

Muitos foram os documentos publicados que visavam entravar esse quase êxodo mas, quando a própria corte de D. João VI, com as invasões napoleónicas, se mudou para o Brasil, este território desenvolveu-se ainda mais e os seus portos foram abertos a todos os países, terminando o velho pacto colonial.

Com o regresso do rei a Portugal, surgiu, acompanhando os movimentos autonomistas da América do Sul, em 1822, a independência de uma nova e grande nação de expressão portuguesa.

Calcula-se que, por essa altura, a população portuguesa, no continente e ilhas atlânticas, pouco ultrapassaria os 3 milhões enquanto no Brasil se encontrariam mais de 5 milhões de habitantes e em África cerca de um milhão.

Compreende-se que, estando o Brasil independente, se encerrava o segundo ciclo do império português. Restava a África que, como vimos, estava ainda muito pouco colonizada e já existiam muitas potências europeias, e até os Estados Unidos da América do Norte, que ambicionavam possessões africanas.

Até ao início do século XIX, a África ao Sul do Sahara pouco mais tinha interessado aos portugueses do que para estabelecerem praças-fortes e feitorias de onde pudessem exportar escravos e como portos de escala para o Oriente. Basta referir que, até 1830, o comércio entre Portugal e as colónias africanas nunca ultrapassou 3% de todo o comércio colonial.

Extinta a escravatura na metrópole pelo Marquês de Pombal (1774), combatida pelo Congresso de Viena (1815), com as pressões internacionais abolicionistas e as lutas dos Setembristas e de Sá da Bandeira para que cessasse a exportação de escravos negros dos portos portugueses de África (1836) e, finalmente, com a abolição da escravatura no Brasil, em 1888, os territórios africanos ficavam à espera de um novo tipo de colonização.

Essa nova colonização, iniciada pelos países mais desenvolvidos, assentava em projectos políticos fortemente ligados ao desenvolvimento industrial e visava, essencialmente, a procura de novos mercados, numa economia de livre concorrência, e o acesso às matérias primas. Em Portugal, devido a um atrazo tecnológico e industrial consequente a dificuldades financeiras e instabilidade política, essas necessidades quase não se sentiam.

Portugal, envolvido nas lutas liberais e, mais tarde, com o modelo fontista de economia agro-pecuária, acordou tarde para a corrida à África.

Em 1876, o rei Leopoldo II da Bélgica, também ele com aspirações coloniais mas pretendendo conciliar os interesses africanos de ingleses e de alemães, mas sem convidar Portugal, organizou a Conferência de Bruxelas, da qual surgiu a "Associação Internacional para a Exploração da África Central" que se destinava a promover a exploração e civilização das zonas de África que ainda não estavam administradas por países europeus (Saraiva, 1983).

Entretanto, em Portugal, surgiram movimentos políticos e culturais de feição africanista. Foi o período da fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa (1875) e da criação da "Comissão do Fundo Africano" que, como congénere nacional da associação fundada em Bruxelas, procurava obter fundos, por peditórios públicos, para a manutenção dos esforços de colonização.

No entanto, só depois da Conferência de Berlim (1884-1885), da qual saíram os novos pricípios de direito colonial, que davam supremacia aos direitos de ocupação efectiva sobre os denomina-

dos direitos "históricos", é que se implantou, no país, uma corrente política nacionalista e africanista, dentro dos governos da Regeneração. Estes governos procuraram intensificar a colonização branca em alguns dos territórios, particularmente em Angola e em Moçambique, e enviaram numerosas missões de exploração e ocupação.

Não foi, no entanto, fácil este avanço colonizador. As dificuldades devidas ao clima (1) juntavam-se às políticas e militares de tal modo que Portugal se viu obrigado a ceder direitos sobre vastos territórios para conseguir acordos bilaterais de delimitação de fronteiras e, apesar das missões patrocinadas pela Sociedade de Geografia de Lisboa e pelos governos, a submissão das populações indígenas, apoiadas por nações rivais, foi sempre precária.

Como consequência da Conferência de Berlim, Portugal tentou a defesa do projecto do mapa cor-de-rosa segundo o qual as colónias de Angola e Moçambique ficariam unidas mas, este projecto, colidia com os interesses económicos ingleses e com o projecto de Cecil Rhodes de ligar o Cairo ao Cabo, e, apesar dos êxitos das explorações portuguesas, levou a uma agudização de tensões com os ingleses que terminou com o ultimatum de 1890, ao qual Portugal cedeu, e com o tratado Luso-britânico de 1891.

Apesar das aparências, este tratado consagrou, internacionalmente, a soberania portuguesa sobre um vastíssimo império africano.

Seguiram-se as denominadas campanhas de pacificação, em Angola, Moçambique e Guiné, de que Mouzinho da Silveira foi um

---

(1) - Na cidade de Luanda, fundada em 1575, a vida média dos brancos era, até meados do século XIX, de 10 anos e, até essa data, nenhuma criança branca, nascida nessa cidade, tinha conseguido sobreviver (Saraiva, 1983).

dos heróis (1895), as construções de caminhos de ferro, a penetração económica nos mercados locais e o desenvolvimento de um novo pacto colonial.

Em 1898, a Inglaterra e a Alemanha, ainda assinaram uma convenção que previa a partilha de Angola, Moçambique e Timor, como garantia de um vultuoso empréstimo a Portugal, que se previa não fosse possível pagar mas o empréstimo, à última hora, foi recusado.

1.5 - A política ultramarina do pós-guerra

Desde o início do presente século, até ao final da segunda Grande Guerra mundial, as colónias portuguesas de África puderam desenvolver-se em relativa tranquilidade.

Entretanto alguns factos merecem ser mencionados porque condicionaram a evolução posterior das colónias. Apesar de se ter conseguido o reconhecimento internacional das fronteiras coloniais, o grande capital internacional foi-se apropriando de grandes recursos económicos que Portugal era incapaz de explorar. Isso sucedeu com a formação de grandes companhias coloniais, autênticos estados, de capital estrangeiro, como é o caso, dentre outros, da Companhia de Moçambique (1888) e da Diamang (1917) (M. H. Rato, 1983).

As próprias recomendações da Conferência de Berlim, no que diz respeito ao apoio às populações, em Angola, só começaram a vigorar com o primeiro governo de Norton de Matos (1911-1912) (Inácio Guerreiro, 1985).

Em 1921 foram, pela primeira vez, nomeados altos comissários para Angola (Norton de Matos) e para Moçambique (Brito Camacho). Estas nomeações visavam a execução da política colonial, predominante na Primeira República, que previa a descentralização administrativa e financeira das colónias, de modo a que fosse possível retirar os benefícios do desenvolvimento económico

colonial sem lhe financiar os custos, demasiado elevados (M. H. Rato, 1983).

Com o golpe de 1926, o "Estado Novo" terminou com a corrente de descentralização e foi publicado o "Acto Colonial" de 1930, mais tarde introduzido, como apêndice, na constituição de 1933. Este novo pacto colonial, no seu artigo 20º, reintroduziu o trabalho obrigatório (semi-escravo) para as populações indígenas.

Durante a segunda Guerra Mundial, Timor-Leste foi ocupado pela Austrália (1941) e depois pelos japoneses (1942) mas, nas negociações de concessão de facilidades militares aos Estados Unidos, conseguiu-se a sua devolução ao fim da guerra e a defesa das outras colónias.

Com o fim das hostilidades, surgiu uma vaga de anti-colonialismo e de independências das quais teve interesse particular, para Portugal, a da Índia, ocorrida em 1947.

Estribando-se nos slogans de que Portugal era "uno e indivisível", ia "do Minho a Timor", era "um país multirracial e multicontinental" e que "a Pátria não se discute, defende-se", o governo adiantou-se às novas doutrinas internacionais que se opunham ao colonialismo e procedeu à revisão constitucional de 1952, fez promulgar a nova "Lei Orgânica do Ultramar" (1953) e publicou o "Estatuto do Indigenato" (1954).

Segundo estas leis, as colónias seriam parte integrante do Território Nacional e denominadas de "Províncias Ultramarinas" com os indígenas de raça negra como nacionais mas não como cidadãos de pleno direito.

Entretanto, com a Conferência de Bandung (1955) e com as pressões da Organização das Nações Unidas (O.N.U.) que, desde a admissão de Portugal (1955), começou a exigir o cumprimento do artigo 73 da Carta das Nações Unidas, referente a informações sobre colónias, Portugal iniciou uma luta diplomática internacional, pela defesa do ultramar, que durou até 1974.

Precedida pela anexação, em 1954, dos enclaves de Dadrá,

Praganá e Nagar-Avely, em 18 de Dezembro de 1961, a União Indiana ocupou Goa, Damão e Diu.

Logo a seguir, em Fevereiro e Março de 1961, iniciou-se a revolta em Angola, na Guiné em 1963 e, em 1964, em Moçambique.

Em África, o governo português respondeu com a resistência militar, durante 13 anos, e com uma força permanente de cerca de cem mil soldados, a uma guerrilha rural desgastante.

As perdas humanas traduziram-se em 3.265 mortos em combate, de um total de 6.340 militares mortos, e 27.919 feridos. O custo económico foi, anualmente, de cerca de metade do orçamento nacional (Saraiva, 1983).

No campo económico-industrial, entre os anos 60 e 70, particularmente em Angola, o pacto colonial foi, segundo Adelino Torres, (1983), substituido por uma política "desenvolvimentista" atravez da integração num "mercado único português" e pela livre circulação de mercadorias, pessoas e capitais entre territórios.

Em 1971, o colonialismo português começou uma nova fase "proteccionista", com redução das importações e criação de industrias de substituição. Esta nova viragem correspondia às crescentes dificuldades económicas do país, em parte relacionadas com o isolamento internacional e com o esforço de guerra.

No entanto, segundo Adelino Torres (1983), "a industrialização de Angola passou por vicissitudes várias, mas foi, até certo ponto pelo menos, uma realidade".

Com as modificações políticas operadas em Portugal, depois do 25 de Abril de 1974, iniciou-se um rápido e tumultuoso processo de descolonização que iria fechar a última fase do ciclo imperial português.

1.6 - A descolonização e o fim do ciclo imperial

Durante o longo período de guerras coloniais, as forças de

oposição interna ao regime não tiveram oportunidades, nem capacidade, para imporem uma mudança política. Os movimentos de libertação dos povos das colónias portuguesas de África, no entanto, estavam conscientes de que a sua própria luta traria implicações profundas na "metrópole".

Nesse sentido se inserem as palavras de Amílcar Cabral quando afirmou que, atravez da luta de libertação, o P.A.I.G.C. (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) estava a dar "um contributo efectivo para a derrota do fascismo português e dando ao povo português a melhor prova da nossa solidariedade".

Segundo John Woollacott (1983), foi, essencialmente na Guiné que se forjaram as duas correntes de opinião que integraram as forças do 25 de Abril e levaram à mudança do regime em Portugal e à descolonização.

De facto, com a nomeação de António de Spínola, em 1968, como governador-geral da Guiné, esse general reconheceu que existia um problema militar grave naquela "província" e que a solução do problema só poderia ser política e não militar.

Por isso, além de pedir ao governo central reforços militares, lançou iniciativas políticas, sociais e económicas, integradas na campanha "Para uma Guiné melhor" e organizou consultas às populações, atraves dos chamados "Congressos do Povo".

O verão de 1973 foi, para a Guiné, decisivo. Por um lado, Spínola regressou a Lisboa, "por razões de saúde", numa altura em que os militares portugueses quase não podiam sair ao mato, e foram efectuadas eleições, organizadas nos territórios libertados pelo PAIGC, que levaram à constituição de uma Assembleia Nacional Popular que se reuniu, em Medina do Boé, e proclamou, em 24 de Setembro, a independência da nova República da Guiné-Bissau que, dois meses mais tarde, foi admitida nas Nações Unidas.

Entretanto, em Angola e em Moçambique, a situação militar estava estacionária mas, em todas as frentes, começavam a surgir

conflitos e descontentamentos, entre os militares de carreira mais novos, que viriam a originar o movimento dos capitães.

Spínola, em Janeiro de 1974, foi nomeado para o cargo de vice-chefe do Estado Maior General, estando a chefia entregue ao general Costa Gomes.

Por essa altura, António de Spínola fez publicar o livro "Portugal e o futuro", no qual o general defende uma solução neo-colonialista para os territórios africanos.

Segundo essa proposta, constituir-se-ia, com a participação negociada dos movimentos de libertação, um estado federal, com evolução para a autonomia, no quadro de uma comunidade luso-africana. A esta corrente opunha-se a dos capitães do MFA (Movimento das Forças Armadas) que defendia o reconhecimento inequívoco do direito dos povos colonizados à independência total.

Depois de abortada a "marcha das Caldas", em 16 de Março, e com a demissão de Spínola, em Março de 1974, as duas correntes de opinião estiveram de acordo para a execução do golpe de 25 de Abril de 1974.

Foi com o 25 de Abril que, efectivamente, começou a descolonização, no início, com António de Spínola como Presidente da República, por escolha dos elemantos da Junta de Salvação Nacional.

Em 2 de Maio, Agostinho Neto, líder do MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola) afirmou que nenhum movimento de libertação poderia alguma vez aceitar o projecto de federação dos territórios africanos com Portugal e, em 13 de Maio, o PAIGC afirmou estar pronto para negociar "a libertação total do nosso povo".

Em 16 de Maio, o ministro dos negócios estrangeiros, Mário Soares, encontrou-se com Aristides Pereira (PAIGC), em Dacar, e combinaram iniciar negociações em 25 de Maio, em Londres. Estas negociações acabaram com um impasse por pressões de Spínola que pretendia ganhar tempo para poder tentar por em prática o seu projecto federativo.

Entretanto, com a mediação de Senghor, foram retomados as negociações, em 13 de Junho, em Argel. Ao mesmo tempo que se tentavam as negociações, na Guiné, as tropas portuguesas e os combatentes do PAIGC cessavam as hostilidades e, os inimigos de outrora, confraternizavam iniciando, localmente, o processo de transferência do poder. Nos outros territórios ainda não sucedia o mesmo mas, em Angola, a 22 de Julho, em Luanda, surgiu um sangrento motim racista.

Em 27 de Julho, sob a pressão dos capitães do MFA e de alguns partidos políticos, o general Spínola teve que ceder a aceitar a independência dos povos das colónias.

Assim, em 4 de Agosto, nas Nações Unidas, Portugal declarou estar pronto para reconhecer, imediatamente, a República da Guiné-Bissau como estado independente e a descolonizar Cabo Verde.

Em 12 do mesmo mês, a Guiné-Bissau foi aceite, como membro de pleno direito, na ONU e, em 26 de Agosto, Mário Soares e Pedro Pires assinaram, em Argel, o acordo que terminou com a administração portuguesa na Guiné.

A 7 de Setembro estalou uma revolta de colonos, em Moçambique, que foi rápidamente dominada e, na mesma data, na conferência de Lusaka, foi negociada, com a FRELIMO, a independência de Moçambique.

Em 15 de Janeiro de 1975, na Conferência de Alvor, progamou-se a independência de Angola para 11 de Novembro do mesmo ano mas os movimentos de libertação que deveriam partilhar o poder (MPLA, UNITA e FNLA), com apoios externos, envolveram-se numa guerra civil, que ainda continua, que Portugal não conseguiu controlar, até à data prevista para a independência, altura em que o poder foi entregue ao MPLA.

Entretanto a independência de Moçambique ocorreu, em 25 de Junho, sem mais incidentes e o mesmo sucedeu com Cabo Verde (5 de Julho) e com São Tomé e Príncipe (12 de Julho).

Para terminar, em Timor, ocorreu, em Dezembro de 1975, a invasão do território pela Indonésia (A. Reis, 1983). Esta inva-

são foi acompanhada de violências tais que provocou a fuga de muitos timorenses que vieram para Portugal procurar asilo político, uns, e como retornados outros.

Durante esse ano e meio de turbulento e rápido desmoronamento do último império colonial (1), a maioria dos 600.000 brancos de Angola e dos 200.000 de Moçambique, fugidos à guerra civil de Angola ou às transformações radicais impostas pelos novos governos e atitudes menos cordiais dos indigenas de outrora, vieram para Portugal, como retornados, ou emigraram, directamente, para outros países, em especial para a República da África do Sul.

Ao fim de 500 anos de aventura colonial "tudo o que restou foram umas tantas barras de ouro nos porões do Banco de Portugal e a situação de sermos o país menos desenvolvido da Europa" (M. H. Rato, 1983) mas ficou constituida uma comunidade de nações com culturas e língua que fazem com que, hoje, o português seja uma das línguas mais faladas do mundo.

Podemos concluir, com Yves Pelicier (1985), que a gesta portuguesa nasceu "du contrast entre la pauvreté matérielle et demographique du Portugal continental et l'immensité de ses aspirations".

1.7 - Consequências internas do repatriamento

A partir do momento em que foram inequívocos os indícios de que uma descolonização, próxima, era inevitável, começaram a chegar, em Junho de 1974, as primeiras famílias de retornados de

---

(1) - Apenas Macau continuou sob administração portuguesa mas estão a iniciar-se negociações com a República Popular da China.

Moçambique e da Guiné.

Até essa data existiam, na dependência do Ministério do Ultramar, duas estruturas que apoiavam pessoas em condições precárias que, vindas das colónias, se deslocavam para o continente. Eram a Comissão Administrativa e de Assistência aos Desalojados (CAAD),destinada a apoiar os retornados da Índia, e o Centro de Apoio aos Trabalhadores Ultramarinos (CATU), para os cabo-verdianos imigrados em Portugal.

1.7.1 - Os apoios oficiais

Para se dar resposta à chegada destes novos retornados criou-se, na dependência do gabinete do ministro da coordenação inter-territorial, o Grupo de Apoio aos Desalojados do Ultramar (GADU) que prestava ajudas de emergência mas, rápidamente, pelo número crescente de retornados, ficou incapaz de dar satisfação às necessidades surgidas.

Com o início da guerra civil em Angola e, logo após as independências, com as legislações dos novos governos que os portugueses das colónias consideravam gravosas para os seus interesses, o movimento de retorno aumentou enormemente e obrigou o governo a criar, na dependência do Conselho de Ministros, o Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (I.A.R.N.), pelo Decreto-Lei 169/75 de 31 de Março.

Em Maio de 1977, o então alto comissário para os desalojados afirmava que "O IARN sofreu, à partida, de duas carências importantes: a falta de previsão do fenómeno e a inexistência de estruturas para lhe fazer face com o mínimo de adequação" e acrescentava que, concebido para um quadro de 60 funcionários, o IARN atingiu, em finais de 1975, o número de 3.000 colaboradores, em parte porque, por falta de coordenação com outros serviços, teve que criar estruturas que os substituissem, "por força dos acontecimentos que se desenvolveram em ritmo de vertigem".

Em 16 de Outubro de 1975, face a estes problemas, o IARN passou a ser tutelado pela Secretaria de Estado dos Retornados, então criada e integrada no Ministério dos Assuntos Sociais mas, só em Maio de 1976 é que foram definidas a qualidade de retornado e as modalidades de assistência.

Durante este período, o IARN procedeu à recepção de retornados e concedeu-lhes vários apoios, tais como, subsídios de emergência, alojamento, transportes, roupas e géneros, para o que contou com orçamentos nacionais e apoios internacionais, dentre os quais ha a referir um empréstimo, do Conselho da Europa, de dois milhões e meio de contos e ainda fundos e géneros vários, provenientes dos E.U.A., F.A.O. e Noruega, para apenas citar os países e instituições internacionais que mais contribuiram.

A documentação produzida pelo IARN, no que diz respeito a estas actividades, parece ser abundante mas, apesar dos nossos esforços, não nos foi possível ter acesso directo aos documentos. A nossa principal fonte foi um trabalho, editado em 1984 pela Comissão de Coordenação da Região Centro do Ministério da Administrção Interna, da autoria de J. M. Marques Leandro, e intitulado "Retorno de desalojados e retorno de emigrantes".

Alguns dados merecem, quanto a nós, o devido destaque. Entre Junho e Novembro de 1975, a ponte aérea entre Angola (Luanda e Nova Lisboa) e Lisboa transportou, em 905 voos, 275.599 pessoas, tendo outras 101.617 chegado pelos seus próprios meios. Em Abril de 1976, mais 11.000 pessoas fugidas de Angola foram transportadas de Windhoek e, de Moçambique, chegaram mais 39.194 pessoas e outras 1.525 vieram de Timor.

Os problemas surgidos e as pressões e contestações dos retornados, levaram o Governo a criar o Comissariado para os Desalojados, pelo Decreto-Lei 683-B/76 de 10 de Setembro, que dependia directamente do Conselho de Ministros e tutelava o IARN que, no entanto, mantinha autonomia institucional.

Como modelo de funcionamento, o Comissariado para os Desa-

lojados procurou obter uma melhor integração com os outros serviços, a nível periférico e de modo descentralizado, para o que se criaram conselhos administrativo e de apoio e ainda comissões regionais ou distritais e concelhias onde, entre outros, estavam representados os retornados.

O Comissariado para os Desalojados, dentre as múltiplas actividades desenvolvidas em apoio dos retornados, efectuou, até Outubro de 1976, o único recenseamento de que dispomos em relação à população repatriada e foi extinto, pelo Decreto-Lei 350/79 de 30 de Agosto, por se ter entendido que tinham sido atingidos os objectivos para que fora criado.

Entretanto, pelo Decreto-Lei 259/77 de 21 de Junho, os retornados considerados como activos e desempregados, passaram a receber subsídios especiais de desemprego, nos Centros de Emprego. O próprio suporte legal fundamental que instituiu o subsídio de desemprego, era ainda recente pois surgiu com o Decreto-Lei 183/77 de 5 de Maio.

Como adiante se exporá mais detalhadamente, foi esta população de retornados que estudamos no Centro de Emprego do Porto.

Pelo Decreto-Lei 351/81 de 26 de Dezembro, anunciou-se que o subsídio de desemprego especial para os retornados, terminava a 31 de Dezembro de 1982 e que, dessa data em diante, os retornados teriam as mesmas regalias que os demais cidadãos, no que diz respeito à segurança social e desemprego.

No preâmbulo do referido Decreto-Lei, afirmava-se que "atendendo à grave situação em que os desalojados se encontravam, o esquema de protecção social consubstanciou, em relação à população residente, circunstâncias de excepção designadamente a dispensa de passado contributivo, a prorrogação do subsídio de desemprego para além dos limites legalmente consagrados....".

No segundo parágrafo do mesmo Decreto-Lei acrescentava-se: "Considera-se agora que os meios entretanto concedidos permitiram a viabilização de processos de integração social aos desalojados que desejaram uma efectiva participação na comunidade".

Em finais de 1982, dava-se, portanto, por concluído o processo legal de integração dos retornados mas os custos dessa integração não são totalmente conhecidos. No entanto, no "Relatório de Actividades do Comissariado para os Desalojados", de 30 de Junho de 1979, foi apresentada uma despesa total muito próxima dos quinze milhões e seiscentos mil contos (J. Marques Leandro, 1984).

1.7.2. - A integração

Não basta terem os retornados desaparecido das estatísticas das repartições públicas para que se possa saber até que ponto a integração dos retornados foi ou não um êxito.

Neste aspecto, a bibliografia é muito escassa. Com a excepção do censo dos retornados, efectuado em 1976, e que apresenta a sua distribuição por distritos, apesar de alguns autores o considerarem muito imcompleto (apenas 463.000 respostas), poucos mais estudos existem sobre o assunto (J. Marques Leandro, 1984).

Temos, no entanto, conhecimento de que uma equipa do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (I.E.D.) está a preparar, para breve, a publicação de um valioso trabalho de que alguns tópicos já foram publicados, por Rui Pena Pires, no jornal "Expresso" de 1/6/85.

Um outro trabalho de campo foi organizado pela Comissão de Coordenação da Região Centro do Ministério da Administração Interna, em 1982, e consistiu na aplicação de um questionário a 400 pessoas (184 ex-emigrantes, 66 retornados e 150 residentes) de três localidades da Região Centro, para o estudo das determinantes do comportamento económico.

Este trabalho contou com a participação de J. R. Lewis, da Universidade de Durham, e A. M. Williams, da Universidade de Exeter, que o apresentaram, como comunicação prévia, no "III International Meeting on Modern Portugal", efectuado em Durham

(New Hampshire), em Maio-Junho de 1984. O trabalho já foi, entretanto, parcialmente publicado pelo Ministério da Administração Interna (Isabel M. Boura et al, 1984).

Estas são as nossas pricipais fontes no que respeita à integração dos retornados, já que os outros autores citados só pontualmente se lhes referem.

Pensamos que muito há ainda a fazer para que se possa conhecer melhor este processo, apesar de muitos dados, que importaria conhecer com exatidão, já se terem perdido para sempre.

Uma das perdas de maior significado diz respeito ao número de retornados. Grande parte dos autores calcula que o seu número terá sido entre 500.000 e um milhão mas a maioria inclina-se para números compreedidos entre os 600.000 e os 800.000, ou seja, quase 10% da população portuguesa (H-M Stahl, 1982).

Quanto a nós, estes números são exagerados se considerarmos que o número de retornados residentes era, em 1981, segundo o recenceamento geral da população, de cerca da meio milhão (505.087).

Este problema resulta de não dispormos de censos da população branca do ultramar, o movimento de fronteiras ser imcompleto e não podermos contemplar as emigrações a partir das colónias, nem os nascimentos e óbitos locais nem o número de militares que se fixaram em África.

Não esquecendo que alguns dos retornados, mal chegaram a Portugal, seguiram logo o caminho da emigração e que, só o IARN, até finais de 1976, ajudou 12.642 pessoas a emigrarem, a maior parte delas para o Brasil (J. Leandro, 1984), estamos convictos de que o número mais provável de repatriados deve ter sido próximo dos 600.000.

Com a chegada dos retornados e cerca de 100.000 militares desmobilizados das guerras coloniais, o mercado do trabalho, já abalado pelas consequências do processo revolucionário, viu-se inundado por uma população activa da ordem das 300.000 pessoas (H-M Stahl, 1982).

A integração parecia realmente difícil tanto mais que, no início, os retornados se fixavam nas áreas de Lisboa e Porto, onde estavam centralizados os serviços de apoio mas onde os problemas de desemprego eram igualmente mais intensos.

Numa fase posterior, os retornados deslocaram-se, gradualmente, para as suas regiões de origem, no interior, onde a integração parecia mais fácil (L. M. Seruya, 1982).

De facto, segundo o último censo, a maioria dos retornados tinha nascido em Portugal (60%) e destes, a sua quase totalidade tinha regressado aos distritos de origem (52% do total de retornados). O mesmo censo informou que 61% dos retornados tinham estado em Angola e 33% em Moçambique.

Este regresso às origens teve repercursões demográficas importantes, e benéficas, pois permitiu o rejuvenescimento da população em regiões espoliadas pela emigração, como sucedeu em Trás-os-montes onde mais de 10% da população foi retornada, como se pode verificar pela figura 1.

Por outro lado, este mesmo fenómeno, travou o crescimento negativo da população em alguns distritos de que se apresentam alguns exemplos na figura 2.

No que diz respeito às qualificações académicas, e continuando a referir o trabalho de Rui P. Pires, verificamos que o analfabetismo, de 7% entre os retornados, contrasta com os 29% da restante população e que 4,7% dos retornados concluiram cursos superiores o que só sucedeu com 2,3% dos restantes portugueses. O referido autor acrescenta que, na população portuguesa, "são retornados 16% dos indivíduos que realizaram cursos profissionais, 12% dos que possuem um curso médio e 11% dos que conclíram um curso superior".

Se os retornados contribuiram de modo tão significativo para a melhoria das habilitações médias dos portugueses, também no mercado do trabalho obtiveram bons resultados. Se em 1976, segundo o censo do Comissariado para os Desalojados, existiam 110.000 desalojados activos desempregados, em 1982, os centros

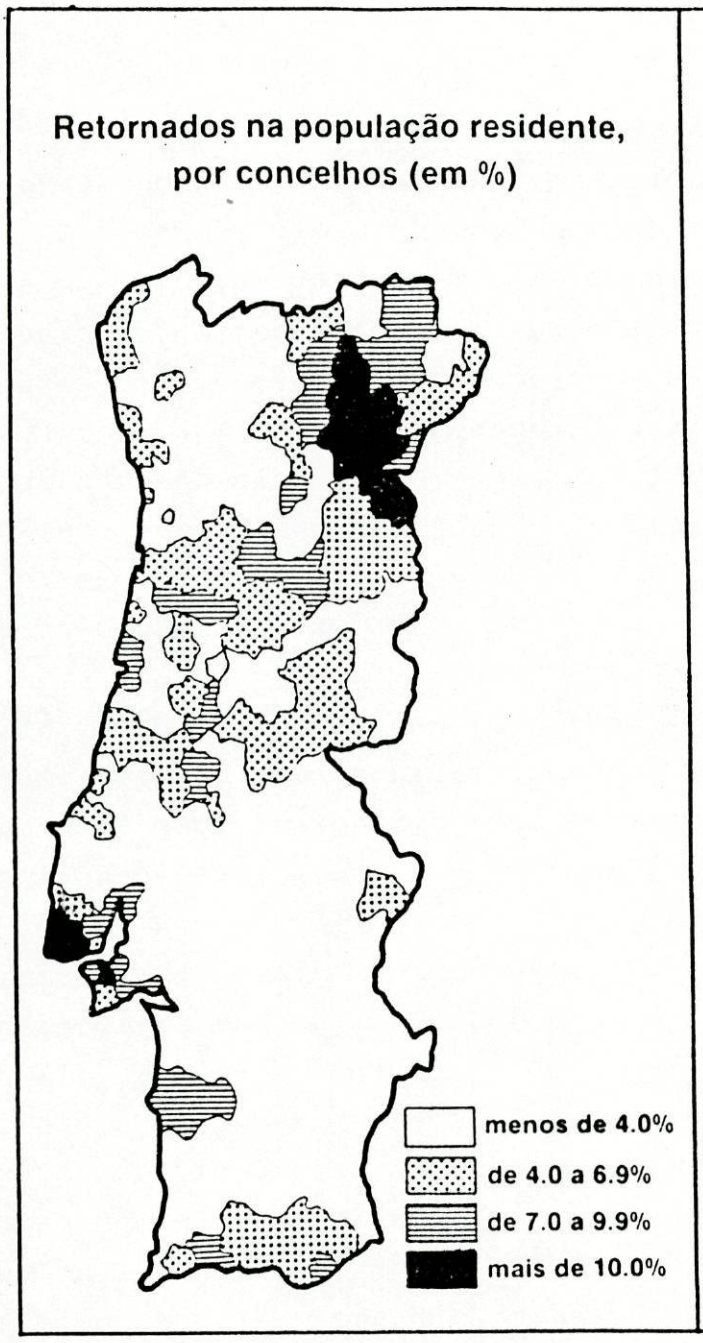


figura 1

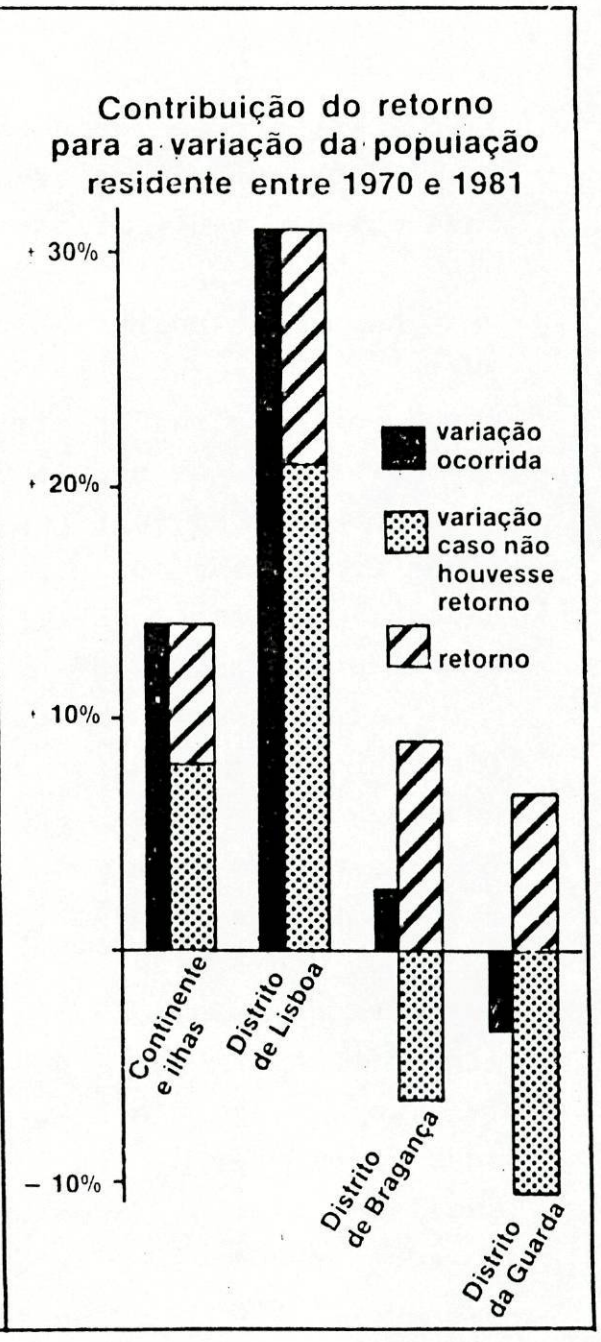


figura 2

Fonte: Reproduzido do jornal "Expresso" de 1/6/85.

de emprego já só contavam com cerca de 28.000. Isto é, ao fim de seis anos, só cerca de 6% de todos os retornados se encontravam,

ainda, por integrar no mercado do trabalho.

Convém, no entanto, destacar que os funcionários do Estado, pelo Quadro Geral de Adidos, os bancários, pelos bancos portugueses, e os licenciados com profissões liberais, tiveram uma integração profissional quase imediata.

De igual modo, parece terem exercido influência no que respeita ao incremento da industrialização e expansão do sector de serviços, em particular em zonas rurais do interior (Óscar Barata, 1982).

De facto, os retornados tiveram elevado grau de sucesso na integração económica, o que é evidente na sua experiência profissional e no estabelecimento de empresas e destacam-se dos ex-emigrantes pela sua maior facilidade em importarem novos métodos e estabelecerem empresas industriais (I. M. Boura et al, 1984).

Tal como afirma Marques Leandro (1982), "comparando este processo português de integração com outros similares estrangeiros, poderemos afirmar que, atendendo à magnitude do problema em Portugal e aos recursos afectados à sua solução, a comparação é-nos favorável".

2 - ALGUNS ASPECTOS DA PSICOPATOLOGIA LIGADA AOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

Muitos trabalhos têm sido publicados sobre a psicopatologia associada aos movimentos migratórios, focalizados, em geral, sobre os imigrantes. Menos frequentemente surgem alguns estudos sobre migrações internas, refugiados e deportados. Sobre repatriados ou "deslocados" (Peter Berner, 1967) pouco existe publicado e, que tenhamos conhecimento, nem mesmo os "pieds noirs", repatriados da Argélia e Tunísia, foram adequadamente estudados.

Segundo Peter Berner (1967), os quadros clínicos do emigrante não são, em geral, muito diferentes dos da psicopatologia habitual, isto é, ou é muito fraca ou não existe especificidade sindromática na patologia dos imigrantes. Também Vaz Serra (1980) concluiu, estudando emigrantes portugueses, no mesmo sentido.

No entanto, é possivel detectar, nomeadamente nos estados agudos, algumas diferenças de tonalidade emocional, mais ansiosa, com excitação ou inibição motora, comparativamente aos autóctones.

Dentre as formas clínicas de evolução prolongada, as de-

pressões tendem a apresentar mais intensas diminuições do impulso vital e queixas somáticas hipocondriacas (Z. Almeida, 1975; Vaz Serra et al, 1979) e com traços paranóides não acompanhados de sentimentos de culpabilidade (H. Stauss, 1957, citado por P. Berner).

A longa duração das depressões crónicas e os síndromos psicóticos agudos, de início e desaparecimento súbitos e com remissão completa, são referidos por G. Daumézon (1965) como frequentes entre os imigrantes.

Característica, para Peter Berner (1967), é a raridade de quadros maníacos, obsessivos, fóbicos e histéricos e o exagero da tonalidade ansiosa e depressiva que domina os quadros clínicos que ocorrem entre os imigrantes.

Existe uma quase completa unanimidade entre os vários autores quanto à influência que a instalação num meio estrangeiro, onde a cultura e a língua são diferentes e muitas vezes estranhas para o imigrante, pode ter nas manifestações clínicas dos quadros reactivos.

Imigrar para o meio rural ou urbano é, do mesmo modo, factor de diversidade clínica, segundo Helgason (1964). Este autor, num estudo curioso que efectuou na Islândia, concluiu que a cidade, por provocar mais "stress", desencadearia, mais fácilmente, reacções neuróticas, psicopáticas ou a toxico-dependência entre os imigrantes em meios urbanos do que entre os que se encontravam em meio rural e os não imigrantes.

A nível psicótico (endógeno), segundo o mesmo autor, os imigrantes teriam menores prevalências do que os autóctones.

Em relação às migrações internas, isto é, as que ocorrem dentro do mesmo país, não parece que estes fenómenos se verifiquem, pelo menos com as mesmas características e intensidade.

Segundo estudos efectuados, na Bahia, por Almeida-Filho (1982), os migrantes de outras zonas urbanas teriam índices mais altos de perturbação mental do que os migrantes de zonas rurais. Estes, segundo aquele autor, teriam índices idênticos aos autó-

ctones da cidade.

Parece, portanto, que a "modernidade" cultural, ou a aculturação, não estariam associadas com aumentos do risco de doença mental.

Estes achados têm sido explicados pelo facto de, nas migrações internas, a língua ser a mesma e as diferenças culturais, embora existentes, serem menos intensas.

Em relação aos repatriados de descolonizações, existem algumas diferenças notórias em comparação com os migrantes internos e os imigrantes.

Efectivamente, tal como sucede com os migrantes internos, a língua continua a ser a mesma mas tal não sucede quanto à cultura e ao padrão de vida prévio.

Nas colónias, os repatriados adaptaram-se aos modelos culturais dos indígenas. Não só os franceses, no Norte de África, foram influênciados pela cultura islâmica mas também os portugueses, em África, foram, pode dizer-se, africanizados, e, segundo Fernandes da Fonseca (1981), determinados factores culturais podem provocar metamorfoses sobre algumas das formas do adoecer psíquico.

Por outro lado, em geral, os repatriados ocupavam, nas colónias, posições muito mais elevadas nos escalões sociais do que aquelas que vão ocupar nas suas metrópoles.

Esta frequente descida de escalão social, associada ao facto de, em geral, serem repatriados sem os seus haveres, deixando na colónia a casa, os parentes falecidos e um passado construido com esforço, quando não todo o dinheiro, e, a que se acrescenta muitas vezes, a experiências de guerra, fazem com que os repatriados se apresentem, face às manifestações psicopatológicas associadas a essa sua condição, de um modo muito diferente dos imigrantes ou mesmo dos migrantes internos.

Estes, chegados aos seus destinos, podem ter muitas dificuldades de integração mas, pelo menos, esperam conseguir melhores condições económicas. Os repatriados das descolonizações

ficaram, pelo contrário, espoliados dos seus haveres, das recordações do passado, às vezes também do futuro, e migraram contra a sua própria vontade.

Neste aspecto, podemos dizer que os repatriados estão mais próximos dos exilados do que dos demais migrantes.

Em relação aos repatriados da Argélia e da Tunísia (J. Alliez e R. Mayaud, 1960: A. Becache et al, 1963 citados por P. Berner), observaram-se, logo após a chegada à metrópole, reacções cenestopáticas sobre um fundo de depressão e ansiedade difusa, algumas vezes acompanhadas de ideias delirantes relacionadas com as experiências vividas.

Os referidos autores atribuem um papel patogénico importante às dificuldades de alojamento e à impossibilidade, frequente, de conseguirem recuperar o nível profissional e social anteriores. Daí resultaria o sentimento de não serem compreendidos.

Observações idênticas foram efectuadas em relação a alemães repatriados do Danúbio que revelaram sintomas histéricos e conteúdos mágicos, tanto mais frequentemente quanto mais primitiva era a região de origem (H. Ebermann e G. Mollhoff, 1957, citados por P. Berner).

Em relação aos repatriados da descolonização portuguesa, verificamos, em linhas gerais, problemas muito semelhantes aos vividos pelos franceses.

Muitos dos retornados sofreram de depressão que, segundo Guimarães Lopes (1982), "não pode ser, simplesmente, considerada uma depressão neurótica ou mesmo endo-reactiva (Weitbrecht)".

Outros, ainda, segundo o mesmo autor, desenvolveram síndromos de litigância que realçaram os aspectos asténicos da personalidade e se manifestaram nas acções sociais e de oposição às instituições com que lidavam. Refere ainda o mesmo autor que ideias de ruina e culpa, em hipocondriacos, teriam um curso sub-crónico.

Quanto a nós, alguns destes aspectos da psicopatologia observada em retornados estarão, igualmente, relacionados com o

facto de, nos primeiros tempos, eles se terem comportado ou sido obrigados a comportar como uma minoria, isolando-se da restante sociedade portuguesa e cultivando aspectos culturais específicos.

Como é habitual suceder às minorias, foram alvo de acusações, infundadas ou, pelo menos, generalizadas, inclusivé pela imprensa, de que estariam relacionados com todos os males de que a sociedade portuguesa enfermava (droga, prostituição e violência política). Isto não deixa de se manifestar negativamente sobre o equilibrio mental das pessoas que, desse modo, se sentem injustamente agredidas.

3 - CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA INTEGRAÇÃO DOS RETORNADOS NA SOCIEDADE PORTUGUESA

3.1 - Objectivo do trabalho

Neste nosso modesto contributo para o estudo da integração dos repatriados da descolonização portuguesa, desde agora denominados exclusivamente como retornados e, nos quadros, pela abreviatura "RE", é nossa intenção, tal como definimos na introdução, extrairmos algumas ilações, a partir dos que, ao fim de oito anos sobre a descolonização, ainda se não tinham incluído no mercado do trabalho, em Portugal.

Estamos convictos, e os relatos da imprensa parecem confirmá-lo, de que a integração dos retornados foi, efectivamente, rápida e, em geral, benéfica para a sociedade portuguesa (Expresso, 25.04.86). Sendo assim, esperamos encontrar, no nosso grupo de retornados que, em 1982, extinto o I.A.R.N., ainda estavam, transitóriamente, inscritos, como grupo autónomo de desempregados, nos Centros de Emprego, índices etários, sanitários e outros, em geral piores do que os existentes entre a maioria

dos desempregados. Isto é, pensamos que, na altura do estudo, constituiriam um sedimento de indivíduos com maiores dificuldades de adaptação e que, talvez como consequência disso, poderiam apresentar alterações psico-patológicas mais pronunciadas e incapacitantes.

Não pretendemos, no entanto, que este trabalho seja, em rigor, um estudo epidemiológico já que, segundo John Last (1980), a epidemiologia é "o estudo da distribuição e das dinâmicas das doenças nas populações".

De facto não atingimos o nível de diagnóstico clínico com os testes e questionários que utilizamos mas sómente pudemos fazer um estudo das condições sócio-profissionais e médico-sanitárias e estabelecer perfis psico-patológicos em função do modo de sentir as dificuldades da reintegração.

Por outro lado, com os instrumentos psicométricos de segunda geração que utilizamos (Bruce e Barbara Dohrenwend, 1982), geralmente bastante sensíveis mas pouco específicos, nem sempre pudemos estar seguros de medirmos aquilo que pretendiamos medir.

Além de tudo isto, por utilizarmos instrumentos de auto-aplicação e pelas condições em que o seu preenchimento ocorreu, em geral nos Centros de Emprego e por pessoas naturalmente desejosas de poderem receber subsídios, os resultados merecem-nos, em geral, reservas, pois pensamos que a auto-comiseração e a procura de respostas de conveniência, apesar dos cuidados desenvolvidos para evitarmos esses fenómenos e da própria estrutura dos questionários que já o prevê, devem ter sido suficientemente intensos para poderem influenciar os resultados.

Quando nos aproximamos dos diagnósticos de tipo clínico, também esses carecem de confirmação médica ou de maior rigor para apuramento dos diagnósticos referidos pelos inquiridos.

Sendo assim e por muito pouco existir publicado sobre o assunto, resta-nos esperar que este trabalho, tão longe do ideal mas que foi o possível, possa contribuir, nos aspectos social e psicológico, para uma melhor compreensão dos processos de inte-

gração dos retornados da, ainda recente, descolonização portuguesa.

3.2 - Constituição das amostras

Para o desenvolvimento deste estudo, e para podermos dispor de grupos com os quais pudéssemos comparar o dos retornados, extaímos, de uma população mais vasta, três amostras que perfazem uma população global de 546 sujeitos, amostras homogéneas quanto às características pelas quais também são designadas.

De toda esta população, foram excluidos aqueles que, por já terem emigrado para países estrangeiros, pudessem inquinar a amostra e, no que respeita aos grupos designados de desempregados residentes (DE) e empregados (EM), foram, também, excluidos os que tivessem residido, como civis, nas ex-colónias portuguesas da África ou Ásia.

Por desempregados residentes considerámos os indivíduos que, já tendo trabalhado, caíram no desemprego. Ficaram, por isso, excluidos da nossa amostra os candidatos ao primeiro emprego.

O estudo desta população decorreu, para os retornados e desempregados residentes, no Centro de Emprego do Porto, no ano de 1982. Os empregados foram entrevistados, entre 1982 e 1985, em algumas empresas dos distritos do Porto e Aveiro (numa instituição bancária, numa oficina de reparação de automóveis, num centro de saúde e numa empresa metalúrgica).

A população que é alvo central do nosso estudo, é constituida por 254 retornados (RE) que, depois da sua repatriação, ainda não tinham conseguido colocação no mercado de trabalho e, à data do estudo, estavam a receber o subsídio especial de desemprego que lhes era atribuido no Centro de Emprego do Porto.

No primeiro semestre de 1982 (Fevereiro), existiam, a nível nacional, cerca de 254 mil pessoas inscritas nos centros de em-

prego, 75 mil e quinhentas das quais estavam subsidiadas e destas, aproximadamente, 28 mil e quinhentas eram desalojadas.

Quanto ao Centro de Emprego do Porto, que abrangia os concelhos do Porto e da Maia, contava, nessa data (Março), com 8.516 inscritos, 2.854 dos quais subsidiados e, destes, 1.091 eram retornados.

Podemos, portanto, afirmar que a nossa amostra de retornados (254) é amplamente representativa (23,3%) da população de desalojados inscritos no Centro de Emprego do Porto.

Quanto ao sexo (Quadro I), o grupo de retornados é constituido por 42 indivíduos do sexo masculino (16,5%) e 212 do sexo feminino (83,5%).

POPULAÇÃO TOTAL ESTUDADA

N=546

254 RETORNADOS DAS COLÓNIAS (RE)	42 (16,5%)	HOMENS
	212 (83,5%)	MULHERES
180 DESEMPREGADOS RESIDENTES (DE)	79 (43,9%)	HOMENS
	101 (56,1%)	MULHERES
112 EMPREGADOS (EM)	52 (46,4%)	HOMENS
	60 (53,6%)	MULHERES

QUADRO I

Os restantes grupos, que nos servem para comparações de

controlo, são constituídos por 180 desempregados residentes (DE), 79 do sexo masculino (43,9%) e 101 do feminino (56,1%), e 112 empregados (EM), 52 do sexo masculino (46,4%) e 60 do feminino (53,6%).

Desde já podemos verificar que, na nossa amostra, os retornados apresentam um predomínio feminino, comparativamente a qualquer dos outros grupos, e estas diferenças têm forte significado estatístico ($p<0,001$). Este é um dos factos que justifica a necessidade de prosseguirmos o estudo dos nossos dados com separação dos resultados por sexo.

Em relação à proveniência dos retornados, (Quadro II) verificamos que a grande maioria (77,6%) tinha sido repatriada de Angola e as diferenças de distribuição existentes, entre os sexos, não têm significado estatístico.

PROCEDÊNCIA DOS RETORNADOS

TOTAL=254

	H		M	
	n= 42	%	n= 212	%
ANGOLA	31	73,8	166	78,3
MOÇAMBIQUE	10	23,8	44	20,8
TIMOR	-	-	1	0,5
Sem resposta	1	2,4	1	0,5

QUADRO II

3.3 - Método de estudo

3.3.1 - Metodologia de observação e instrumentos utilizados

A observação, de todos os indivíduos estudados, foi efectu-

ada segundo as mesmas normas, nos três grupos já mencionados (retornados, desempregados e empregados), independentemente do local onde se encontravam.

O preenchimento dos inquéritos, questionários e escalas de avaliação de condições psicológicas e psicopatológicas foram efectuadas, na modalidade de auto-aplicação, sob a supervisão de um entrevistador para esclarecimento das dúvidas, e, no caso dos analfabetos, foram preenchidos por este, de acordo com as respostas dadas pelos entrevistados à leitura directa das perguntas.

Os instrumentos de observação e avaliação utilizados, que se encontram discriminados no Anexo, foram os seguintes:

- Questionário do "Grupo de Estudos sobre Desemprego e Migrações" (Fonseca, 1982) que se destinava a recolher os dados respeitantes ao estudo biográfico (sexo, idade, estado civil, etnia, naturalidade, residência, religião, habilitações literárias, e serviço militar), ao estudo das condições sócio-profissionais (profissão, emprego/desemprego, associativismo e migrações) e ao estudo da situação médico-sanitária (condições de habitação e alimentação e antecedentes de doença).

Este questionário foi elaborado por um grupo de médicos, psicólogos e assistentes sociais do Departamento de Saúde Mental da Faculdade de Medecina - Hospital de S. João, e destinou-se ao desenvolvimento de vários trabalhos de investigação, na área da Psiquiatria Social, relacionados com o desemprego e migrações, conforme explicámos na introdução a este texto.

- Inventário de Personalidade de Eysenck - EPI (H. Eysenck e S. Eysenck, 1964; H. Eysenck, 1976), com o fim de determinar os índices de neuroticismo e introversão/extroversão, de interesse para o estudo da personalidade dos entrevistados.

Utilizamos uma tradução portuguesa, cedida pelo Dr. F. Medeiros Paiva, obtida a partir da versão espanhola (M. Turet et al, 1978) e da tradução portuguesa de Vaz Serra et al (1980).

Perferimos aquela porque, apesar de estar aferida para a

população espanhola, se encontra discriminada por vários grupos etários com indicação de percentis, profissões e grau de escolaridade, o que nos facilitou bastante a comparação com a nossa amostra. Além disso, utiliza uma escala de controlo a de sinceridade e não a de mentira, como os autores reconhecem ser mais conveniente.

- Questionário do Hospital Middlesex - MHQ (S. Crown e A. Crisp, 1970), escala de psicopatologia clínica, que nos permite avaliar traços de ansiedade, fobia, obsessividade, ansiedade somática, depressividade e histeria.

A tradução portuguesa deste questionário foi-nos cedida pelo Prof. Doutor A. Pacheco Palha.

- Michigan Alcoholism Screening Test - MAST (M. Selzer, 1971), que nos permite fazer a detecção de alcoolismo. Utilizámos as traduções e aferições para a população portuguesa de Vaz Serra et al (1973) e Palha et al (1981).

3.3.2 - Análise Estatística

A análise dos dados recolhidos foi efectuada tendo em consideração que a estatística se pode empregar como "instrumento de descrição ou de decisão" (J. Levin, 1978).

Num primeiro nível, de tipo descritivo, procurámos apresentar a caracterização dos universos das diferentes amostras por processos simples e de fácil leitura com o recurso a cálculos elementares de médias e desvios padrões, para as variáveis de nível intervalar, e de percentagens para as de nível nominal e ordinal que são, em geral, apresentadas em quadros.

A partir das populações estudadas procurámos inferir ou tomar decisões sobre a distribuição dos diferentes fenómenos e as relações recíprocas das variáveis a nível do universo da amostra. Com esses objectivos, procedemos ao uso de diferentes métodos estatísticos conforme as características de mensuração

das variáveis em análise.

Para as variáveis de nível de mensuração nominal, a maioria das estudadas neste trabalho e que se caraterizam pela colocação dos sujeitos em categorias mutuamente exclusivas (v.g. sexo, estado civil, etc.) e a contagem das frequências, optámos pela construção de tabelas de contingência e pelo uso do "teste do qui-quadrado" para o estudo do tipo de relações entre as diferentes variáveis.

Nas tabelas de contingência 2x2 em que as frequências esperadas eram menores que 10 em cada casela e para evitarmos que o "qui-quadrado" fosse maior do que o real, optámos pelo uso da correcção de "Yates" ou de continuidade.

Nas tabelas de contingência com graus de liberdade maiores do que 1 e sempre que mais de 20% das frequências esperadas eram menores do que 5, procedeu-se à reorganização das categorias de modo a diminuir o número de graus de liberdade e a aumentar o valor das frequências esperadas.

Como extensão do "qui-quadrado" e rejeitada a hipótese nula de independência das variáveis, pudemos calcular os coeficientes de correlação, o que não é mais do que determinar o grau ou força de associação entre elas.

Para tabelas de 2x2 determinamos o "coeficiente fi" e para tabelas de ordem superior o "V de Cramér", já que o número de linhas e colunas interfere com o valor máximo do coeficiente de contingência (P. Cibois, 1984).

Quando algumas variáveis se apresentavam como susceptíveis de serem influenciadas por uma terceira (caso da idade), constituímos grupos homogéneos e procedemos à combinação de probabilidades pela soma dos "qui-quadrados" parcelares (R. Fisher, 1970).

O nível ordinal de mensuração consiste na ordenação dos sujeitos, por graus, em função de determinada característica. Neste estudo poucas são as variáveis que obedecem a esta regra e, quando surgem, indicam-se os métodos utilizados, em geral,

uma "prova da mediana".

O nível intervalar implica o uso de unidades constantes de medida, com intervalos iguais entre os diversos pontos da escala, e permite a comparação quantitativa entre os sujeitos. São exemplos o número de anos dos indivíduos, o número de consultas médicas ou a pontuação obtida num teste.

Utilizámos, no caso de duas amostras independentes, a "razão t" ou "teste t de Student" em que o erro padrão da diferença era ponderado em função do tamanho das amostras (G. Snedecor e W. Cochran, 1980).

Quando considerado conveniente, usamos, para a determinação de correlações entre variáveis intervalares, o "r de Pearson". Outros tratamentos estatísticos excepcionais serão descritos, sempre que utilizados, ao longo da apresentação de resultados.

3.4 - Resultados obtidos

Neste sub-capítulo, estudaremos, segundo os métodos estatísticos já apresentados, as variáveis recolhidas na nossa amostra de retornados e procederemos à sua comparação com os valores encontrados entre os elementos das nossas amostras de controlo, desempregados residentes e empregados.

A apresentação dos resultados será efectuada em quatro partes principais.

Primeiro apresentaremos os dados biográficos que incluem vários aspectos da vida dos entrevistados e que, essencialmente, se destinam à caracterização das amostras. Seguem-se os aspectos sócio-profissionais, médico-sanitários e o estudo psicométrico.

Uma questão importante que, desde já, deve ser esclarecida é a do tratamento dado às faltas de informação. Apesar de considerarmos as recusas a responder como muito importantes, optamos por não as incluir no tratamento estatístico mas, nos quadros, esses valores serão apresentados.

3.4.1 - Estudo biográfico

O estudo biográfico, que passamos a descrever neste sub-capítulo, compreende a idade, o estado civil, a etnia, a naturalidade e residência, a religião, as habilitações literárias e, relativamente ao sexo masculino, o serviço militar.

3.4.1.1 - Idade

No Quadro III estão representadas as idades dos três grupos (retornados, desempregados e empregados) das nossas amostras.

	RE=254		DE=180		EM=112	
	H=42	M=212	H=77(a)	M=101	H=52	M=60
MÉDIA	45,14	41,17	34,70	26,95	36,85	33,03
DP	10,02	10,91	15,25	8,96	8,66	7,70
IDAD.-LIM.	24-59	22-60	16-65	15-57	25-61	16-53
M(33,03) EM	+12,11 ****	+8,14 ****	NS	-6,08 ****	+3,82 *	
H(36,85) EM	+8,29 ****	+4,32 **	NS	-9,90 ****		
M(26,95) DE	+18,19 ****	+14,22 ****	+7,75 ****			
H(34,70) DE	+10,44 ****	+6,47 ****				
M(41,17) RE	+3,97 *					

(*) p<0,05 (***) p<0,005
(**) p<0,01 (****) p<0,001

(a) Não mencionaram a idade, dois dos desempregados do sexo masculino

QUADRO III

Da análise do quadro anterior, podemos salientar que, tanto os homens como as mulheres do nosso grupo de retornados, são, em média, 4 a 12 anos mais velhos do que os elementos do grupo de empregados ($p<0,01$) e 6 a 18 anos mais velhos do que os que constituem o de desempregados ($p<0,001$).

As mulheres desempregadas são, por outro lado, 6 a 10 anos mais novas do que os elementos que constituem a nossa amostra de empregados ($p<0,001$).

Queremos, ainda, salientar que, dentro de cada um destes grupos, as mulheres são sempre, em média, mais novas do que os homens, cerca de quatro anos entre os retornados e os empregados ($p<0,05$) e oito anos nos desempregados ($p<0,001$).

3.4.1.2 - Estado civil

	RE=254				DE=180				EM=112			
	H		M		H		M		H		M	
	n= 42	%	n= 212	%	n= 79	%	n= 101	%	n= 52	%	n= 60	%
CASADO	28	66,7	133	62,7	46	58,2	49	48,5	48	92,3	48	80,0
SOLTEIRO	12	28,6	29	13,7	31	39,2	47	46,5	4	7,7	12	20,0
VIUVO	-	-	21	9,9	-	-	1	1,0	-	-	-	-
SEP./DIV.	2	4,8	29	13,7	2	2,5	4	4,0	-	-	-	-
EM M	NS		p<0,001		p<0,05		p<0,005		NS			
EM H	p<0,01		p<0,001		p<0,001		p<0,001					
DE M	NS		p<0,001		NS							
DE H	NS		p<0,001									
RE M	p<0,05											

V de Cramér=0,26
p<0,001

QUADRO IV

No estudo estatístico da distribuição dos indivíduos das amostras, considerando as distribuições por sexos, quanto ao estado civil, concluímos o seguinte.

As mulheres retornadas destacam-se por apresentarem frequências de distribuição pelos diferentes estados civis que são muito diferentes ($p<0,001$) do que qualquer outro dos grupos, independentemente dos sexos.

De facto, apresentam percentagens baixas de solteiras e relativamente elevadas de viúvas e separadas ou divorciadas. Essa diferença existe, de igual modo, comparativamente aos homens retornados embora com menor significado estatístico ($p<0,05$).

Estes últimos apresentam, além disso, uma maior percentagem de solteiros do que os homens da nossa amostra de empregados ($p<0,01$).

Ao compararmos desempregados e empregados, verificamos que estes últimos, independentemente do sexo, apresentam, sempre, percentagens de casados que são superiores ($p<0,05$).

No geral, a correlação, entre os vários estados civis e os grupos, é moderada (0,26) com fortíssimo significado estatístico ($p<0,001$).

3.4.1.3 - Etnia

	RE=254				DE=180				EM=112			
	H		M		H		M		H		M	
	n= 42	%	n= 212	%	n= 79	%	n= 101	%	n= 52	%	n= 60	%
EUROPEIA	41	97,6	194	91,5	74	93,7	95	94,1	52	100	60	100
N/ EUROPEIA	1	2,4	16	7,6	3	3,8	-	-	-	-	-	-
Sem resp.	-	-	2	0,9	2	2,5	6	5,9	-	-	-	-

QUADRO V

No Quadro V, apresentámos as percentagens quanto à etnia e, como seria de prever, a maioria dos elementos de etnia não europeia, encontram-se no grupo de retornados. As diferenças só tiveram significado estatístico quando se compararam as mulheres retornadas com as desempregadas ($p<0,05$).

Em geral, obtivemos uma correlação fraca (V de Cramér = 0,18) da etnia com os diferentes grupos ($p<0,005$).

3.4.1.4 - Naturalidade e residência

NATURALIDADE

	RE=254				DE=180				EM=112			
	H		M		H		M		H		M	
	n= 42	%	n= 212	%	n= 79	%	n= 101	%	n= 52	%	n= 60	%
PORTO	21	50,0	75	35,4	66	83,5	89	88,1	38	73,1	16	26,7
Outros Distritos	18	42,9	83	39,2	10	12,7	10	9,9	12	23,1	44	73,3
MADEIRA e AÇORES	-	-	3	1,4	-	-	-	-	-	-	-	-
ANGOLA e MOÇAMBIQUE	3	7,1	49	23,1	2	2,5	2	2,0	2	3,9	-	-
ESTRANGEIRO	-	-	2	0,9	1	1,3	-	-	-	-	-	-

EM	M	p<0,05		NS		p<0,001		p<0,001		p<0,001		
	H	p<0,05		p<0,001		NS		p<0,05				
DE	M	p<0,001		p<0,001		NS						
	H	p<0,001		p<0,001								
RE	M	NS										

V de Cramér=0,49
p<0,001

QUADRO VI

A naturalidade dos retornados (Quadro VI), quando comparada com a dos desempregados, é significativamente diferente ($p<0,001$). Estes são, na sua grande maioria, naturais do distrito do Porto e os retornados, como seria de esperar, apresentam elevadas percentagens de naturais de Angola e Moçambique e de outros distritos do continente.

Dentro dos grupos de retornados e de desempregados não se encontraram diferenças, entre os sexos, com significado estatístico. Já o mesmo não sucedeu entre os empregados ($p<0,001$) mas isso deve-se ao facto de grande parte das mulheres deste grupo terem sido entrevistadas no distrito de Aveiro.

Daqui resultam diferenças entre empregados e retornados e desempregados que, embora com significado estatístico, se nos apresentam como espúrias pelo que nos dispensamos de as descrever.

RESIDÊNCIA (CONCELHO)

	RE=254				DE=180				EM=112			
	H		M		H		M		H		M	
	n=		n=		n=		n=		n=		n=	
	42	%	212	%	79	%	101	%	52	%	60	%
PORTO	42	100	208	98,1	72	91,1	96	95,1	44	84,6	22	36,7
Outros	-	-	4	1,9	7	8,9	5	4,9	6	11,5	38	63,3
Sem resp.	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3,9	-	-
EM M	p<0,001		p<0,001		p<0,001		p<0,001		p<0,001			
EM H	NS		p<0,005		NS		NS					
DE M	NS		NS		NS							
DE H	NS		p<0,05									
RE M	NS											
RE									V de Cramér=0,60 p<0,001			

QUADRO VII

No que se refere à residência, o Quadro VII serve essencialmente para confirmar o que anteriormente disseramos ácerca da existência, na nossa amostra de mulheres empregadas, de um elevado número de residentes no distrito de Aveiro.

Por isso, apresentamos, no quadro VIII, a distribuição dos domicílios dos retornados, residentes no concelho do Porto, pelas respectivas freguesias.

Verificámos, pelas percentagens observadas, que as freguesias que contavam com mais retornados eram as de Paranhos e Ramalde.

FREGUESIAS DE RESIDÊNCIA (PORTO)

	RETORNADOS N=254					
	H		M		H	M
ALDOAR	1	2,4	1	0,5	NEVOGILDE	- -	1	0,5
BONFIM	4	9,5	23	11,1	PARANHOS	10	23,8	42	20,2
CEDOFEITA	5	11,9	22	10,6	RAMALDE	6	14,3	52	25,0
FOZ DO DOURO	-	-	1	0,5	St. ILDEFONSO	5	11,9	33	15,9
LORDELO DO OURO	1	2,4	4	1,9	SE	5	11,9	7	3,4
MASSARELOS	1	2,4	4	1,9	VITORIA	1	2,4	7	3,4
MIRAGAIA	3	7,1	4	1,9	Sem resposta	-	-	7	3,4

QUADRO VIII

3.4.1.5 - Religião

No que se refere à religião (Quadro IX), efectuámos o estudo estatístico considerando três grupos de atitudes religiosas; católicos praticantes, católicos não praticantes e outras religiões

Verificámos que a maioria da população estudada se considerava católica e que as diferenças diziam respeito à prática ou não da religião. Em relação a este aspecto, as mulheres empregadas eram mais praticantes do que qualquer dos outros sub-grupos

(p<0,05), à excepção das mulheres retornadas.

As mulheres retornadas, por seu lado, apresentaram-se como mais praticantes do que os homens retornados, desempregados e empregados (p<0,005). Dentro de cada grupo, só as mulheres desempregadas não eram, significativamente, mais praticantes do que os homens.

Quanto às outras religiões, apenas um escasso número as referiu.

RELIGIÃO

	RE=254				DE=180				EM=112			
	H		M		H		M		H		M	
	n=		n=		n=		n=		n=		n=	
	42	%	212	%	79	%	101	%	52	%	60	%
CATÓLICOS PRATIC.	17	40,5	132	62,3	29	36,7	52	51,5	18	34,6	38	63,3
CATÓLICOS N.PRATIC.	22	52,4	57	26,9	40	50,6	39	38,6	28	53,9	20	33,3
OUTRA REL. PRATIC.	-	-	10	4,7	1	1,3	2	2,0	2	3,9	-	-
OUTRA REL. N.PRATIC.	-	-	4	1,9	-	-	1	1,0	-	-	-	-
SEM REL.	1	2,4	2	0,9	9	11,4	6	5,9	2	3,9	-	-
Sem resposta	2	4,8	7	3,3	-	-	1	1,0	2	3,9	2	3,3

EM	M	p<0,05		NS		p<0,001		p<0,05		p<0,005		
	H	NS		p<0,001		NS		NS				
DE	M	NS		NS		NS						
	H	NS		p<0,001								
RE	M	p<0,005										

V de Cramér=0,19
p<0,001

QUADRO IX

No geral, obtivemos uma correlação moderada (0,19) entre a religiosidade e os grupos considerados ($p<0,001$).

3.4.1.6 - Habilitações literárias

As habilitações literárias foram consideradas em vários níveis de instrução. Assim, o nível sem instrução alguma corresponde ao analfabetismo, no qual estão também incluídos os que não tinham completado a instrução primária, por considerarmos que, na prática, são analfabetos.

Os outros níveis correspondem ao escolar, liceal e universitário, ou equivalentes.

	RE=254				DE=180				EM=112			
	H		M		H		M		H		M	
	n=		n=		n=		n=		n=		n=	
	42	%	212	%	79	%	101	%	52	%	60	%
S/INSTRUÇÃO OU PRIM.INC.	4	9,5	61	28,8	16	20,3	19	18,8	-	-	-	-
PRIMÁRIA	28	66,7	88	41,5	36	45,6	40	39,6	10	19,2	6	10,0
SECUNDÁRIA	9	21,4	61	28,8	20	25,3	36	35,6	32	61,5	48	80,0
SUPERIOR	1	2,4	2	0,9	2	2,5	2	2,0	10	19,2	6	10,0
Sem resposta	-	-	-	-	5	6,3	4	4,0	-	-	-	-
EM M	p<0,001		p<0,001		p<0,001		p<0,001		NS			
EM H	p<0,001		p<0,001		p<0,001		p<0,001					
DE M	p<0,05		NS		NS							
DE H	NS		NS									
RE M	p<0,05											

V de Cramér=0,30
p<0,001

QUADRO X

Analisando o Quadro X, verificámos que, independentemente

do sexo, os empregados têm níveis de instrução mais elevados do que qualquer um dos outros grupos ($p<0,001$). Os homens retornados têm, além disso, menor frequência de analfabetismo do que as mulheres do mesmo grupo ($p<0,05$).

Por seu lado, as mulheres desempregadas apresentam mais analfabetismo mas também maiores frequências em relação ao ensino médio quando comparadas com os retornados do sexo masculino ($p<0,05$).

De referir, ainda, que apenas entre os retornados se encontraram diferenças, entre os sexos, com significado estatístico ($p<0,05$).

No geral, a correlação entre os vários níveis de instrução e os grupos definidos é moderada (0,30), com fortíssimo significado estatístico ($p<0,001$).

ESTUDANTES TRABALHADORES

	RE=254				DE=180				EM=112			
	H		M		H		M		H		M	
	n=		n=		n=		n=		n=		n=	
	42	%	212	%	79	%	101	%	52	%	60	%
SIM	5	11,9	15	7,1	15	19,0	11	10,9	24	46,2	18	30,0
NÃO	37	88,5	197	92,9	64	81,0	90	89,1	28	53,8	42	70,0
EM M	NS		p<0,001		NS		p<0,005		NS			
EM H	p<0,005		p<0,001		p<0,005		p<0,001					
DE M	NS		NS		NS							
DE H	NS		p<0,01									
RE M	NS											

V de Cramér=0,33
p<0,001

QUADRO XI

No que se refere à percentagem de estudantes trabalhadores, verificámos que a frequência era mais elevada entre os homens

empregados do que qualquer outro grupo, independentemente dos sexos, e com forte significado estatístico ($p<0,005$).

Verificámos, ainda, que as mulheres empregadas apresentavam, também, valores relativamente mais altos do que as mulheres retornadas e desempregadas ($p<0,005$). O mesmo se verificou entre os homens desempregados e as mulheres retornadas ($p<0,01$).

Dentro de cada grupo, não se encontraram diferenças com significado estatístico, entre os sexos. Em geral, a correlação encontrada foi moderada (0,33) e com fortíssimo significado estatístico ($p<0,001$).

3.4.1.7 - Serviço militar

Neste subcapítulo estudámos os aspectos relacionados com o serviço militar, que, como se compreende, apenas diz respeito aos indivíduos do sexo masculino.

Abordaremos o cumprimento ou não do serviço militar (Quadro XII), e, neste último caso, o motivo pelo qual não o efectuou (Quadro XIII).

Por fim, analisaremos a área (de guerra ou não bélica) onde foi cumprido o serviço militar (Quadro XIV).

	RE		DE		EM	
	n=42	%	n=79	%	n=52	%
FEZ SERVIÇO MILITAR	21	50,0	35	44,3	48	92,3
NÃO FEZ SERVIÇO MILITAR	21	50,0	44	55,7	4	7,7

QUADRO XII

As diferenças existentes entre os três grupos só têm significado estatístico quando se comparam as frequências de cumprimento do serviço militar dos empregados, em que a maioria o cum-

priu, com os outros dois grupos ($p<0,001$).

Também relativamente ao motivo pelo qual não fizeram serviço militar, não se encontraram diferenças de distribuição com significado estatístico entre os três grupos da amostra, mesmo quando se procedeu a agrupamentos das diversas razões evocadas (Quadro XIII).

MOTIVO PELO QUAL NÃO FEZ SERVIÇO MILITAR

	RE		DE		EM	
	n=21	%	n=44	%	n=04	%
AGUARDAR INSPECÇÃO	-	-	17	38,6	-	-
FALTA DE ROBUSTEZ FISICA	10	47,6	12	27,3	-	-
DOENÇA	5	23,8	2	4,6	-	-
APOIO FAMILIA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RAZÕES	5	23,8	12	27,3	2	50,0
Sem resposta	1	4,8	1	2,3	2	50,0

QUADRO XIII

Quanto à área onde permaneceram durante o serviço militar, (Quadro XIV) apenas encontrámos um número significativamente mais elevado de retornados que estiveram em área de guerra do que entre os empregados ($p<0,01$).

ÁREA ONDE EFECTUOU O SERVIÇO MILITAR

	RE		DE		EM	
	n=21	%	n=35	%	n=48	%
ÁREA DE GUERRA	12	57,1	10	28,6	10	20,8
ÁREA NÃO BÉLICA	9	42,9	25	71,4	38	76,2

QUADRO XIV

3.4.2 - Estudo das condições socio-profissionais

O estudo das condições sócio-profissionais dos retornados, e a sua comparação com as dos desempregados e empregados, compreende a descrição de alguns aspectos relacionados com a profissão inicial e actual, a idade de início do trabalho, o desemprego e reacções inerentes, o subsídio de desemprego, o relacionamento com os colegas de trabalho e patrões e a actividade associativa.

Seguiremos, neste sub-capítulo, a mesma metodologia que utilizámos no capítulo anterior (Estudo biográfico), para a análise dos resultados.

3.4.2.1 - Profissão inicial e actual

Para a classificação das profissões, considerámos a sua divisão em três grandes grupos.

Um deles, o sector primário, inclui os agricultores e trabalhadores agrícolas. Do sector secundário fazem parte as actividades ligadas às indústrias de construção e transformação. E, por último, o sector terciário compreende os ramos do comércio e dos serviços.

Procurámos verificar se existia predominância de algum sector profissional nos três grupos da nossa amostra e se, entre eles, existiam diferenças com significado estatístico.

Começámos por analisar o Quadro XV, que diz respeito ao sector profissional no qual os indivíduos da nossa amostra começaram a trabalhar.

Em geral, a correlação é moderada (0,30) entre os vários sectores profissionais e os grupos, apresentando um elevado significado estatístico ($p<0,001$).

As mulheres empregadas têm um peso muito elevado no sector terciário o que faz com que elas apresentem importantes diferenças estatísticas quando comparadas com qualquer um dos outros

grupos (p<0,01). Por seu lado os homens empregados, diferem, apenas, do grupo de desempregados, independentemente do sexo, por apresentarem, também eles, elevado predomínio no sector terciário (p<0,05).

Os homens desempregados apresentam distribuição distinta das mulheres retornadas (p<0,001) porque, nestas, o sector terciário tem, relativamente, mais peso. O mesmo sucede quando se comparam mulheres desempregadas com retornados (p<0,005), independentemente do sexo, pois estes iniciaram, com maior frequência, a sua vida profissional pelo sector terciário.

Dentro de cada grupo, as mulheres, como era de esperar, apresentam frequências mais elevadas do que os homens, em relação ao sector terciário (p<0,05).

PROFISSÃO INICIAL

	RE=254				DE=180				EM=112			
	H		M		H		M		H		M	
	n= 42	%	n= 212	%	n= 79	%	n= 101	%	n= 52	%	n= 60	%
SECT. PRIM.	4	9,5	2	0,9	4	5,1	-	-	-	-	-	-
SECT. SEC.	18	42,9	62	29,3	50	63,3	61	60,4	20	38,5	6	10,0
SECT. TER.	20	47,6	146	68,9	24	30,4	40	39,6	32	61,5	54	90,0
Sem resp.	-	-	2	0,9	1	1,3	-	-	-	-	-	-
EM M	p<0,001		p<0,01		p<0,001		p<0,001		p<0,005			
EM H	NS		NS		p<0,005		p<0,05					
DE M	p<0,005		p<0,001		p<0,05							
DE H	NS		p<0,001									
RE M	p<0,001											

V de Cramér=0,30
p<0,001

QUADRO XV

PROFISSÃO ACTUAL

	RE=254				DE=180				EM=112			
	H		M		H		M		H		M	
	n= 42	%	n= 212	%	n= 79	%	n= 101	%	n= 52	%	n= 60	%
SECT. PRIM.	-	-	-	-	1	1,3	-	-	-	-	-	-
SECT. SEC.	21	50,0	43	20,3	52	65,8	62	61,4	22	42,3	6	10,0
SECT. TER.	21	50,0	166	78,3	25	31,7	39	38,6	30	57,7	54	90,0
Sem resp.	-	-	3	1,4	1	1,3	-	-	-	-	-	-
M EM H	p<0,001		NS		p<0,001		p<0,001		p<0,001			
	NS		p<0,005		p<0,05		p<0,05					
M DE H	NS		p<0,001		NS							
	NS		p<0,001									
M RE	p<0,001											

V de Cramér=0,31
p<0,001

QUADRO XVI

No Quadro XVI podemos apreciar a distribuição dos sujeitos da nossa amostra pelos diferentes grupos de actividades profissionais, respeitante ao trabalho actual, para os empregados, e à última profissão, relativamente aos desempregados e aos retornados.

Os homens retornados apresentam diferenças comparativamente às mulheres empregadas e retornadas porquanto estas têm predomínio no sector terciário (p<0,001). As mulheres retornadas apresentam, igualmente, frequências mais elevadas no sector terciário comparativamente a homens empregados e a desempregados, independentemente do sexo (p<0,005).

Dentro do grupo de desempregados deixaram de existir dife-

renças com significado estatístico entre os sexos porque, do mesmo modo, apresentam predomínio no sector secundário e por isso também apresentam diferenças significativas com os empregados, independentemente do sexo ($p<0,05$).

Partindo da hipótese nula de que não existiriam diferenças de distribuição dos sujeitos, relativamente aos sectores de trabalho, entre o começo da vida profissional e a data da entrevista, procedemos ao cálculo do "qui-quadrado" de aderência.

Assim, partimos do princípio de que as frequências observadas seriam as da profissão actual e as esperadas as da profissão inicial.

Com estes cálculos, apenas observámos um deslocamento em didecção ao sector terciário, com significado estatístico ($p<0,01$), nas mulheres retornadas.

3.4.2.2 - Idade do início do trabalho

Observando o Quadro XVII, referente à idade de início do trabalho, verificámos que os homens retornados começaram a trabalhar três a cinco anos mais cedo que os elementos de qualquer um dos outros grupos, com excepção dos homens desempregados ($p<0,001$). As mulheres retornadas começaram mais tarde, três a quatro anos, que os desempregados, sem distinção de sexos ($p<0,001$).

Também os desempregados começaram mais cedo dois a três anos que os empregados ($p<0,05$).

Dentro de cada grupo, só os retornados apresentaram diferenças, com significado estatístico, entre os sexos ($p<0,001$). As mulheres começaram cerca de seis anos mais tarde.

Um aspecto curioso é o de que os retornados apresentam as médias mais extremas. De todos os grupos, os homens retornados foram os que começaram a trabalhar mais cedo, em média pelos treze anos, e as mulheres mais tarde, pelos dezanove anos.

IDADE DE INICIO DO TRABALHO

	RE=254		DE=180		EM=112	
	H=41(a)	M=212	H=79	M=101	H=52	M=60
MÉDIA	13,10	18,80	14,71	15,56	17,13	17,76
DP	3,20	8,10	5,13	4,02	4,98	4,80
IDAD.-LIM.	6-20	8-50	7-49	8-30	10-30	10-35
M(17,76) EM	-4,66 ****	NS	-3,05 ****	-2,20 ***	NS	
H(17,13)	-4,03 ****	NS	-2,42 *	-1,57 *		
M(15,56) DE	-2,46 ****	+3,24 ****	NS			
H(14,71)	NS	+4,09 ****				
M(18,80) RE	-5,70 ****					

(*) p<0,05 (***) p<0,005
(**) p<0,01 (****) p<0,001

(a) Um não mencionou a idade de início do trabalho.

QUADRO XVII

3.4.2.3 - Emprego/desemprego. Subsídio de desemprego

Em relação ao desemprego, vamos expor apenas o que referiram os entrevistados retornados e os do grupo de controlo de desempregados.

Excluimos os elementos do grupo de empregados em virtude de termos considerado como condição prévia que não se encontrassem, à data da entrevista, a trabalhar.

No Quadro XVIII, podemos verificar que os retornados estavam desempregados, em média, ha mais cinco do que os desemprega-

dos residentes (p<0,001).

TEMPO TOTAL DE DESEMPREGO (MESES)

	RE=254		DE=172	
	H=42	M=212	H=77(a)	M=95(b)
MÉDIA	82,57	80,16	17,32	15,02
DP	9,26	10,13	16,79	14,94
TEMPO-LIM.	48-96	36-96	1-72	1-96
M(15,02) DE	+67,55 ****	+65,14 ****	NS	
H(17,32)	+65,25 ****	+62,84 ****		
M(80,16) RE	NS			

(*) p<0,05 (***) p<0,005
(**) p<0,01 (****) p<0,001

(a) dois não mencionaram o tempo de desemprego.
(b) seis não mencionaram o tempo de desemprego.

QUADRO XVIII

Relativamente ao subsídio de desemprego, pelas mesmas razões que se referiram para o quadro anterior, apenas se apresentam os resultados dos grupos de retornados e desempregados.

Conforme se pode verificar pelo Quadro XIX, todos os retornados recebiam o subsídio, a que a legislação lhes dava direito, enquanto um número apreciável de desempregados residentes se via privado do mesmo (p<0,05).

SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

	RE=254				DE=180			
	H		M		H		M	
	n= 42	%	n= 212	%	n= 79	%	n= 101	%
RECEBE	42	100,0	212	100,0	57	72,2	83	82,2
NÃO REC.	-	-	-	-	20	25,3	17	16,8
Sem resp.	-	-	3	1,4	1	1,3	-	-
M / DE	p<0,05		p<0,001		NS			
H / DE	p<0,005		p<0,001					
M / RE	-							

QUADRO XIX

Em geral, a correlação foi moderada (0,38) e de elevado significado estatístico (p<0,001).

3.4.2.4 - Reacção à situação de desemprego

	RE=254				DE=180			
	H		M		H		M	
	n= 42	%	n= 212	%	n= 79	%	n= 101	%
TRISTE/RES.	22	52,4	128	60,4	50	63,3	58	57,4
REVOLTADO	19	45,2	83	39,2	26	32,9	37	36,6
FELIZ	1	2,4	-	-	2	2,5	4	4,0
Sem resp.	-	-	1	0,5	1	1,3	2	2,0

QUADRO XX

Relativamente à reacção ao desemprego, verificámos que, em geral, a correlação não tinha significado estatístico e que na análise grupo a grupo apenas existiam diferenças com significado estatístico fraco ($p<0,05$) entre as mulheres retornadas e o grupo de desempregados dos dois sexos.

De um modo geral predominava, em todos os grupos, a tristeza e a resignação.

3.4.2.5 - Relacionamento com colegas de trabalho e patrões

RELACIONAMENTO COM COLEGAS DE TRABALHO

	RE=254				DE=180			
	H		M		H		M	
	n= 42	%	n= 212	%	n= 79	%	n= 101	%
BOM	25	59,5	141	66,5	69	87,3	78	77,2
MAU	1	2,4	-	-	1	1,3	1	1,0
Sem resp.	16	38,1	71	33,5	9	11,4	21	20,8

QUADRO XXI

Relativamente ao relacionamento com colegas de trabalho, ele foi, em geral, referido como tendo sido bom.

Não se encontraram quaisquer diferenças com significado estatístico (Quadro XXI).

No que diz respeito ao relacionamento com patrões (Quadro XXII), verificámos que, em geral, não existiram problemas graves e, nesse aspecto, as mulheres retornadas apresentam diferenças, com significado estatístico fraco ($p<0,05$), comparativamente com homens do mesmo grupo e mulheres desempregadas. Estes últimos foram os que mais vezes referiram problemas graves com os patrões.

A correlação (0,16) entre os grupos e o relacionamento com os patrões foi, no geral, de fraco significado estatístico (p<0,05).

RELACIONAMENTO COM PATRÕES

	RE=254				DE=180			
	H		M		H		M	
	n= 42	%	n= 212	%	n= 79	%	n= 101	%
BOM	27	64,3	138	65,1	64	81,0	80	79,2
COM PROB.	2	4,8	-	-	3	3,8	5	5,0
Sem resp.	13	31,0	74	34,9	12	15,2	16	15,8

QUADRO XXII

3.4.2.6 - Associativismo

Em relação à actividade associativa, estudaremos, com o Quadro XXIII, a frequência de associativismo sem considerarmos o tipo de associações de que os entrevistados eram sócios.

Numa segunda fase, procuraremos caracterizar melhor quais os tipos de associações que mais atraiam os sujeitos dos grupos que estamos a estudar (Quadro XXIV).

Assim, segundo o Quadro XXIII, podemos verificar que os homens retornados apresentam percentagens de associativismo mais baixas do que os empregados em geral (p<0,001) e do que os homens desempregados (p<0,05) mas mais altas que as mulheres retornadas (p<0,001).

As mulheres retornadas apresentam o mais baixo índice de associativismo comparativamente a qualquer outro dos grupos (p<0,001).

De referir ainda que os desempregados também apresentam valores mais baixos de actividade associativa do que os empregados ($p<0,005$) e que, entre estes últimos, não existem diferenças entre os sexos.

No geral a correlação encontrada foi forte (0,63) e de significado estatístico fortíssimo ($p<0,001$).

ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

	RE=254		DE=180		EM=112	
	H	M	H	M	H	M
	n= 42 %	n= 212 %	n= 79 %	n= 101 %	n= 52 %	n= 60 %
SIM	12 28,6	14 6,6	41 51,9	28 27,7	48 92,3	48 80,0
NÃO	30 71,4	198 93,4	38 48,1	73 72,3	4 7,7	12 20,0
EM M	p<0,001	p<0,001	p<0,005	p<0,001	NS	
EM H	p<0,001	p<0,001	p<0,001	p<0,001		
DE M	NS	p<0,001	p<0,005			
DE H	p<0,05	p<0,001				
RE M	p<0,001					

V de Cramér=0,63
p<0,001

QUADRO XXIII

Relativamente ao estudo dos tipos de associações (Quadro XXIV), verificámos que os homens retornados preferem associações desportivas, no que se distinguem das mulheres empregadas que preferem recreativo-culturais e profissionais ($p<0,005$) e das mulheres desempregadas que preferem profissionais e humanitárias ($p<0,05$).

Os homens retornados por preferirem , em segundo lugar, as associações humanitárias também diferem dos homens desempregados que optam pelas profissionais ($p<0,005$).

As mulheres retornadas diferem das mulheres empregadas ($p<0,01$) e dos homens desempregados ($p<0,001$) pela sua notória preferência pelas associações humanitárias.

No geral, a correlação encontrada foi moderada (0,25) e de fortíssimo significado estatístico ($p<0,001$).

TIPOS DE ASSOCIAÇÕES (*)

	RE		DE		EM	
	H	M	H	M	H	M
	n= 14 %	n= 18 %	n= 53 %	n= 36 %	n= 78 %	n= 98 %
DESPORT.	7 50,0	5 27,8	22 41,5	6 16,7	22 28,2	12 12,2
REC/CULT.	2 14,3	2 11,1	8 15,1	3 8,3	20 25,6	30 30,6
PROFISS.	1 7,1	2 11,1	22 41,5	17 47,2	20 25,6	36 36,7
HUMANIT.	4 28,6	9 50,0	1 1,9	10 27,8	16 20,5	20 20,4
EM M	p<0,005	p<0,01	p<0,001	NS	NS	
EM H	NS	NS	p<0,005	p<0,05		
DE M	p<0,05	NS	p<0,005			
DE H	p<0,005	p<0,001				
RE M	NS					

V de Cramér=0,25
p<0,001

(*) - As frequências observadas são diferentes das amostras porque se referem ao número de colectividades referidas por cada tipo de associação.

QUADRO XXIV

3.4.3 - Estudo da situação médico-sanitária

O estudo das condições médico-sanitárias dos retornados e sua comparação com os nossos outros grupos de controlo é efectuado de acordo com a metodologia que temos seguido nos capítulos anteriores.

Deste estudo fazem parte as condições de habitação e alimentação e ainda alguns aspectos que se podem considerar como indicadores médicos mas também sanitários.

3.4.3.1 - Condições de habitação

	RE=254		DE=180		EM=112	
	H	M	H	M	H	M
	n= 42 %	n= 212 %	n= 79 %	n= 101 %	n= 52 %	n= 60 %
SATISFAT.	25 59,5	108 50,9	50 63,3	61 60,4	48 92,3	54 90,0
MÁ	17 40,5	98 46,2	29 36,7	36 35,6	2 3,9	6 10,0
Sem resp.	- -	6 2,8	- -	4 4,0	2 3,9	- -
EM M	p<0,005	p<0,001	p<0,005	p<0,001	NS	
EM H	p<0,001	p<0,001	p<0,001	p<0,001		
DE M	NS	NS	NS			
DE H	NS	NS				
RE M	NS					

V de Cramér=0,31
p<0,001

QUADRO XXV

As condições de habitação estão apresentadas no Quadro XXV onde se pode verificar que quer retornados quer desempregados

afirmaram, em percentagem elevada, que tinham más condições de habitação.

Estes dois grupos apresentam, de igual modo, diferenças com elevado significado estatístico ($p<0,005$) em relação aos empregados.

Em nenhum dos grupos se verificou existirem diferenças entre os sexos com significado estatístico.

3.4.3.2 - Condições de alimentação

	RE=254		DE=180		EM=112	
	H	M	H	M	H	M
	n= 42 %	n= 212 %	n= 79 %	n= 101 %	n= 52 %	n= 60 %
SUFICIEN.	25 59,5	103 48,6	51 64,6	83 82,2	46 88,5	54 90,0
INSUFIC.	15 35,7	106 50,0	28 35,4	18 17,8	4 7,7	6 10,0
Sem resp.	2 4,8	3 1,4	- -	- -	2 3,9	- -
EM M	p<0,005	p<0,001	p<0,005	NS	NS	
EM H	p<0,005	p<0,001	p<0,005	NS		
DE M	p<0,05	p<0,001	p<0,05			
DE H	NS	p<0,05				
RE M	NS					

V de Cramér=0,36
p<0,001

QUADRO XXVI

Quanto às condições de alimentação (Quadro XXVI), apuramos que os retornados, em geral, referiam pior alimentação que os empregados ($p<0,005$) e do que as mulheres desempregadas. As mulheres retornadas queixaram-se ainda de pior alimentação do

que os homens desempregados ($p<0,05$).

Os homens desempregados referiram alimentação insuficiente com maior frequência que os empregados em geral ($p<0,005$) e mesmo do que as mulheres do seu próprio grupo ($p<0,05$).

Em geral a correlação encontrada entre alimentação e os diferentes grupos amostrais foi moderada (0,36) e de fortíssimo significado estatístico.

3.4.3.3 - Antecedentes de doença

CONSULTAS MÉDICAS (ÚLTIMO ANO)

	RE=254				DE=180				EM=112			
	H		M		H		M		H		M	
	n= 42	%	n= 212	%	n= 79	%	n= 101	%	n= 52	%	n= 60	%
SIM	26	61,9	171	80,7	47	59,5	82	81,2	30	57,7	14	23,3
NÃO	14	33,3	27	12,7	28	35,4	18	17,8	22	42,3	46	76,7
Sem resp.	2	4,8	14	6,6	4	5,1	1	1,0	-	-	-	-
EM M	$p<0,001$		$p<0,001$		$p<0,001$		$p<0,001$		$p<0,001$			
EM H	NS		$p<0,001$		NS		$p<0,005$					
DE M	$p<0,05$		NS		$p<0,01$							
DE H	NS		$p<0,001$									
RE M	$p<0,005$											

V de Cramér=0,44
$p<0,001$

QUADRO XXVII

Relativamente às consultas médicas efectuadas durante o último ano, anterior à entrevista, (Quadro XXVII) quando se coloca a questão de se saber, simplesmente, se as efectuaram ou

não, verificamos que as mulheres retornadas e as desempregadas responderam afirmativamente em maiores percentagens, cerca de 81%.

De facto, esses dois grupos de entrevistadas, apresentam diferenças significativas quando comparadas as frequências que registaram de consultas médicas com qualquer outro grupo, com a única excepção que ocorre quando se comparam entre si.

Os homens retornados, desempregados e empregados apresentam maiores percentagens de recurso ao médico do que as mulheres empregadas ($p<0,001$).

Em geral, a correlação obtida foi moderada (0,44) e com fortíssimo significado estatístico.

Para tentarmos esclarecer melhor estes aspectos referentes a consultas médicas, elaborámos o Quadro XXVIII.

NUMERO DE CONSULTAS MÉDICAS (ÚLTIMO ANO)

	RE=238		DE=175		EM=112	
	H=40	M=198	H=75	M=100	H=52	M=60
MÉDIA	4,28	8,83	2,64	4,85	3,50	3,37
DP	9,67	10,66	3,89	5,86	10,26	3,42
CONS.-LIM.	0-60	0-100	0-20	0-30	0-53	0-10
M(3,37) EM	NS	+5,46 ****	NS	NS	NS	
H(3,50)	NS	+5,33 ***	NS	NS		
M(4,85) DE	NS	+3,98 ****	-2,21 **			
H(2,64)	NS	+6,19 ****				
M(8,83) RE	-4,55 *					

(*) $p<0,05$ (***) $p<0,005$
(**) $p<0,01$ (****) $p<0,001$

QUADRO XXVIII

Relativamente ao número de consultas efectuadas no último ano, verificámos que as mulheres retornadas tiveram, em média, mais quatro a seis consultas do que qualquer outro grupo ($p<0,005$) e mesmo do que os homens retornados ($p<0,05$).

Além disso verificámos, ainda, que as mulheres desempregadas consultaram mais que os homens do mesmo grupo ($p<0,01$). Não se encontraram outras diferenças com significado estatístico.

ANTECEDENTES DE CONSULTAS DE PSQUIATRIA

	RE=254				DE=180				EM=112			
	H		M		H		M		H		M	
	n= 42	%	n= 212	%	n= 79	%	n= 101	%	n= 52	%	n= 60	%
SIM	30	71,4	131	61,8	23	29,1	32	31,7	6	11,5	22	36,7
NÃO	6	14,3	81	38,2	50	63,3	62	61,4	46	88,5	38	63,3
Sem resp.	6	14,3	-	-	6	7,6	7	6,9	-	-	-	-
EM M	p<0,001		p<0,005		NS		NS		p<0,005			
EM H	p<0,001		p<0,001		p<0,05		p<0,01					
DE M	p<0,001		p<0,001		NS							
DE H	p<0,001		p<0,001									
RE M	p<0,05											

V de Cramér=0,39
p<0,001

QUADRO XXIX

No Quadro XXIX, referente a antecedentes de consultas de psiquiatria, podemos verificar que o grupo de retornados apresenta percentagens de recurso a psiquiatras muito mais elevadas que qualquer outro grupo ($p<0,005$). Os homens retorna-

dos apresentam, ainda, percentagem maior que as mulheres do mesmo grupo (p<0,05).

Verificou-se, igualmente, que os desempregados dos dois sexos e as mulheres empregadas apresentaram mais elevada frequência de antecedentes psiquiátricos que exigiram consulta especializada do que os homens empregados (p<0,05).

No geral a correlação foi moderada (0,39) e com fortíssimo significado estatístico (p<0,001).

ANTECEDENTES DE HOSPITALIZAÇÃO

	RE=254				DE=180				EM=112			
	H		M		H		M		H		M	
	n=		n=		n=		n=		n=		n=	
	42	%	212	%	79	%	101	%	52	%	60	%
SIM	16	38,1	113	53,3	29	36,7	56	55,5	28	53,9	24	40,0
NÃO	25	59,5	99	46,7	49	62,0	43	42,6	24	46,2	32	53,3
Sem resp.	1	2,4	-	-	1	1,3	2	2,0	-	-	4	6,7

QUADRO XXIX

Em relação à hospitalização (Quadro XXIX), apenas se constatou existirem diferenças com significado estatístico entre os homens desempregados, que registaram menores índices de hospitalização, e as mulheres retornadas e desempregadas que registaram os mais altos valores percentuais, mas, mesmo assim, as significâncias encontradas foram fracas (p<0,05).

Conclusões semelhantes foram obtidas com o estudo do tempo total de hospitalização daqueles que a referiram (Quadro XXX).

Apenas verificamos que os homens retornados tinham, em média, cerca de 270 dias de internamento a mais comparativamente com as mulheres retornadas (p<0,001) e desempregadas (p<0,01).

DURAÇÃO DA HOSPITALIZAÇÃO (DIAS)

	RE=129		DE=85		EM=52	
	H=16	M=113	H=29	M=56	H=28	M=24
MÉDIA	314,50	48,42	47,03	30,18	54,71	24,00
DP	742,74	142,70	92,14	61,33	101,08	46,64
TEMPO-LIM.	1-2920	2-1460	2-365	1-365	4-390	1-163

QUADRO XXX

Finalmente, no nosso estudo das condições médico-sanitárias, procedemos à análise das respostas obtidas para a questão sobre padecimento de doenças de evolução prolongada (Quadro XXXI).

DOENÇA PROLONGADA

	RE=254				DE=180				EM=112			
	H		M		H		M		H		M	
	n=		n=		n=		n=		n=		n=	
	42	%	212	%	79	%	101	%	52	%	60	%
SIM	21	50,0	123	58,0	16	20,3	19	18,8	8	15,4	10	16,7
NÃO	19	45,2	88	41,5	63	79,8	81	80,2	44	84,6	50	83,3
Sem resp.	2	4,8	1	0,5	-	-	1	1,0	-	-	-	-
M / EM	p<0,001		p<0,001		NS		NS		NS			
H / EM	p<0,001		p<0,001		NS		NS					
M / DE	p<0,001		p<0,001		NS							
H / DE	p<0,005		p<0,001									
M / RE	NS											

V de Cramér=0,41
p<0,001

QUADRO XXXI

Em relação a doenças prolongadas, alguns retornados dos dois sexos referiram padecer desse tipo de doenças com uma frequência muito elevada, comparativamente com todos os outros grupos ($p<0,005$).

Não se encontraram outras diferenças com significado estatístico e, em geral, a correlação obtida foi moderada (0,41) e com fortíssimo significado estatístico.

Antes de prosseguirmos com a análise dos resultados do estudo psicométrico, pensamos ser de interesse procedermos, neste momento, a um breve resumo crítico dos resultados até agora obtidos.

Da comparação dos resultados obtidos em relação ao estudo biográfico, ficamos a conhecer que os retornados que ainda não se tinham integrado no mercado do trabalho, em 1982, eram apreciávelmente mais velhos que os desempregados residentes mas também do que os que constituiram a nossa amostra de empregados.

Chamou-nos igualmente a atenção o facto de os retornados da nossa amostra, estarem muito próximos dos desempregados no que diz respeito às baixas habilitações escolares o que contrasta com a generalidade dos retornados.

Em relação ao estudo das condições sócio-profissionais, foi particularmente notória a recusa de muitos retornados a responderem às questões sobre o relacionamento com patrões e com colegas de trabalho.

Tendo sido uma opção que adoptamos para tentarmos dar uma resposta uniforme à ausência de resposta, não podemos, neste caso, deixar de valorizar a ocorrência de valores tão elevados.

Esses valores fazem-nos pensar que muitos dos retornados, quando viviam nas colónias, seriam proprietários ou, no caso das mulheres, domésticas mas que procuraram ocultar o facto por razões que nos escapam.

A situação médico-sanitária apenas veio confirmar a ideia de que os retornados da nossa amostra tinham piores condições para o trabalho que os desempregados residentes.

3.4.4 - Estudo psicométrico

No estudo psicológico e psicopatológico utilizámos um inventário de personalidade (EPI - forma A), um questionário do Hospital Middlesex (MHQ) e um teste de detecção do alcoolismo (MAST), cujos resultados passaremos a analisar.

3.4.4.1 - EPI (Eysenck Personality Inventory) - forma A

Com este inventário de auto-avaliação determinámos os índices de neuroticismo e extroversão das populações que estudámos. Apresentamos, igualmente, os valores da escala de sinceridade. A conselho dos autores eliminámos todos os indivíduos que apresentavam, nesta escala, valores inferiores a 3 (dois homens e quatro mulheres retornados, um homem e duas mulheres desempregados e um homem e duas mulheres empregados.)

NEUROTICISMO - EPI (forma A)

	RE=248		DE=177		EM=109	
	H=40	M=208	H=78	M=99	H=51	M=58
MÉDIA	12,52	16,13	12,16	14,45	9,42	12,87
DP	4,99	4,63	4,56	4,39	4,37	5,74
M(12,87) EM	NS	+3,26 ****	NS	NS	-3,45 *	
H(9,42)	+3,10 ***	+6,71 ****	+2,74 ****	+5,03 ****		
M(14,45) DE	-1,93 *	+1,68 ***	-2,29 ****			
H(12,16)	NS	+3,97 ****				
M(16,13) RE	-3,61 ****					

(*) p<0,05 (***) p<0,005
(**) p<0,01 (****) p<0,001

QUADRO XXXII

Comparando as médias da pontuação directa relativas ao neuroticismo, entre os três grupos da amostra e por sexos, obtivemos os resultados mencionados no Quadro XXXII.

As mulheres retornadas têm um índice superior ao de qualquer um dos outros grupos (+1,68 - +6,71), mesmo em comparação com os homens do mesmo grupo, e sempre com elevado significado estatístico ($p<0,005$).

Por seu lado, os homens retornados, além de apresentarem menor índice de neuroticismo do que as mulheres retornadas, também o apresentam menor que as mulheres desempregadas (-1,93 - $p<0,05$) mas maior que os homens empregados (+3,10 - $p<0,005$).

De referir, ainda, que os homens e mulheres desempregados apresentaram maiores índices de neuroticismo do que os homens empregados, respectivamente, +2,74 e +5,03 ($p<0,001$).

Deve ainda destacar-se que, em todos os grupos, embora com menos intensidade entre os empregados ($p<0,05$), as mulheres apresentaram, sempre, índices de neuroticismo mais elevados do que os homens ($p<0,001$).

No que se refere ao índice de extroversão (Quadro XXXIII), verificámos que quer os homens quer as mulheres do grupo de retornados apresentaram índices de extroversão menores do que qualquer um dos outros grupos, com a excepção dos homens empregados.

As diferenças referidas foram, no entanto, mais significativas ($p<0,001$) em relação às mulheres empregadas e aos homens desempregados mas também entre as mulheres retornadas e desempregadas.

De referir, ainda, que as mulheres desempregadas apresentaram menores índices de extroversão (-1,14 - $p<0,05$) quando comparadas com as empregadas e, os homens desempregados, apresentaram valores superiores aos dos homens empregados (+1,41 - $p<0,05$).

Dentro de cada um dos grupos não foi possível encontrar diferenças, entre os sexos, com significado estatístico.

EXTROVERSÃO - EPI (forma A)

	RE=248		DE=177		EM=109	
	H=40	M=208	H=78	M=99	H=51	M=58
MÉDIA	10,24	10,13	12,29	11,63	10,85	12,77
DP	3,12	3,66	3,12	3,34	4,11	3,65
M(12,77) EM	-2,53 ****	-2,64 ****	NS	-1,14 *	NS	
H(10,85)	NS	NS	+1,44 *	NS		
M(11,63) DE	-1,39 *	-1,50 ****	NS			
H(12,29)	-2,05 ****	-2,16 ****				
M(10,13) RE	NS					

(*) p<0,05 (***) p<0,005
(**) p<0,01 (****) p<0,001

QUADRO XXXIII

ESCALA DE SINCERIDADE - EPI (forma A)

	RE=248		DE=177		EM=109	
	H=40	M=208	H=78	M=99	H=51	M=58
MÉDIA	4,88	4,77	4,83	4,82	4,81	5,97
DP	1,67	1,68	1,67	1,61	1,69	1,52

QUADRO XXXIV

Em relação à escala de sinceridade, à excepção das mulheres empregadas que apresentaram índices mais elevados que qualquer um dos outros grupos e dos próprios homens empregados (entre +1,20 e +1,09 com p<0,001), as restantes comparações não mostra-

ram diferenças, com significado estatístico, entre grupos e sexos (Quadro XXXIV).

3.4.4.2 - MHQ (Middlesex Hospital Questionary)

O "Middlesex Hospital Questionary" é um questionário que nos dá informações sobre os traços de ansiedade, fobia, obsessividade, somatização, depressividade e histeria.

Comparamos os valores obtidos em cada um destes items, assim como a soma total, entre as três amostras.

Não responderam ao questionário, ou fizeram-no de forma incompleta e por isso foram excluídos, cinco mulheres retornadas e uma desempregada.

ANSIEDADE - MHQ

	RE=249		DE=179		EM=112	
	H=42	M=207	H=79	M=100	H=52	M=60
MÉDIA	6,00	8,24	4,71	6,75	4,62	6,37
DP	3,38	3,23	2,94	3,17	2,87	3,34
M(6,37)	NS	+1,87 ****	-1,66 ***	NS	-1,75 *	
EM						
H(4,62)	+1,38 *	+3,62 ****	NS	+2,13 ****		
M(6,75)	NS	+1,49 ****	-2,04 ****			
DE						
H(4,71)	+1,29 *	+3,53 ****				
M(8,24)	-2,24 ****					
RE						

(*) p<0,05 (***) p<0,005
(**) p<0,01 (****) p<0,001

QUADRO XXXV

Relativamente ao traço ansioso (Quadro XXXV), os resultados obtidos, mostram um maior índice nas mulheres retornadas do que em qualquer outro grupo (entre +1,49 e +3,62 com p<0,001) e mesmo do que entre os homens retornados (+2,24 - p<0,001).

Por seu lado, os homens retornados apenas apresentaram índices superiores em comparação com os homens empregados (+1,38 - p<0,05) e com os desempregados (+1,29 - p<0,05).

Entre os desempregados e os empregados, comparando grupos do mesmo sexo, não se encontraram diferenças com significado estatístico.

Dentro de cada um dos grupos, verificámos que as mulheres apresentaram valores médios sempre superiores aos dos homens.

Analisemos de seguida o traço fóbico (Quadro XXXVI).

FOBIA - MHQ

	RE=249		DE=179		EM=112	
	H=42	M=207	H=79	M=100	H=52	M=60
MÉDIA	7,33	9,89	6,49	8,95	6,50	8,27
DP	2,94	3,02	2,65	2,86	2,66	2,72
M(8,27) EM	NS	+1,62 ****	-1,78 ****	NS	-1,77 *	
H(6,50)	NS	+3,39 ****	NS	+2,45 ****		
M(8,95) DE	-1,62 ***	+0,94 **	-2,46 ****			
H(6,49)	NS	+3,40 ****				
M(9,89) RE	-2,56 ****					

(*) p<0,05 (***) p<0,005
(**) p<0,01 (****) p<0,001

QUADRO XXXVI

Relativamente ao traço fóbico, os resultados obtidos, mostram um maior índice nas mulheres retornadas do que em qualquer

outro grupo (entre +0,94 e +3,39 com p<0,01) e mesmo do que entre os homens retornados (+2,56 - p<0,001).

Os homens retornados apresentaram, igualmente, índices inferiores aos das mulheres desempregadas (-1,62 - p<0,005).

Entre os desempregados e os empregados, comparando grupos do mesmo sexo, não se encontraram diferenças com significado estatístico.

Dentro de cada um dos grupos, verificámos que as mulheres apresentaram valores médios sempre superiores aos dos homens.

As restantes diferenças não têm significado estatístico.

No próximo quadro vamos estudar outro traço psicopatológico: a obsessividade (Quadro XXXVII).

OBSESSÃO - MHQ

	RE=249		DE=179		EM=112	
	H=42	M=207	H=79	M=100	H=52	M=60
MÉDIA	9,74	10,69	8,39	8,94	8,31	8,93
DP	2,71	2,64	2,25	2,36	2,15	2,27
M(8,93) EM	NS	+1,76 ****	NS	NS	NS	
H(8,31)	+1,43 **	+2,38 ****	NS	NS		
M(8,94) DE	NS	+1,75 ****	NS			
H(8,39)	+1,35 ***	+2,30 ****				
M(10,69) RE	-0,95 *					

(*) p<0,05 (***) p<0,005
(**) p<0,01 (****) p<0,001

QUADRO XXXVII

Em relação à obsessividade constatamos que, mais uma vez, as mulheres retornadas apresentam índices mais elevados do que qualquer outro grupo (entre +1,75 e +2,38 com p<0,001) e mesmo

do que os homens retornados (+0,95 - p<0,05).

Os homens retornados, por sua vez, manifestaram valores médios mais altos do que os dos homens empregados (+1,43 - p<0,01) e desempregados (+1,35 - p<0,005).

Não se encontraram quaisquer outras diferenças com significado estatístico.

A ansiedade somatizada é outro dos traços que vamos analisar (Quadro XXXVIII).

Nesse quadro constatamos as seguintes diferenças com significado estatístico.

SOMATIZAÇÃO - MHQ

	RE=249		DE=179		EM=112	
	H=42	M=207	H=79	M=100	H=52	M=60
MÉDIA	7,76	9,95	5,22	7,92	3,88	6,07
DP	3,93	4,20	3,59	4,02	2,90	3,69
M(6,07) EM	+1,69 *	+3,88 ****	NS	+1,85 ***	-2,19 *	
H(3,88)	+3,88 ****	+6,07 ****	+1,34 *	+4,04 ****		
M(7,92) DE	NS	+2,03 ****	-2,70 ****			
H(5,22)	+2,54 ****	+4,73 ****				
M(9,95) RE	-2,19 ***					

(*) p<0,05 (***) p<0,005
(**) p<0,01 (****) p<0,001

QUADRO XXXVIII

Relativamente aos traços de somatização, verificámos que as mulheres retornadas apresentaram índices mais elevados do que qualquer outro grupo (entre +2,03 e +6,07 com p<0,001) e mesmo do que os homens retornados (+2,19 - p<0,005).

Os homens retornados também manifestaram valores médios

mais altos do que os dos empregados, do sexo masculino (+3,88 - p<0,001) e do feminino (+1,69 - p<0,05) e do que os homens desempregados (+2,54 - p<0,001).

Os homens desempregados apresentam maiores valores do que os homens empregados (+1,34 - p<0,05) e as mulheres desempregadas mais do que as mulheres empregadas (+1,85 - p<0,005) e do que os homens empregados (+4,04 - p<0,001).

Dentro de cada grupo, as mulheres apresentaram, sempre, índices de somatização mais elevados do que os homens.

DEPRESSÃO - MHQ

	RE=249		DE=179		EM=112	
	H=42	M=207	H=79	M=100	H=52	M=60
MÉDIA	7,71	9,19	5,96	7,50	4,42	6,57
DP	3,18	2,95	3,11	2,77	2,55	3,23
M(6,57) EM	NS	+2,62 ****	NS	NS	-2,15 **	
H(4,42)	+3,29 ****	+4,77 ****	+1,54 ***	+3,08 ****		
M(7,50) DE	NS	+1,69 ****	-1,54 ****			
H(5,96)	+1,75 ***	+3,23 ****				
M(9,19) RE	-1,48 ***					

(*) p<0,05 (***) p<0,005
(**) p<0,01 (****) p<0,001

QUADRO XXXIX

O traço depressivo (Quadro XXXIX) mostrou-se mais acentuado nas retornadas, comparativamente com qualquer outro grupo (entre +1,69 e +4,77 com p<0,001) e mesmo em relação com os homens retornados (+1,48 - p<0,005).

Os homens retornados, por seu lado, apresentaram índices de

depressividade mais elevados do que os homens empregados (+3,29 - p<0,001) e do que os desempregados (+1,75 - p<0,005).

Os desempregados tiveram, igualmente, pontuações médias de depressividade superiores aos homens empregados e, em geral, os homens, dentro de cada grupo, tiveram sempre índices menores do que as mulheres e com significado estatístico.

No que se refere ao traço histérico, apenas detectámos que as mulheres empregadas apresentavam pontuações médias mais altas que qualquer outro grupo e mesmo em comparação com os homens empregados. Estas diferenças tiveram, todas, significado estatístico variável (Quadro XL).

HISTERIA - MHQ

	RE=249		DE=179		EM=112	
	H=42	M=207	H=79	M=100	H=52	M=60
MÉDIA	5,33	4,96	5,23	5,48	4,88	6,77
DP	2,68	2,68	3,29	3,08	3,25	3,72
M(6,77)	-1,44	-1,81	-1,54	-1,29	-1,89	
EM	*	****	*	*	**	
H(4,88)	NS	NS	NS	NS		
M(5,48)	NS	NS	NS			
DE						
H(5,23)	NS	NS				
M(4,96)	NS					
RE						

(*) p<0,05 (***) p<0,005
(**) p<0,01 (****) p<0,001

QUADRO XL

Finalmente, referiremos os resultados da pontuação total do Questionário do Hospital Middlesex (Quadro XLI).

PONTUAÇÃO TOTAL - MHQ

	RE=249		DE=179		EM=112	
	H=42	M=207	H=79	M=100	H=52	M=60
MÉDIA	43,88	52,91	36,00	45,57	32,62	42,97
DP	14,14	13,64	11,62	13,03	11,21	13,48
M(42,97) EM	NS	+9,94 ****	-6,97 ***	NS	-10,35 ***	
H(32,62)	+11,26 ****	+20,29 ****	NS	+12,95 ****		
M(45,57) DE	NS	+7,34 ****	-9,57 ****			
H(36,00)	+7,88 ***	+16,91 ****				
M(52,91) RE	-9,03 ****					

(*) p<0,05 (***) p<0,005
(**) p<0,01 (****) p<0,001

QUADRO XLI

Como seria de prevêr, as mulheres retornadas apresentam-se com valores médios de pontuação total superiores aos dos homens dos três grupos: empregados (+ 20,29 - p<0,001), desempregados (+16,91 - p<0,001) e também dos retonados (+9,03 - p<0,001). Mas também esses valores são mais altos do que os das mulheres empregadas (+9,94 - p<0,001) e desempregadas (+7,34 - p<0,001).

Os homens retornados, por sua vez, apresentam médias superiores às dos homens empregados (+11,26 - p<0,001) e às dos desempregados (+7,88 - p<0,005).

Consideramos, ainda, de realçar que, dentro de cada grupo, os homens obtiveram, em média, pontuações menores (entre 9 a 10 pontos) do que as mulheres (p<0,005). Daí decorre que, quando se comparam os desempregados com empregados, não existam diferenças com significado estatístico ao procedermos a comparações dentro do mesmo sexo e ocorre o contrário se compararmos sexos diferentes dos dois grupos.

Embora estes resultados venham a ser tratados com mais pormenor no capítulo da Discussão, não queremos deixar de salientar, desde já, que predominam na população feminina e, em menor grau, na masculina, da nossa amostra de retornados, os traços ansiosos, fóbicos, de obsessividade, de ansiedade somatizada e de depressividade, relativamente às populações das outras amostras de controlo.

3.4.4.3 - MAST (Michigan Alcoholism Screening Test)

O MAST (Michigan Alcoholism Screening Test) dá-nos informações sobre os hábitos e comportamentos de alcoólicos, ajudando-nos a detectar formas de alcoolismo que de outro modo poderiam passar despercebidas.

MAST

	RE=254				DE=180				EM=112			
	H		M		H		M		H		M	
	n= 42	%	n= 212	%	n= 79	%	n= 101	%	n= 52	%	n= 60	%
ABST. e <4	35	83,3	192	90,6	53	67,1	93	92,1	50	96,2	56	93,3
=4 e =>5	7	16,7	20	9,4	26	32,9	8	7,9	2	3,8	4	6,7
M EM H	NS		NS		p<0,001		NS		NS			
	NS		NS		p<0,001		NS					
M DE H	NS		NS		p<0,001							
	NS		p<0,001									
M RE	NS											

V de Cramér=0,27
p<0,001

QUADRO XLII

No nosso estudo, dividimos, por comodidade de análise estatística, os graus utilizados no teste, em apenas dois.

Assim consideramos num único grupo, os abstémios e os bebedores normais ("Abst." e "<4") e no outro, os bebedores excessivos e os própriamente alcoólicos ("=4" e "=>5").

Os resultados obtidos e o respectivo tratamento estatístico estão descritos no Quadro XLII.

Podemos concluir, do estudo estatístico deste quadro, que entre os desempregados do sexo masculino há uma mais alta percentagem de bebedores excessivos do que entre as mulheres das três amostras, como seria de esperar ($p<0,001$), mas essa diferença existe, igualmente ($p<0,001$) em comparação com os homens empregados.

Os retornados do sexo masculino não apresentam diferenças significativas em comparação com qualquer um dos outros grupos nem mesmo com os homens desempregados. Ocupam, portanto, uma posição intermédia.

A força da correlação entre os grupos é moderada (0,27), apresentando um elevado significado estatístico ($p<0,001$).

4 - DISCUSSÃO

Acabamos de expôr os resultados de uma investigação sócio-clínica efectuada em retornados que, em 1982, ainda se encontravam a receber o subsídio especial de desemprego no Centro de Emprego do Porto.

Era nossa intenção demonstrarmos que estes cidadãos constituiam um sedimento de difícil integração no mercado do trabalho, entre a grande maioria de retornados que se integraram, de um modo rápido e eficaz, na sociedade portuguesa.

O estudo fundamentou-se na recolha de dados biográficos, sócio-profissionais, médico-sanitários e psicométricos que, segundo o nosso ponto de vista, poderiam contribuir para melhor alcançarmos esses nossos objectivos.

Se, em relação a estes propósitos, parece, pelos dados já apresentados, que atingimos a meta que nos propusemos e que não seria necessário prosseguirmos o estudo com mais análises estatísticas, uma melhor compreensão do fenómeno de sedimentação, aconselha a que prossigamos um pouco mais, com a análise de alguns outros dados.

No entanto, muitos dados recolhidos ficarão, mesmo assim,

por estudar com a devida profundidade e, por isso, é nossa intenção voltar oportunamente ao assunto.

Uma crítica pertinente poderia ser feita a este nosso trabalho, a de que, para melhor se estudar o processo de integração, se deveria efectuar o estudo, pela afirmativa, junto da população geral.

Efectivamente esse seria o trabalho mais ou menos ideal, mas as dificuldades para a execução dessas tarefas seriam tão grandes que o inviabilizariam.

Isso exigiria a utilização de um grande número de entrevistadores que se deslocariam ao domicílio e a obtenção de uma amostra da população que nos permitisse obter um número significativo de retornados.

Este tipo de trabalhos, embora aliciante, depara com dificuldades de tempo, de mão-de-obra e de recursos materiais que fazem com que eles sejam raros e os seus autores se possam considerar como privilegiados.

Foi, por termos tido a oportunidade de procedermos a um estudo dos retornados, no Centro de Emprego do Porto no âmbito de uma iniciativa compatível com as nossas possibilidades que ousamos desenvolver este trabalho.

Mesmo assim, e para que nos fosse possível extrair algumas conclusões mais pertinentes, sentimo-nos na obrigação de utilizar duas amostras de controlo, uma de desempregados residentes e outra de empregados.

Como afirmámos no capítulo de introdução, tentamos inferir algumas conclusões sobre a integração dos retornados a partir das características sócio-clínicas daqueles que o não conseguiram.

Não iremos, portanto, discutir aspectos do desemprego em geral nem efectuar comparações exaustivas entre desempregados e empregados mas centralizaremos, isso sim, a nossa atenção sobre os retornados.

São, portanto, estes e não outros, os objectivos deste

nosso trabalho.

Neste sentido e para maior comodidade e clareza de apresentação, focaremos cada um dos itens estudados e as suas implicações no que respeita à elaboração das nossas conclusões.

Idade. A média de idades da nossa amostra de retornados está compreendida entre os 41 e os 45 anos do sexo masculino e feminino, respectivamente (Quadro III, pág. 64).

Verificamos assim que se trata de indivíduos significativamente mais velhos do que os que constituem as nossas amostras de desempregados e de empregados.

É bem conhecido que a idade mais avançada, em geral associada a outras limitações de carácter técnico, é, por si só, um factor de limitação para a obtenção de emprego.

Realçamos, no entanto, que os desempregados da nossa amostra eram, apesar de tudo, significativamente mais novos do que os elementos da nossa amostra de empregados o que, em nosso entender, se deve à inclusão de candidatos a emprego que, anteriormente, apenas tinham obtido empregos temporários (contratos a prazo).

Sexo. Na nossa amostra de retornados contamos com 42 homens (16,5%) e 212 mulheres (83,5%). Este facto, só por si, e porque a recolha de entrevistados se efectuou ao acaso, entre aqueles que iam ao Centro de Emprego receber o subsídio, traduz uma maior dificuldade de integração profissional para as mulheres (Quadro I, pág. 58).

Segundo Rui P. Pires (Expresso, 1.6.85), os retornados tinham um predomínio de população masculina. Esta nossa verificação de que as mulheres se mantiveram, em maior número, sem integração profissional, vem ao encontro do que se verifica, em geral, com o desemprego que tende a atingir, com maior intensidade, as mulheres (M.E. Ribeiro, 1980; A. Droux et al, 1982).

Proveniência. Quanto à sua origem (Quadro II, pág. 59), não se encontraram diferenças com significado estatístico entre sexos. A maior parte dos retornados era proveniente de Angola, o que está de acordo com o número calculado de portugueses que residiam em Angola (cerca de 600.000) e em Moçambique (cerca de 200.000) pela altura da independência dessas ex-colónias portuguesas.

Estado civil. Verificamos que, particularmente as mulheres retornadas, se destacavam dos desempregados residentes e dos empregados dos dois sexos, por apresentarem uma baixa percentagem de solteiros e percentagens relativamente mais elevadas de casados, viúvos e separados ou divorciados, mesmo em comparação com os homens retornados.

Por pretendermos estudar a influência que a idade poderia ter sobre as frequências do estado civil, observadas em retornados e em desempregados (Quadros III e IV, págs. 64 e 65), procedemos a um estudo mais exaustivo da relação entre estas variáveis.

Nesse sentido e para maior facilidade de tratamento dos dados e simplicidade de interpretação dos resultados, optámos por efectuar a sobreposição tridimensional do "qui-quadrado" em tabelas "2x2x2", em vez de provas da mediana.

Para se utilizar esta técnica, quando uma das variáveis é de nível intervalar, como sucede com a idade, torna-se necessário adaptá-la a tabelas de frequências e calcular, por tentativas e com recurso ao "qui-quadrado" em tabelas "2x2", qual o limite que pode constituir a "linha de corte" que determina a formação de apenas dois grupos etários.

Depois de efectuarmos este método entre as amostras de retornados e de desempregados, com separação por sexos, verificámos que a idade exercia influência sobre a distribuição pelos diferentes estados civis, tanto nos homens como nas mulheres ($p<0,01$).

Neste caso, as mulheres retornadas apresentam diferenças que se podem atribuir à idade mais alta.

Nos homens retornados, porém, não encontrámos, como seria de esperar, diferenças quanto ao estado civil, em comparação com os desempregados, apesar das diferenças etárias significativas.

Isto poderá interpretar-se no sentido de que de entre os homens retornados que tiveram maiores dificuldades de integração figuram os que, nas colónias, viviam como celibatários, provávelmente em regiões menos desenvolvidas.

Etnia. Como era de prevêr, os retornados incluem 17 dos 20 elementos, que estudamos, de etnia não europeia mas a frequência mais elevada encontrámo-la no grupo feminino (Quadro VI, pág. 66).

Naturalidade e residência. Os dados obtidos sobre naturalidade e residência (Quadros VI, VII e VIII, págs. 13, 14 e 15), servem-nos para confirmar a ideia exposta por Rui P. Pires (Expresso, 1.6.85) de que um grande número dos retornados regressou à sua terra natal. Verificamos que, na nossa amostra, esse regresso foi mais marcado para o sexo masculino.

Religião. A religião católica predominava entre os retornados como entre os outros grupos de controlo (Quadro IX, pág. 70). Verificou-se, no entanto, que existiam diferenças com significado estatístico quando se procedia a comparações entre sexos.

Os homens afirmaram não serem praticantes numa frequência significativamente mais alta do que as mulheres mas este fenómeno é generalizado aos outros grupos de controlo, com a excepção das mulheres desempregadas que se afirmaram como praticantes numa percentagem mais baixa que as mulheres dos restantes grupos.

Podemos inferir que a deslocação para as colónias e o re-

torno não exerceram influência marcada no sentido de uma mudança religiosa e que se mantiveram dentro de percentagens correspondentes à média da população do Norte do País, como se confirma pelo estudo sobre o comportamento religioso da população portuguesa de L. França (1980).

Habilitações literárias. O índice de analfabetismo que encontramos é bastante elevado, particularmente nas mulheres retornadas (29%), o que contrasta com a informação de Rui P. Pires (Expresso, 1.6.85) de que o analfabetismo seria, entre os retornados, de apenas 7% (Quadro X, pág. 71).

Os homens retornados, por seu lado, estão menos representados nesse escalão de habilitações literárias (10%) e aproximam-se dos valores referidos por aquele autor.

A maioria dos retornados, no entanto, apresenta habilitações primárias completas e têm poucas diferenças em comparação, dentro do mesmo sexo, com os desempregados residentes.

Desempregados e retornados, quando comparados com a nossa amostra de empregados, apresentam diferenças notórias relativamente à escolaridade. Isto, no entanto, pode resultar do facto de a nossa amostra de empregados ser, obviamente, muito distinta da população geral portuguesa e não contemplar estratos profissionais muito importantes como é o caso da população agrícola.

Porque, nos últimos anos, tem existido uma evolução quanto à aceitação de melhores habilitações escolares para as mulheres, procuramos saber se a idade elevada poderia explicar este alto analfabetismo das mulheres retornadas.

Por isso, utilizámos o método estatístico já anteriormente apresentado, da sobreposição tri-dimensional do "qui-quadrado", entre as amostras de mulheres retornadas e desempregadas e confirmámos que o analfabetismo e a idade estavam fortemente relacionados entre si ($p<0,01$).

Serviço militar. Depois de estudarmos as percentagens relativas à prestação do serviço militar, verificámos que não existiam diferenças entre retornados e desempregados, apesar das diferenças de médias etárias, mas o mesmo não acontecia quando se comparavam retornados com empregados.

Como tinhamos verificado, não existiam diferenças de médias etárias significativas entre empregados e desempregados pelo que somos levados a excluir o factor idade como condicionante do ter ou não efectuado serviço militar.

No entanto, não conseguimos encontrar diferenças com significado estatístico quando pretendemos estudar as razões do não cumprimento do serviço militar.

Destacamos que o número de empregados que o não cumpriu foi de apenas quatro elementos, o que nos impossibilitou a realização de comparações com este grupo mas ressalta, da observação do Quadro XIII (pág. 74), que uma grande parte dos retornados (cerca de 71%) referiram causas médicas para o não cumprimento do serviço militar.

Profissão. A primeira profissão (Quadro XV, pág. 76) que as mulheres retornadas exerceram situava-se, com maior frequência, no sector terciário, o mesmo sucedendo com as mulheres empregadas. As desempregadas tinham maiores percentagens no sector secundário.

Os homens retornados repartiam-se, quanto à primeira profissão, quase de igual modo entre os sectores secundário e terciário.

O início da actividade profissional, como seria de esperar, ocorreu mais tarde nas mulheres (Quadro XVII, pág. 79) do que nos homens retornados.

Relacionando a actividade profissional inicial e actual (Quadro XVI, pág. 77), verificámos que, entre os retornados, houve um ligeiro deslizar do sector primário para o secundário e

deste para o terciário, embora esta modificação só se apresentasse com significado estatístico em relação às mulheres retornadas.

Emprego/desemprego. Relações de trabalho e actividade associativa. Relativamente ao tempo de duração do desemprego, é obvio que os retornados da nossa amostra estavam há muito mais tempo desempregados do que os residentes e recebiam, na sua globalidade, o subsídio especial de desemprego que a lei lhes conferia.

Quanto às reacções à situação de desemprego, os retornados, tal como os do grupo de controlo de desempregados, manifestaram-se como tristes e resignados.

Tão pouco se encontraram diferenças significativas quanto ao relacionamento com colegas de trabalho ou com patrões, entre os retornados e o grupo de controlo de desempregados.

Destacamos, no entanto, o facto de os retornados se evidenciarem pela ausência de resposta a essas duas últimas perguntas (Quadros XXI e XXII, págs. 82 e 83).

Se, em relação às mulheres, podemos presumir que muitas seriam "domésticas" quando viviam nas colónias, quanto aos homens apenas nos resta deduzir que seriam, em percentagem apreciável, proprietários, empresários ou trabalhariam por conta própria.

Em relação à actividade associativa, sobressai o baixo índice de associativismo das mulheres e, em menor grau, o dos homens retornados, comparativamente aos restantes grupos de controlo e considerando as comparações dentro do mesmo sexo.

Condições de habitação e alimentação. Relativamente às condições de habitação, não encontrámos qualquer diferença com significado estatístico entre os retornados e os desempregados.

De um modo geral, estes dois grupos tendem a considerar a sua habitação como má, em percentagens bastante superiores às dos empregados.

Quanto à alimentação, os retornados do sexo feminino consideram-na mais frequentemente insuficiente do que os desempregados de ambos os sexos. Entre retornados e desempregados do sexo masculino não se encontraram diferenças importantes.

Curioso é verificar que enquanto as mulheres desempregadas se queixam menos da alimentação do que os homens do mesmo grupo, com os retornados sucede o contrário.

Antecedentes de doença. Embora tenhamos estado longe de esgotarmos a investigação de indicadores de saúde, pensamos que os dados obtidos são exemplificativos de piores condições entre os retornados.

Assim, e comparativamente com os desempregados, os retornados, dentro do mesmo sexo, não apresentam diferenças significativas, quanto ao recurso a consulta médica no último ano, mas, comparando homens com mulheres, estas recorreram à consulta em maior percentagem (Quadro XXVII, pág. 88). Quanto ao número de consultas no último ano, as mulheres retornadas apresentaram uma média superior a qualquer um dos outros grupos (Quadro XXVIII, pág. 89).

De igual modo, os retornados da nossa amostra, recorreram em maiores percentagens a consultas de psiquiatria, comparativamente a qualquer um dos outros grupos e, neste caso, essa frequência foi mais elevada para os homens retornados.

Em relação a antecedentes e duração de hospitalização, poucas diferenças se revelaram de interesse.

Relativamente ao padecimento de doenças de evolução prolongada (Quadro XXXI, pág. 92), verificámos que os retornados, independentemente do sexo, se queixavam com mais frequência do que os elementos de qualquer um dos outros grupos.

Porque a idade pode estar relacionada com maiores queixas de doenças de evolução prolongada, nomeadamente as reumatismais, procedemos ao estudo da relação entre estas variáveis, pelo recurso ao "qui-quadrado" em tabelas "2x2x2" que anteriormente descrevemos.

Confirmámos que as variáveis idade e queixa de doença de evolução prolongada, são dependentes entre si ($p<0,01$) e em relação aos dois sexos.

Por isso, concluimos que a elevada frequência de queixas de doença prolongada, entre os retornados, está relacionada com o facto de aqueles que constituiram a amostra que estudámos serem mais velhos do que os das amostras que nos serviram como controlo.

Estudo psicométrico. Abordaremos, de inicio, os resultados obtidos pela aplicação do inventário de personalidade de Eysenck (E.P.I. - forma A), no que respeita ao neuroticismo e à extroversão.

Para maior rigor na interpretação dos resultados, procedemos à determinação da correlação entre o neuroticismo e a extroversão, no mesmo sexo e para o grupo de retornados.

Com esse objectivo, procedemos aos cálculos da regressão linear ("r de Pearson") e verificámos que não existia correlação, com significado estatístico, entre as variáveis neuroticismo e extroversão, para os retornados dos dois sexos. Isto permite-nos concluir que estas variáveis são independentes entre si.

Na nossa amostra de retornados, as mulheres apresentaram-se com índices de neuroticismo muito mais pronunciados que qualquer um dos outros grupos (Quadro XXXII, pág. 94) e mesmo do que os homens retornados. Estes apenas apresentam mais neuroticismo quando comparados com os homens empregados.

Resulta daqui que possamos afirmar, de acordo com Eysenck (1976), que, entre os retornados da nossa amostra, as mulheres

têm aspectos neuróticos da personalidade mais pronunciados.

Quanto à extroversão, os retornados, independentemente do sexo, apresentam valores médios, em geral, mais baixos do que qualquer um dos outros grupos, com excepção dos homens da nossa amostra de empregados.

Apesar de termos utilizado uma tradução que correspondia a uma adaptação da versão espanhola do EPI (ver anexo), muito embora baseada na tradução portuguesa (Vaz Serra et al, 1980), a comparação das médias obtidas com desempregados e empregados com esssa aferição portuguesa, aponta para uma certa semelhança destas duas versões.

Assim, comparando, talvez um pouco abusivamente, os resultados da nossa amostra de retornados com essa aferição, concluimos, mais uma vez, que os retornados têm altos índices de neuroticismo e baixos índices de extroversão ($p<0,005$).

Segundo Eysenck e Eysenck (1964), podemos afirmar que os retornados da nossa amostra, teriam dificuldades para recuperar depois de situações emocionais, seriam pessimistas e introvertidos e apresentariam queixas somáticas difusas e estados de preocupação e ansiedade.

Discutamos, em seguida, os traços psicopatológicos (ansiedade expectante, fobia, obsessividade, ansiedade somatizada, depressividade e histeria) obtidos através da aplicação do Questionário do Hospital de Middlesex (MHQ).

Também, neste caso, procedemos à determinação das correlações entre os vários traços do MHQ, para maior segurança na interpretação dos resultados, efectuando o cálculo da regressão linear ("r de Pearson"), em separado para cada um dos sexos, no grupo dos retornados.

Par o sexo masculino (n=42) encontrámos correlações fortes e significativas entre "ansiedade/fobia" (A/F), "ansiedade/obsessividade" (A/O), "ansiedade/depressividade" (A/D), "fobia/obsessividade" (F/O) e "somatização/depressividade" (S/D) (Quadro XLIII).

CORRELAÇÃO ENTRE AS PONTUAÇÕES DOS TRAÇOS DO MHQ
HOMENS (n=42)

ANSIEDADE/FOBIA r de Pearson=0,70 - p<0,01 y=3,61+0,62x
ANSIEDADE/OBSESSIVIDADE r de Pearson=0,65 - p<0,01 y=6,50+0,54x
ANSIEDADE/DEPRESSIVIDADE r de Pearson=0,69 - p<0,01 y=3,72+0,65x
FOBIA/OBSESSIVIDADE r de Pearson=0,58 - p<0,05 y=5,72+0,55x
SOMATIZAÇÃO/DEPRESSIVIDADE r de Pearson=0,57 - p<0,05 y=4,02+0,46x

QUADRO XLIII

Para o sexo feminino (n=207), as correlações encontradas, com significado estatístico, foram entre "ansiedade/fobia" (A/F), "ansiedade/somatização" (A/S), "ansiedade/depressividade" (A/D) e "somatização/depressividade" (S/D) (Quadro XLIV).

Em resumo, podemos afirmar que, em relação ao MHQ e para a população da nossa amostra de retornados, no sexo masculino, o traço ansioso não se encontra bem descriminado dos traços

fóbico,de obsessividade e de depressividade e, por sua vez, o traço fóbico não o é do da obsessividade nem o da somatização do da depressividade.

CORRELAÇÃO ENTRE AS PONTUAÇÕES DOS TRAÇOS DO MHQ
MULHERES (n=207)

ANSIEDADE/FOBIA r de Pearson=0,65 - p<0,01 y=5,17+0,58x
ANSIEDADE/SOMATIZAÇÃO r de Pearson=0,78 - p<0,01 y=2,60+0,91x
ANSIEDADE/DEPRESSIVIDADE r de Pearson=0,72 - p<0,01 y=4,55+0,58x
SOMATIZAÇÃO/DEPRESSIVIDADE r de Pearson=0,59 - p<0,05 y=5,25+0,41x

QUADRO XLIV

No sexo feminino, o traço ansioso confunde-se com os traços fóbico, de somatização e depressividade e o traço de somatização com o de depressividade.

Fica deste modo mais fácil de compreender que as mulheres retornadas apresentem médias de pontuação elevadas, comparativamente com qualquer um dos outros grupos, de ambos os sexos, e também com os homens retornados, em todos os traços com excepção dos de obsessividade e de histeria.

Quanto aos homens retornados, também se justifica melhor que, comparativamente com os homens dos grupos de controlo, apresentem valores elevados de depressividade e somatização e, em menor grau, de ansiedade e obsessividade.

Seguidamente, procurámos correlacionar os dados obtidos com o EPI e com o MHQ. Fizémo-lo apenas para os retornados, com separação por sexos, e para os sub-testes do MHQ em que obtivemos pontuações, em geral, mais elevadas do que nos grupos de controlo.

CORRELAÇÃO ENTRE
AS PONTUAÇÕES DIRECTAS DO EPI (NEUROTICISMO)
E AS DAS SUB-ESCALAS DO MHQ
MULHERES (n=203)

NEUROTICISMO/ANSIEDADE r de Pearson=0,69 - p<0,01 y=-1,31+0,57x
NEUROTICISMO/SOMATIZAÇÃO r de Pearson=0,59 - p<0,05 y=10,86+0,62x
NEUROTICISMO/DEPRESSIVIDADE r de Pearson=0,62 - p<0,05 y=2,29+0,41x

QUADRO XLV

Relativamente às mulheres verificámos que o neuroticismo do EPI se correlacionava com a ansiedade, somatização e depressividade (Quadro XLV) o que, associado às correlações entre as sub-escalas do MHQ nos permite concluir que, no sexo feminino, predominam manifestações neuróticas da personalidade

com vários traços dos quais se salientam os ansiosos pois são os que mais fortemente se correlacionam com o neuroticismo e ainda com as outras sub-escalas do MHQ.

CORRELAÇÃO ENTRE
AS PONTUAÇÕES DIRECTAS DO EPI (NEUROTICISMO)
E AS DAS SUB-ESCALAS DO MHQ
HOMENS (n=40)

NEUROTICISMO/ANSIEDADE r de Pearson=0,81 - p<0,01 y=-0,93+0,54x
NEUROTICISMO/OBSESSIVIDADE r de Pearson=0,61 - p<0,05 y=5,44+0,34x
NEUROTICISMO/SOMATIZAÇÃO r de Pearson=0,56 - p<0,05 y=2,25+0,44x
NEUROTICISMO/DEPRESSIVIDADE r de Pearson=0,71 - p<0,01 y=1,96+0,45x

QUADRO XLVI

De igual modo, em relação ao sexo masculino, apurámos que o neuroticismo se associa aos traços que mais elevados surgiram na nossa população retornada masculina (Quadro XLVI).

Estas observações confirmam, tal como afirmavam Crown e Crisp (1970), que o MHQ avalia a dimensão neurótica das perturbações psíquicas e temos alguma evidência para

concordarmos com os mesmos autores em que o sub-teste de histeria, na realidade, avalia extroversão.

Deste modo e porque provamos que, na nossa amostra de retornados, o neuroticismo e o traço ansioso são fortemente dependentes entre si e este exerce elevada influência em relação aos restantes traços do MHQ, podemos concluir que os retornados da nossa amostra, muito provavelmente, apresentariam elevada frequência de quadros clínicos neuróticos, de predominio ansioso com manifestações clínicas multifacetadas em função das caracteristicas prévias da personalidade, o que alguns autores, em parte, também afirmam (G. Lopes, (1982).

Finalmente, no que diz respeito aos resultados obtidos pela aplicação do MAST, concluímos que o alcoolismo ou o abuso do álcool parece que não constituiam problema importante para o grupo de retornados da nossa amostra.

5 - RESUMO E CONCLUSÕES

O trabalho que acabamos de apresentar foi o resultado do estudo de uma amostra de 254 retornados, entrevistados, em 1982, no Centro de Emprego do Porto e que, nessa data, se encontravam ainda a receber o subsídio especial de desemprego.

A essa amostra de retornados foram acrescentadas outras duas, constituidas por 180 desempregados residentes e 112 empregados que nos serviram como grupos de controlo e comparação.

A todos estes entrevistados foram aplicados um questionário do "Grupo de Estudos sobre Desemprego e Migrações", que permitiu a recolha de dados biográficos e das condições sócio-profissionais e médico-sanitárias; o Inventário de Personalidade de Eysenck; o Questionário do Hospital Middlesex e o Michigan Alcoholism Screening Test, todos na modalidade de auto-aplicação.

Nesta apresentação de resultados, começamos por definir os termos que adoptavamos para designar a população que era alvo central do nosso estudo e que preferimos denominar de repatriados ou, aceitando o termo de uso corrente, como retornados.

Prosseguimos com a apresentação das principais características da colonização e particularmente da portuguesa, ao longo

da história, com particular destaque para o período que rodeou a última descolonização dos territórios de África.

Em seguida, apresentámos uma revisão dos vários processos (legal e económico, demográfico e social) da integraçã, na sociedade portuguesa, dos cerca de 600.000 mil repatriados.

Efectuada a apresentação de uma revisão da psicopatologia ligada às migrações, e em particular aos repatriamentos, apresentámos a metodologia do nosso trabalho e os resultados obtidos.

Foi nossa intenção abordarmos os processos de integração a partir do estudo de uma amostra de repatriados que, à data do estudo ainda se não tinham integrado no mercado de trabalho, em Portugal.

É evidente que a leitura directa dos nosso resultados não pode, por isso, traduzir, de nenhuma forma, o que eram, em geral os retornados. Apenas nos permite avaliar, e mesmo assim indirectamente e a partir de um sedimento de pessoas que tiveram mais dificuldades em se integrar, até que ponto a integração foi ou não um êxito e, por outro lado, conhecer algumas das características das pessoas para quem a integração foi mais penosa.

Pensamos que este conhecimento deve ser aprofundado, nos vários ramos científicos envolvidos nestes processos de movimentos de populações para que, se, no futuro, fenómenos semelhantes se produzirem, as respostas sejam o mais adequadas possível e desse modo se evitem muitos traumatismos, sofrimentos e sequelas inúteis.

A verdade é que a sociedade portuguesa, a curto prazo, pode voltar a enfrentar uma situação semelhante, quer com a passagem da soberania sobre Macau para a República Popular da China quer com um possível repatriamento de imigrantes portugueses na República da África do Sul ou de alguma das muitas e numerosas colónias de portugueses espalhados pelo mundo.

Em nosso entender muito há, ainda, para estudar em relação aos retornados e seria lamentável que essa experiência, que nos

parece ter acabado em bem, ficasse perdida nas névoas do tempo.

Da análise dos resultados otidos e da sua discussão face às informações fornecidas por outros autores pudemos retirar as seguintes conclusões.

1ª - Ao fim de seis anos sobre o repatriamento, só uma fracção reduzida de retornados se conservava dependente dos subsídios especiais de desemprego (6%).

2ª - Essa população, de que estudamos uma amostra, tinha uma média de idades significativamente mais elevadas do que a população de desempregados residentes (cerca de 12 anos).

3ª - Relativamente ao estado civil, que se correlacionou com a idade, verificámos que os homens celibatários se acumularam sem se integrarem no mercado de trabalho, o que parece corresponder a dificuldades de adaptação, acrescidas, para quem se habituou a viver isoladamente.

4ª - Relativamente à naturalidade, confirmámos as observações de outros autores de que uma grande parte (cerca de 50%) dos retornados regressaram às suas terras de origem.

5ª - Verificámos, igualmente, que, existiu uma sedimentação de retornados com baixas habilitações escolares e analfabetismo, apesar de estar igualmente dependente da idade, entre os que tiveram mais dificuldades para a integração.

6ª - Conjugando a idade de início do trabalho, a distribuição por sectores profissionais e o alto índice de recusa às respostas sobre relacionamento com colegas de trabalho e patrões, parece podermos concluir que a falta de experiência profissional ou o terem sido comerciantes ou proprietários parece ter, igualmente, contribuido para aumentar as dificuldades de integração.

7ª - Nesta nossa amostra parece ficar provado que o índice de associativismo está relacionado com o grau de integração social dos grupos populacionais e, certamente, com traços predominantes de personalidade.

8ª - A elevada frequência de consultas médicas, particularmente nas mulheres e o frequente recurso ao psiquiatra foram características salientes deste nosso grupo de retornados.

9ª - As frequentes queixas de doenças de evolução prolongada, embora dependentes da idade, foram particularmente intensas.

10ª - As queixas e indicadores médico-sanitários, associados a altos índices de neuroticismo, apontam para a existência, entre estes retornados, de graves perturbações neuróticas da personalidade.

11ª - Dentro das manifestações clínicas psiquiátricas, parece poder concluir-se que predominavam os quadros neuróticos ansiosos, condicionados pelos traços prévios da personalidade e, seguramente, também por factores culturais.

12ª - Entendemos, todavia, que deve ser feita a reserva de que a experiência por nós adquirida com os testes utilizados nos deixou a convicção de que estes têm realmente valor clínico mas não um valor altamente discriminativo, de um ponto de vista fisio-patogénico.

13ª - Os retornados conseguiram, na sua grande maioria, uma rápida e eficaz integração porquanto aqueles que o não conseguiram tinham, em geral, características biográficas e psicológicas muito piores do que as dos desempregados residentes, e, por isso, constituiram um sedimento de cidadãos que muito dificilmente se poderiam integrar no mercadado de trabalho.

14ª - Pelos nossos resultados e pelas afirmações de outros autores, concluimos que uma das grandezas do Povo Português é a sua enorme capacidade de adaptação e de solidariedade mas, quanto a nós, não basta resolver os problemas, é preciso extrair-lhes as lições.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, L. (1985) - Os descobrimentos portugueses. Ed. Publicações Alfa: Lisboa.

ALMEIDA-FILHO, N. (1982) - Migrações internas e desordens mentais. Novas evidências para uma velha hipótese. Acta Psiq. Psicol. Amer. Lat., 28, 21.

ALMEIDA, Z. (1975) - Les perturbations mentales chez les migrants. Information psychiatrique, 51, 249.

ARAUJO, L.M. (1984) - Os muçulmanos no ocidente peninsular. in História de Portugal (1) (J.H. Saraiva ed.). Ed. Publicações Alfa: Lisboa.

BARATA, O.S. (1981/82)- Demografia e emprego em Portugal. Revista do Centro de Estudos Demográficos (INE), 25, 165.

BERNER, P. (1967) - Psychopathologie des migrations. Encycl.Med. Chir., 37880 A10, 5.

BOURA, I.M., JACINTO, R., LEWIS, J.R., WILLIAMS, A.M. (1984) - The economic impact of returned emigrants: evidence from Leiria, Mangualde e Sabugal. in Emigração e retorno na região centro. M.A.I., 63.

CAETANO, M. (1971) - A internacionalização dos problemas africanos. (4ª ed.).Ed. Ática: Amadora.

CIBOIS, P. (1984) - L'analyse des données en Sociologie. PUF: Paris.

CROWN, S., CRISP, A.H. (1970) - Manual of the Middlesex Hospital Questionaire (MHQ). Psychological Publications, Barnstaple: Devon.

DAUMEZON, G. (1965) - Transplantation et maladie mental. Rev. Praticien, 15 (2), 119.

DOHRENWEND, B.P., DOHRENWEND, B.S. (1982) - Perspectives on the past and future of psychiatric epidemiology. Am. J. Public health, 11 (72), 1271.

DROUX, A., OLIVEIRA, J.S., FONSECA, A.F. da (1982) - Profil psychopathologique des candidats au premier empoi. Rev. Psiqiuat. Depart. S. Mental, 3, 34.

ESTATISTICAS DEMOGRAFICAS - INE (1950-1984).

EYSENCK, H.J., EYSENCK, S.B.G. (1964) - Manual of the Eysenck Personality Inventory. Hodder and Stoughton: Londres.

EYSENCK, H.J. (1976) - The measurement of personality. MTP Press Limited: Lancaster.

FISHER, R.A. (1970) - Statistical methods for research workers (14th ed.). Oliver and Boyd ed.: Edimburgo.

FONSECA, A.F. da (1965) - Herança da Personalidade. A genética em Psiquiatria. Ed. do autor: Porto.

FONSECA, A.F. da (1981) - Psiquiatria Transcultural. In Psiquiatria (I). Ediciones Toray, S.A.: Barcelona.

FONSECA, A.F. da (1982) - Pathologie mental et chomage. Rev. Psiquiat. Depart. S. Mental, 3, 14.

FONSECA, A.F. da (1984) - Psiquiatria e Sociedade. Rev.Psiquiat. Depart. S. Mental, 3, 28.

FONSECA, A.F. da (1985) - A Psiquiatria Social. In Psiquiatria e Psicopatologia (I). Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa.

FRANÇA, L. (1980) - Comportamento religioso da população portuguesa. Moraes Ed./IED: Lisboa.

GEORGE, P. (1977) - Les migrations internationales. PUF: Paris.

GRIMBERG, C. (1967) - História universal. Public. Europa-América: Lisboa.

GUERREIRO, I. (1985) - Angola. in Dicionário ilustrado da história de Portugal. Ed. Alfa: Lisboa.

HELGASON,T. (1964)- Epidemiology of mental disorders in Iceland. Acta Psichiat. Scand., 173, Suppl.

LAST, J.M. (1980) - Maxcy-Rosenau Public Health and Preventive Medicine. Appleton Century Crofts: N.Y.

LEANDRO, J.M.M.(1984) - Retorno de desalojados e retorno de emigrantes. In Emigração e Retorno na Região Centro. Ministério da Administração Interna: Coimbra.

LENGELLE, M. (1955) - L'Esclavage. P.U.F.: Paris.

LEVIN, J. (1978) - Estatística aplicada a ciências humanas. Ed. Harper & Row do Brasil Lda: S. Paulo.

LEWIS, J.R., WILLIAMS, A.M. (1985) - Emigrantes and retornados: a comparative analysis of the economic impact of return migration in the região centro. in Conflitos e mudanças em Portugal: 1974-1984. Ed. Teorema: Lisboa

LOPES, G. (1982) - Socio - reactive dysthimia. Acta Psiq. Port., 3 (28), 137.

NELSON, R.D. (1980) - Mathematical and statistical tables. Penguin Books Lda: Middlesex.

OS LUSIADAS - LUIS DE CAMÕES.

PALHA, A.P., DROUX, A., SOUSA, J.T. (1981) - Diagnóstico de alcoolismo oculto. Rev. Assoc. Bras. Psiquiat., 5, 26.

PELICIER, Y. (1985) - L'Humanisme portugais et la découverte du monde. Rev. Psiquiat. Depart. S. Mental, 4, 10.

RATO, M.H. (1983) - O colonialismo português, factor de sub-desenvolvimento nacional. Análise Social (XIX), 1121.

REIS, A. (1983) - A revolução do 25 de Abril de 1974. in História de Portugal (6), (J.H. Saraiva ed.). Ed.Publicações Alfa: Lisboa.

RIBEIRO, M.E. (1980) - Os trabalhadores de baixos salários. In Col. "Estudos". Minist. Trab., Lisboa.

SARAIVA, J.H. (1978) - História concisa de Portugal. Publicações Europa-América: Lisboa.

SARAIVA, J.H. (1983) - Anos sombrios. in História de Portugal (4), (J.H Saraiva ed.). Ed. Publicações Alfa: Lisboa.

SARAIVA, J.H. (1983) - As questões ultramarinas e o fim da monarquia. in História de Portugal (6), (J. H. Saraiva ed.), Ed. Publicações Alfa: Lisboa.

SARAIVA, J.H. (1983) - O Estado Novo. in História de Portugal (6), (J.H. Saraiva ed.). Publicações Alfa: Lisboa.

SECRETARIA DE ESTADO DO EMPREGO (1981) - Análise do mercado de emprego - Região Norte. V, 2.

SELZER, M.L. (1971)- The Michigan alcoholism screening test. The guest for a new diagnostic instrument. Am.J.Psychiat., 127, 1653.

SERRÃO, J. (1972) - Fontes de demografia portuguesa, 1800-1862. Lisboa.

SERRÃO, J. (1977) - A emigração portuguesa (3ª ed.).Livros Horizonte: Lisboa.

SERRÃO, J.V. (1985) - Império colonial português. in Dicionário ilustrado da história de Portugal. Ed. Publicações Alfa: Lisboa.

SERUYA, L.M. (1982) - Determinantes e características da emigração portuguesa, 1960-1979. In Perspectivas da emigração portuguesa para a CEE, 1980-1990 (H. M. Stahl ed.). Moraes ed./IED: Lisboa.

SILVA, A.F. (1984) - A Idade dos Metais em Portugal. in História de Portugal (1), (J.H. Saraiva ed.). Ed. Publicações Alfa: Lisboa.

SINTESE ESTATISTICA REGIONAL DO NORTE - Sec. Est. Emprego.

SNEDECOR, G.W., COCHRAN, W.G. (1980) - Statistical methods (7th ed.). Iowa State University Press: Iowa.

SPINOLA, A. (1974) - Portugal e o futuro. Ed. Arcádia: Lisboa.

STAHL, H-M. (1982) - Relatório final. in Perspectivas da emigração portuguesa para a CEE- 1980-1990. Ed. Morais ed. / IED: Lisboa.

TORRES, A. (1983) - Pacto colonial e industrialização em Angola (anos 60-70). Análise Social (XIX), 1101.

TURET, M.S., PANDO, A.C., SEISDEDOS, N. (1978) - Questionario de Personalidad - EPI (2ªed. de la adaptación espanola de "Eysenck Personality Inventory", por encargo expreso del profesor Eysenck). TEA ed., S.A.: Madrid.

VAZ SERRA, A., LIMA, M.V. (1973) - O uso do "Michigan Alcoholism Screening Test" como instrumento entre grupos de alcoólicos e de não alcoólicos. Coimbra Médica, XX (I), 39.

VAZ SERRA, A., PONCIANO, E., LEITÃO, C.(1979)- Dimensões da Personalidade e Hipocondria. O Médico, 1470, 191.

VAZ SERRA, A., PONCIANO, E., FREITAS, J.F. (1980)- Resultados da aplicação do "Eysenck Personality Inventory" a uma amostra da população portuguesa. Psiquiatria Clínica, 1 (2), 127.

VAZ SERRA, A. (1980) - Algumas reflexões sobre emigração portuguesa. Psiquiatria Clínica, 1 (3), 153.

WOOLLACOTT, J. (1983) - A luta pela libertação nacional na Guiné -Bissau e a revolução em Portugal. Análise Social (XIX), 1131.

ANEXO

I - Questionário do "Grupo de Estudos sobre Desemprego e Migrações"

II - Inventário de Personalidade de Eysenck (EPI)

III - Questionário do Hospital Middlesex (MHQ)

IV - Michigan Alcoholism Screening Test (MAST)

I - QUESTIONÁRIO DO "GRUPO DE ESTUDOS SOBRE DESEMPREGO E MIGRAÇÕES"

DEPARTAMENTO DE SAUDE MENTAL
DA FACULDADE DE MEDICINA DO PORTO - HOSPITAL DE S.JOÃO

1 IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO
1.1 DATA __/__/__
1.2 LOCAL _____
1.3 SUPERVISIONADO POR _____
1.4 QUESTIONÁRIO Nº /__/__/__/

==========

INSTRUÇÕES: Comece a preencher em 2.1; preencha por extenso onde tiver espaços para isso; assinale com um x apenas as quadrículas que correspondem à sua situação.

==========

2 ESTUDO BIOGRÁFICO
2.1 NOME (facultativo) _____
2.2 IDADE /__/__/ anos
2.3 SEXO
2.3.1 Masculino /__/ 2.3.2 Feminino /__/
2.4 ESTADO CIVIL
2.4.1 Solteiro(a) /__/ 2.4.2 Casado(a) /__/
2.4.3 Viúvo(a) /__/ 2.4.4 Separado(a)/Divorciado(a) /__/
2.5 ETNIA
2.5.1 Europeia /__/ 2.5.2 Não europeia /__/
2.6 NATURALIDADE
2.6.1 Distrito ou País _____ 2.6.2 Concelho _____
2.6.3 Freguesia _____
2.7 RESIDENCIA
2.7.1 Distrito ou País _____ 2.7.2 Concelho _____
2.7.3 Freguesia _____

2.8 RELIGIÃO

2.8.1 Católica /_/ 2.8.2 Protestante /_/ 2.8.3 Outra /_/

2.8.4 Sem religião /_/

Se tem religião considera-se:

2.8.5 Praticante /_/ 2.8.6 Não praticante /_/

2.9 HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

2.9.1 Sem habilitações /_/ 2.9.2 Primária incompleta /_/

2.9.3 Primária /_/ 2.9.4 Secundária /_/ 2.9.5 Superior /_/

2.9.6 Foi (é) estudante trabalhador /_/ 2.9.7 Nunca foi /_/

2.10 SERVIÇO MILITAR

2.10.1 Fez serviço militar /_/ 2.10.2 Não fez /_/

Se fez serviço militar:

2.10.3 Esteve em área de guerra /_/ 2.10.4 Não esteve /_/

Se não fez serviço militar, foi por:

2.10.5 Aguardar inspecção /_/2.10.6 Falta de robustez fisica /_/

2.10.7 Doença /_/ 2.10.8 Apoio à familia /_/

2.10.9 Outras razões /_/

3 ESTUDO DAS CONDIÇÕES SOCIOPROFISSIONAIS

3.1 PROFISSÃO

3.1.1 Profissão inicial _____

3.1.2 Começou a trabalhar aos /_/_/ anos

3.1.3 Profissão actual _____

3.1.4 Ultima remuneração mensal _____ $00

Se é casado(a):

3.1.5 Profissão do conjuge _____

3.1.6 Idade do conjuge /_/_/

3.2 EMPREGO/DESEMPREGO

3.2.1 Actualmente está empregado(a) /_/

3.2.2 Actualmente está desempregado(a) /_/

3.2.3 Ao todo, quanto tempo esteve desempregado(a) /_/

3.2.4 Já recebeu subsídio de desemprego /_/

3.2.5 Nunca recebeu subsídio de desemprego /_/

3.2.6 Já trabalhou por sua conta ("biscatos") /_/

3.2.7 Nunca fez "biscatos" /_/

3.2.8 Reacção à situação de desemprego ou sem profissão

3.2.8.1 Feliz /_/ 3.2.8.2 Triste /_/ 3.2.8.3 Resignado /_/

3.2.8.4 Revoltado /_/

3.2.9 Relações laborais

3.2.9.1 Relaciona-se bem com os colegas de trabalho /_/

3.2.9.2 Não se relaciona bem com os colegas de trabalho /_/

3.2.9.3 Nunca teve problemas graves com os chefes /_/

3.2.9.4 Teve problemas graves com os chefes /_/

3.3 ASSOCIATIVISMO

3.3.1 É sócio de alguma associação /_/

3.3.1.1 Desportiva /_/ 3.3.1.2 Recreativa/cultural /_/

3.3.1.3 Profissional (sindicato, etc.) /_/

3.3.1.4 De benemerência ou humanitária /_/

3.3.2 Não é sócio de nenhuma associação /_/

3.4 MIGRAÇÕES

3.4.1 Foi (é) emigrante em _____ 3.2.4 Nunca emigrou /_/

3.4.3 É candidato à emigração /_/

3.4.4 É retornado de _____ 3.4.5 Não é retornado /_/

4 ESTUDO DA SITUAÇÃO MEDICO-SANITARIA

4.1 CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO

Considera a sua habitação:

4.1.1 Boa /_/ 4.1.2 Satisfatória /_/ 4.1.3 Má /_/

4.2 CONDIÇÕES DE ALIMENTAÇÃO

Considera a sua alimentação:

4.2.1 Suficiente /_/ 4.2.3 Insuficiente /_/

4.3 ANTECEDENTES DE DOENÇA

4.3.1 Consultou algum médico no último ano /_/

4.3.1.1 Quantas consultas efectuou no último ano /_/

4.3.2 Não consultou nenhum médico no último ano /_/

4.3.3 Consultou alguma vez um médico especialista em Psiquiatria /_/

4.3.4 Nunca consultou um médico especialista em Psiquiatria /_/

4.3.5 Esteve alguma vez hospitalizado /__/

4.3.5.1 Se esteve alguma vez hospitalizado indique, como souber, as doenças de cada internamento, o tempo de duração do mesmo e o nome do respectivo Hospital:

Doenças	Tempo	Hospital

4.3.6 Nunca esteve internado /__/

4.3.7 Tem alguma doença prolongada (nome da doença) _____

4.3.8 Não tem nenhuma doença prolongada /__/

5 COMENTÁRIOS

5.1 Este espaço destina-se a qualquer comentário ou acrescento que entenda util fazer. Muito obrigado.

***

II - INVENTARIO DE PERSONALIDADE DE EYSENCK - EPI

FORMA A

	PD	PC
N		
E		
S		

Nome _____ Data __/__/__

Idade _____ Profissão _____ Estado _____ Sexo ____

N= E= S=

Instruções:

Apresentamos-lhe algumas perguntas sobre a maneira como reage sente e actua. A frente de cada pergunta existe um espaço para a resposta "SIM" ou "NÃO".

Tente decidir se "SIM" ou "NÃO" representam a sua maneira habitual de agir ou sentir; então assinale com uma cruz o espaço correspondente da coluna "SIM" ou "NÃO". Não pense muito. Responda depressa; desejamos a sua primeira impressão e não o resultado de uma longa meditação sobre o assunto. Lembre-se que a resposta a todo o questionário não deverá durar mais do que alguns minutos. Assegure-se de que não se esqueceu de nenhuma pergunta.

Comece o questionário, responda sem pensar muito e a todas as perguntas. Não há perguntas certas nem erradas; isto não é um teste de inteligência ou aptidões; é sim uma medida da maneira como se comporta.

AGORA, VOLTE A PÁGINA E COMECE

	SIM	NÃO
1. Procura, frequentemente, situações novas e estimulantes?	0	0
2. Precisa com frequência que os seus amigos o animem?	0	0
3. É, normalmente, uma pessoa descontraída?	0	0
4. Custa-lhe muito receber um "não" como resposta?	0	0
5. Pensa muito antes de tomar qualquer decisão?	0	0
6. O seu estado de humor oscila com frequência?	0	0
7. Sente-se muitas vezes infeliz, sem motivo para isso?	0	0
8. De um modo geral, faz e diz as coisas rapidamente e sem pensar?	0	0
9. Sente-se subitamente envergonhado(a) quando quer falar com um(a) desconhecido(a) atraente?	0	0
10. Seria capaz de fazer fosse o que fosse, por uma questão de desafio?	0	0
11. Preocupa-se, frequentemente, com coisas que não devia ter feito ou dito?	0	0
12. Os seus hábitos são todos bons e desejáveis?	0	0
13. Age, muitas vezes, sob o impulso do momento?	0	0
14. Sente-se facilmente ofendido?	0	0
15. Prefere, geralmente, ler do que conviver com pessoas?	0	0
16. Sente-se umas vezes cheio de energia e, outras vezes, muito apático?	0	0
17. Gosta muito de sair?	0	0
18. De todas as pessoas que conhece, há algumas de quem declaradamente não gosta?	0	0
19. Costuma entreter-se com fantasias ou "sonhar acordado"?	0	0
20. Prefere ter poucos mas bons amigos?	0	0
21. Perturba-se, com frequência, com sentimentos de culpa?	0	0

	SIM	NÃO
22. Quando as pessoas berram consigo, também lhes berra?	O	O
23. Considera-se uma pessoa tensa e irascível?	O	O
24. Já chegou alguma vez atrasado ao trabalho ou a um encontro?	O	O
25. Normalmente distrai-se e diverte-se muito numa festa animada?	O	O
26. Depois de ter feito algo de importante, sente, em regra, que podia ter feito melhor?	O	O
27. Os outros consideram-no uma pessoa com muita vida?	O	O
28. Costuma ter tantas ideias na cabeça que não consegue dormir?	O	O
29. Fica a maior parte do tempo calado quando está com outras pessoas?	O	O
30. Fala, por vezes, de assuntos de que nada sabe?	O	O
31. Costuma ter palpitações ou sentir pancadas no coração?	O	O
32. Se há alguma coisa que pretende saber, prefere procurar num livro a conversar com alguém sobre o assunto?	O	O
33. Costuma ter crises em que sente o corpo tremer? ...	O	O
34. Gosta de um tipo de trabalho que exija muita atenção?	O	O
35. Considera-se uma pessoa irritável?	O	O
36. É, às vezes, bisbilhoteiro(a)?	O	O
37. Aflige-se com a ideia de ter de falar em público?	O	O
38. Costuma preocupar-se com coisas desagradáveis que, no futuro, lhe poderiam vir a acontecer?	O	O
39. Gosta de um trabalho em que tenha de agir depressa?	O	O
40. Costuma ter muitos pesadelos?	O	O

	SIM	NÃO
41. Sentir-se-ia muito infeliz se não pudesse estar sempre com muita gente?	O	O
42. Já alguma vez, após ter tocado o despertador, preferiu ficar um pouco mais na cama?	O	O
43. Tem dores, muito frequentemente?	O	O
44. Gosta tanto de conversar que nunca perde a oportunidade de falar com um desconhecido?	O	O
45. Considera-se uma pessoa nervosa?	O	O
46. Considera-se uma pessoa lenta e sem pressas, na sua vida quotidiana?	O	O
47. Sente-se facilmente ofendido quando as pessoas descobrem uma falta em si ou no seu trabalho?	O	O
48. Gosta que algumas vezes lhe elogiem o que fez?	O	O
49. Considera que tem confiança em si próprio(a)?	O	O
50. Costuma ter sentimentos de inferioridade?	O	O
51. Se num restaurante o servirem mal, prefere deixar a comida sem dizer nada?	O	O
52. Costuma preocupar-se muito com a sua saúde?	O	O
53. Tem facilidade em animar uma festa enfadonha?	O	O
54. Já comeu alguma vez mais do que devia?	O	O
55. Sofre de insónia?	O	O
56. Tem tendência para mudar de actividade constantemente?	O	O
57. Se prometer fazer qualquer coisa, cumpre sempre a promessa, por mais que lhe custe?	O	O

VERIFIQUE SE RESPONDEU A TODAS AS PERGUNTAS

III - QUESTIONÁRIO DO HOSPITAL MIDDLESEX - MHQ

Nome _____ Data __/__/__

Idade _____ Profissão _____ Estado _____ Sexo ____

Instruções

As perguntas que se seguem relacionam-se com a maneira como actua ou sente. São todas muito simples. Assinale, por favor, com uma cruz, a resposta que melhor se aplica a si próprio(a). Não perca muito tempo com cada pergunta.

A 1 - Sente-se muitas vezes aborrecido sem ter nenhuma razão para isso?

sim 0 não 0

F 2 - Sente medo de estar em locais fechados, tais como lojas, elevadores, etc.?

muitas vezes 0 às vezes 0 nunca 0

O 3 - Já lhe disseram que era muito conscienciosо?

sim 0 não 0

S 4 - Sofre, por vezes, de tonturas ou falta de ar?

nunca 0 muitas vezes 0 às vezes 0

D 5 - Consegue pensar agora tão rapidamente como dantes?

sim 0 não 0

H 6 - Deixa-se influenciar facilmente nas suas opiniões?

sim 0 não 0

A 7 - Já sentiu como se fosse perder os sentidos?

muitas vezes 0 às vezes 0 nunca 0

F 8 - Preocupa-se com a ideia de poder sofrer de alguma doença incurável?

nunca 0 às vezes 0 muitas vezes 0

O 9 - Acha que a limpeza tem alguma coisa a ver com a religião?

sim 0 não 0

S 10 - Costuma sofrer de enjoo ou de má digestão?

sim O não O

D 11 - Sente que a vida exige um esforço demasiado grande?

por vezes O muitas vezes O nunca O

H 12 - Já alguma vez, em qualquer momento da sua vida, teve vontade de "dar" nas vistas?

sim O não O

A 13 - Costuma sentir-se pouco à vontade e inquieto?

frequentemente O às vezes O nunca O

F 14 - Sente-se mais à vontade dentro de casa?

sem dúvida O às vezes O nunca O

O 15 - Acha que no seu pensamento surgem ideias disparatadas ou pouco aceitáveis?

frequentemente O às vezes O nunca O

S 16 - Costuma sentir formigueiros ou picadas no corpo, nos braços ou nas pernas?

raramente O frequentemente O nunca O

D 17 - Lamenta grande parte do seu comportamento passado?

sim O não O

H 18 - Emociona-se, geralmente, com facilidade?

sim O não O

A 19 - Surge-lhe, por vezes, uma sensação de pânico?

sim O não O

F 20 - Sente-se pouco há vontade quando viaja de autocarro ou noutro transporte público, mesmo quando não está cheio?

bastante O um pouco O de modo nenhum O

O 21 - Sente-se mais feliz e calmo quando está a trabalhar?

sim O não O

S 22 - O seu apetite tem diminuido ultimamente?

não O sim O

D 23 - Acorda muito cedo pela manhã?

sim O não O

H 24 - Gosta de ser o centro de todas as atenções?

não O sim O

A 25 - Considera-se uma pessoa que aborrece os outros?

muito O moderadamente O de modo nenhum O

F 26 - Desagrada-lhe sair sozinho?

sim O não O

O 27 - Procura fazer tudo com perfeição?

não O sim O

S 28 - Sente-se demasiado cansado sem haver razão para isso?

muitas vezes O às vezes O nunca O

D 29 - Sente-se desanimado durante longos períodos de tempo?

nunca O muitas vezes O às vezes O

H 30 - Acha que tira partido das circunstâncias a fim de satisfazer os seus próprios interesses?

nunca O às vezes O muitas vezes O

A 31 - Costuma sentir-se muitas vezes "excitado por dentro"?

sim O não O

F 32 - Preocupa-se sem razão, quando as pessoas da sua família demoram a chegar a casa?

não O sim O

O 33 - Tem que rever várias vezes as coisas que faz sem que isso seja necessário?

sim O não O

S 34 - Consegue adormecer com facilidade quando se vai deitar?

não O sim O

D 35 - Tem de fazer um grande esforço para enfrentar uma crise ou uma dificuldade?

não mais do que as outras

bastantes vezes O às vezes O pessoas O

H 36 - Costuma gastar muito dinheiro em roupas?

sim O não O

A 37 - Teve alguma vez a sensação que o interior do seu corpo estava a "desfazer-se"?

sim O não O

F 38 - Tem medo de estar em sítios altos?

muito O um pouco O nada O

O 39 - Fica "irritado" se o perturbam no dia a dia?

imenso O um pouco O de modo nenhum O

S 40 - Sente com frequência muita transpiração ou o coração a bater depressa?

não O sim O

D 41 - Dá-lhe, por vezes, vontade de chorar?

frequentemente O às vezes O nunca O

H 42 - Sente-se atraído por situações dramáticas?

sim O não O

A 43 - Acorda preocupado com pesadelos que teve durante a noite?

nunca O às vezes O frequentemente O

F 44 - Sente-se muito aflito quando está no meio de multidões?

sempre O às vezes O nunca O

O 45 - Preocupa-se sem razão com coisas que têm pouca importância?

S 46 - Os seus interesses sexuais modificaram-se ultimamente?

estão na mesma

diminuiram O ou aumentaram O

D 47 - Perdeu a capacidade de sentir simpatia pelas outras pessoas?

sim O não O

H 48 - Por vezes dá conta que está a "dar" nas vistas ou a fingir?

sim O não O

POR FAVOR, VERIFIQUE SE RESPONDEU A
TODAS AS PERGUNTAS

IV - MICHIGAN ALCOHOLISM SCREENING TEST - MAST

Nome _____ Data __/__/__

Idade _____ Profissão _____ Estado _____ Sexo ____

	SIM	NÃO
1 - Pensa que é um bebedor normal, isto é, que bebe (bebidas alcoólicas) tanto quanto é costume as outras pessoas beberem?	O	O
2 - Já lhe aconteceu alguma vez acordar de manhã, a seguir a uma noite em que bebeu, e não conseguir lembrar-se de parte do serão?	O	O
3 - Já alguma vez a sua mulher (o seu marido, ou os seus pais) se lamentaram ou se queixaram de que bebe demais?	O	O
4 - Consegue deixar de beber, sem esforço, depois de uma ou duas bebidas?	O	O
5 - Já se sentiu mal por ter bebido?	O	O
6 - Os seus amigos e conhecidos consideram que é um bebedor normal, isto é, que bebe tanto quanto é costume às outras pessoas beberem?	O	O
7 - Já alguma vez procurou limitar a bebida a certas horas do dia ou a certos lugares?	O	O
8 - É sempre capaz de interromper a bebida quando quer?	O	O
9 - Já alguma vez teve necessidade de efectuar desintoxicação alcoólica?	O	O
10 - Já discutiu ou mesmo agrediu outras pessoas enquanto bebia?	O	O

	SIM	NÃO
11 - Acha que a bebida já alguma vez criou problemas a si ou à sua mulher (ou seu marido), como conflitos conjugais, dificuldades económicas, discussões familiares, etc.?	O	O
12 - Já alguma vez a sua mulher (marido, ou qualquer outro membro da sua família) teve de ir procurar auxílio por causa dos seus hábitos de bebida?	O	O
13 - Acha que perdeu amigos ou pessoas das suas relações mais íntimas, por causa dos seus hábitos de bebida?	O	O
14 - Já teve alguns problemas no seu emprego por causa de beber?	O	O
15 - Já perdeu algum emprego devido aos seus hábitos de bebida?	O	O
16 - Já alguma vez descuidou as suas obrigações, a sua família, ou o seu trabalho, durante dois ou mais dias consecutivos, por estar embriegado?	O	O
17 - Tem por hábito tomar bebidas alcoólicas antes do meio-dia?	O	O
18 - Já lhe disseram que sofria do fígado ou que tinha cirrose hepática?	O	O
19 - Já sofreu alguma vez de um Delírio Alcoólico ("Delirium Tremens"), ou já teve tremores intensos, ou já ouviu vozes, ou viu coisas que não existiam, devido aos seus hábitos prolongados de bebida?	O	O
20 - Já se dirigiu a alguém pedindo ajuda por causa dos seus hábitos de bebida?	O	O
21 - Já esteve internado em algum hospital, expressamente por causa da bebida?	O	O

	SIM	NÃO
22 - Já esteve internado em algum hospital de doenças mentais ou em algum Serviço de Psiquiatria de um hospital geral, constituindo a bebida parte do problema?	O	O
23 - Já recorreu a uma clínica ou hospital psiquiátrico ou Dispensário de Saúde Mental, ou já se dirigiu a algum médico ou serviço social ou a algum padre a pedir auxílio para um problema de ordem emocional, em que a bebida tomou parte importante e causal?	O	O
24 - Já esteve preso, mesmo só por algumas horas, devido ao comportamento anormal motivado pela bebida?	O	O
25 - Já teve problemas com outras pessoas (nomeadamente com a polícia) por ter conduzido embriegado ou depois de ter bebido?	O	O

VERIFIQUE SE RESPONDEU A <u>TODAS</u> AS PERGUNTAS